

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

FRANCISCO JOSÉ SOUSA LIMA

IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO CONTEXTO
DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

São Leopoldo

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FRANCISCO JOSÉ SOUSA LIMA

IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO CONTEXTO
DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

Dissertação de Mestrado
Para obtenção do grau de Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-graduação em Teologia
Religião e Educação

Orientadora: Prof^ª Dra. Adriane Luisa Rodolpho

São Leopoldo

2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732i Lima, Francisco José Sousa

Identidade étnico-racial no contexto das políticas de ação afirmativa / Francisco José Sousa Lima ; orientadora Adriane Luisa Rodolpho.

São Leopoldo : EST/IEPG, 2007.

130 f.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2007.

1. Negros – Identidade racial. 2. Programas de ação afirmativa – Brasil. I. Rodolpho, Adriane Luisa. II. Título.

AGRADECIMENTO

A minha família: minha esposa Lêda, minha filha Raissa e meu filho Rafael pelo apoio e compreensão nos momentos de dificuldades.

A minha mãe Maria, meu pai José (*in memoriam*), minhas irmãs Maria José e Maria de Lourdes e a meus irmãos José Maria e Paulo, que sempre me incentivaram e torceram por mim.

A Direção e a todos os colegas da Rede Metodista de Educação do Sul pelo tempo que compartilhamos juntos no trabalho de consolidação deste projeto educacional.

A minha orientadora Adriane, que aceitou o desafio de reconstruirmos juntos um projeto de pesquisa em descontinuidade e dar-lhe um novo encaminhamento que deu certo.

A todos os colegas, professores e funcionários da EST – IEPG pela parceria, dedicação e atenção que compartilharam comigo durante o período de convívio nesta instituição.

A todos que de alguma forma colaboraram para efetivação deste projeto de vida.

Agradeço a Deus pela oportunidade que eu tenho para aprender a respeitar outras crenças e ser tolerante com os de outra fé.

Agradeço especialmente aos estudantes que se prontificaram a serem sujeitos desta pesquisa, tentando, juntamente com o pesquisador, gerar algo novo e relevante para a compreensão das identidades dos negros brasileiros.

RESUMO

Este estudo foi realizado com o propósito de compreender a percepção sobre o “ser negro” que têm os estudantes que assim se autodeclararam para ter acesso ao ensino superior como beneficiários de políticas de ação afirmativa no Programa Universidade para Todos – PROUNI. A pesquisa aconteceu com os estudantes do Centro Universitário Metodista através de observações das atividades acadêmicas e, especificamente, de entrevistas individuais realizadas nesta própria instituição. As idéias de raça, racismo e identidade serviram de orientação teórica, assim como o conceito representações sociais operacionalizou as interpretações dos discursos dos estudantes.

A pesquisa indica que, mesmo se classificando como pertencentes a uma só cor/raça negra, os indivíduos percebem de maneira diversa a sua identidade étnico-racial, que se evidencia quando estes elaboram as narrativas para explicitá-la. Também que os processos de socialização que se impõem ao indivíduo nos diferentes momentos pela realidade objetiva implicam em possibilidades de modificação da percepção da sua identidade.

Palavras-chave:

Ensino superior – Ação afirmativa – Identidades – Raças - Negro

ABSTRACT

The present study has the objective of understanding the perception of “being black” amongst students who declare themselves so in order to have access to undergraduate studies as beneficiaries of political affirmative actions in the University-For-All Program (PROUNI). The research was done with students who attend the Methodist University Center through the observation of their academic activities and individual interviews done in the Institution. Concepts such as race, racism and identity guided the theoretical framework of the research. and the notion of social representations operationalized the interpretation of the students discourses.

This research indicates that even being classified as a member of an only black color/race community, the individuals notice their ethnic-racial identity diversely. That becomes evident when they have to create narratives to explain their identity. Moreover, the socialization processes to which the individuals are submitted in different moments of their lives through the objective reality may modify the perception of their identity.

Key-words:

Undergraduate Studies – Affirmative Action – Identities – Races - Black

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 AÇÃO AFIRMATIVA: INSTRUMENTO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	11
1.1 O Estado brasileiro e a igualdade racial: reconhecimento e enfrentamento	
1.2 do racismo no Brasil recente	12
1.2 Políticas públicas de ação afirmativa: definições	21
1.3 As políticas públicas de ação afirmativa para negros: universalismo versus particularismo	25
1.4 As políticas públicas de ação afirmativa para negros no ensino superior	30
1.4.1 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI	35
1.4.2 O CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA	38
1.4.3 EDUCAÇÃO E MISSÃO METODISTA: REFLEXÃO A PARTIR DO CREDO SOCIAL, DO PLANO PARA A VIDA E A MISSÃO, E DAS DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO	41
1.4.3.1 Sobre o Credo Social	42
1.4.3.2 Sobre o Plano para a Vida e a Missão	44
1.4.3.3 Sobre as Diretrizes para Educação	45
2 IDENTIDADE, RAÇA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	47
2.1 Identidade	47
2.2 Raça	50
2.2.1 CONCEITO ANALÍTICO E CONCEITO “NATIVO”	51
2.2.2 RAÇA, DIVERSIDADE HUMANA E HIERARQUIZAÇÃO	56
2.2.3 RAÇA E RACISMO	63
2.2.4 RAÇA E ETNIA	66
2.3 Representações sociais	70
3 ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DO SER NEGRO A PARTIR DAS IDÉIAS DE RAÇA E RACISMO QUE PERPASSAM OS DISCURSOS DOS ESTUDANTES AUTODECLARADOS NEGROS NO PROUNI	73
3.1 Informações sobre a amostra	73
3.2 Informações sobre a coleta de dados	75
3.3 Análise dos dados	76
3.4. Categorias temáticas	80
3.4.1 Apresentação dos entrevistados	82

3.4.1.1 Categoria Temática: Ser negro.....	88
3.4.1.2 Categoria temática: Importância da formação no ensino superior para os negros	103
3.4.1.3 Categoria temática: Percepção das políticas da ação afirmativa para negros	107
CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	128
Anexo 1 - Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005.	
Anexo 2 - Planilha do setor de bolsa - alunos beneficiados pela cota cor-raça	
Anexo 3 - Termo de consentimento livre e esclarecido	
Anexo 4 – Roteiro de entrevista	
Anexo 5 – Entrevistas	

INTRODUÇÃO

No Brasil do século XXI, uma nova modalidade de acesso ao ensino superior começou a ser implantada nas instituições brasileiras. São as chamadas políticas de ação afirmativa, que atendem a demanda de grupos étnico-raciais¹, como negros e indígenas, que foram institucionalmente tratados de forma racista ao longo da história do país, ficando excluídos e marginalizados dos processos de integração na sociedade brasileira. A atual política evidencia uma nova tomada de posição por parte do Estado brasileiro em relação ao enfrentamento do racismo e da promoção da igualdade racial.

Muitas controvérsias existiram antes da implementação dessas políticas, e ainda existem, mesmo depois que os estudantes chegaram nas instituições de ensino superior em todo o Brasil por causa do critério da classificação de raça/cor negra. Os argumentos são em torno da legitimidade da identificação de quem é ou não negro para ter direito ao benefício da política.

Uma das formas mais aceitas de classificação da identidade étnico-racial para estes fins é a autodeclaração. Ela é utilizada no Programa Universidade para Todos – PROUNI, que garante o ingresso de estudantes negros em instituições particulares. Serão os estudantes autodeclarados negros deste Programa que ingressaram no primeiro semestre de 2007 nos cursos de graduação do Centro Universitário Metodista, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que participarão como entrevistados desta pesquisa.

¹ Utilizo o termo “étnico-racial” em todo este estudo no sentido da construção fluida feita pelos entrevistados que às vezes recorrem à cor da pele, tipo de cabelo e outros atributos físicos, comportamentais e culturais para legitimar a identidade negra e em outros momentos, com o mesmo propósito, recorrem a um lugar de origem de uma etnia ancestral africana.

No contexto das políticas de ação afirmativa, muito já foi escutado sobre o que o Estado, os intelectuais, a mídia e os movimentos negros dizem a respeito de uma identidade étnico-racial do negro. Mas a proposta desta pesquisa foi, a partir do discurso dos indivíduos que se autodeclararam negros, compreender as suas percepções sobre o “ser negro” e as implicações desta identidade na relação com a realidade social brasileira.

Tomando com referência a percepção que os indivíduos têm de uma identidade étnico-racial do negro, foi observado como eles relacionam essa condição identitária com a questão do acesso ao ensino superior no Brasil. Também foi objeto de observação a percepção que eles têm das políticas de ação afirmativa e sua relação com a condição do acesso do negro ao ensino superior.

Como instrumentos teórico-metodológicos, foram movimentadas as idéias de raça, racismo, identidade e o conceito de representações sociais, além de outros aportes que se fizeram necessários no decorrer da pesquisa. As técnicas de observação e, mais especificamente, de entrevista também foram movimentadas no sentido da recolha de material empírico. A articulação teórico-metodológica permitiu uma boa análise do material que gerou as conclusões que serão apresentadas.

A importância deste estudo passa por saber o que os próprios beneficiários pensam desta política de acesso para negros ao ensino superior e quais as implicações que ela tem como projeto de humanização das relações com indivíduos e grupos historicamente discriminados por questão étnico-racial no país.

O primeiro capítulo do estudo começa com a discussão sobre o Estado brasileiro e a igualdade racial. São apresentadas as definições das políticas de ação afirmativa, o debate entre políticas universalistas e particularistas e sobre as políticas de acesso para negros no ensino superior. Na discussão sobre a inclusão de negros no ensino superior é examinada a adesão do Centro Universitário Metodista ao PROUNI, considerando a história da Educação Metodista e sua missão, além dos próprios programas desta instituição de ensino para ingresso de negros e indígenas nos cursos de graduação.

No segundo capítulo é apresentado o aporte teórico-metodológico orientador da análise: são as idéias de raça e racismo no contexto da classificação da diversidade humana como condicionante do lugar do negro na estrutura social. Também, a partir da reflexão apresentada sobre identidade e os processos de

socialização, serão analisadas as implicações do condicionamento social sobre a identidade étnico-racial. Já a reflexão sobre as representações sociais, presentes no capítulo, será relevante na instrumentalização metodológica para análise das narrativas dos entrevistados.

No último capítulo que trata da metodologia e da análise da pesquisa será apresentado o estudo de caso dos estudantes autodeclarados negros que ingressaram no ensino superior pelo PROUNI no primeiro semestre de 2007. O capítulo disponibiliza as informações sobre os entrevistados, a metodologia de trabalho, a análise das representações do ser negro a partir das idéias de raça e racismo presentes nas narrativas dos estudantes e os resultados da análise de cada uma das três categorias temáticas que orientaram as entrevistas: “ser negro”, “importância do ensino superior para os negros” e a “percepção das políticas de ação afirmativa para negros”.

1 AÇÃO AFIRMATIVA: INSTRUMENTO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

A experiência recente da implementação das políticas públicas de ação afirmativa no Brasil, de recorte étnico-racial, em universidades públicas e em instituições privadas de ensino superior através da implantação do Programa Universidade Para Todos – PROUNI² evidencia uma nova tomada de posição por parte do Estado brasileiro em relação ao enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial no país. Porém, até a chegada do atual momento, uma longa história de racismo constituiu o percurso da sociedade brasileira, desde o escravismo no Brasil Colônia até a chamada democracia racial nos anos 30 do século XX, no contexto do Estado Novo. Mas é somente dentro dos contornos do Brasil neoliberal dos anos 90 desse mesmo século, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que o reconhecimento oficial do racismo e as primeiras políticas estatais para o seu enfrentamento passam efetivamente a ocorrer.

O Seminário de Brasília, ocorrido em 1996, pode ser tomado como um marco inaugural dessa nova fase da relação do Estado brasileiro com a chamada questão racial. Outro momento de relevante importância na constituição do enfrentamento estatal do racismo foi a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. Esse evento reforçou a posição assumida pelo Estado brasileiro em reconhecer, agora em âmbito internacional, e enfrentar o racismo histórico no Brasil.

Considero relevante para o enfrentamento do racismo e, especialmente para o desenvolvimento desta pesquisa sobre identidade étnico-racial no contexto das políticas de ação afirmativa, a implementação do Programa Universidade para

² Sobre o Programa Universidade Para Todos - PROUNI, voltarei a falar em item específico dentro deste capítulo.

Todos, o PROUNI, em 2005, já no século XXI, no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Na minha percepção esse programa torna-se um referencial - sem entrar na discussão do papel do Estado em relação à educação pública e gratuita e nem as questões tributárias que envolvem o PROUNI - de como uma política pode contemplar os critérios de classe e étnico-raciais, critérios tão questionados pelos opositores das políticas de ação afirmativa.

1.1 O Estado brasileiro e a igualdade racial: reconhecimento e enfrentamento do racismo no Brasil recente

Sob esta perspectiva de reconhecimento do racismo e do seu enfrentamento através da promoção da igualdade racial o Estado brasileiro começa a articular-se a partir das demandas dos movimentos negros e de outros setores envolvidos com a questão dentro e fora do país. Assim, no ano de 1996, aconteceu em Brasília o Seminário “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”³, evento organizado pelo Ministério da Justiça.

A questão do enfrentamento do racismo e a promoção da igualdade racial, mesmo sendo uma demanda do interesse dos movimentos negros, nesse momento também passa a interessar a outros atores e setores da sociedade brasileira. É o caso da academia, que nessa ocasião passa a analisar, refletir e interferir na percepção e na concepção de políticas “raciais” no Brasil, às vezes convidada pelo próprio Estado, como foi o caso do seminário de Brasília.

Considero que esse evento, o seminário de Brasília, foi um marco na questão das políticas de ação afirmativa no país, pois foi a partir do mesmo que o governo federal, juntamente com intelectuais brasileiros e brasilianistas estadunidenses, começou a discutir a viabilidade da implementação de um modelo de políticas também chamadas de “reparatórias” no Brasil. Para Maio,

Esse processo revela um momento de inflexão do poder público desde um discurso centrado no elogio à miscigenação e à ausência de conflito racial para o do reconhecimento não apenas do racismo como um grave problema de iniquidade social, mas também da necessidade de se criar instrumentos políticos que o debele a partir do diagnóstico das desigualdades raciais. Ou seja, de um Estado “neutro” em matéria racial

³ GRIN, Mônica. **Esse obscuro objeto de desejo. Políticas de ação afirmativa e ajustes normativos: O seminário de Brasília.** Novos Estudos, n. 59, p.174, março 2001.

até meados dos anos 1990, observa-se a formulação de propostas de políticas públicas racializadas.⁴

Uma preocupação que no seminário se apresentou como anterior às considerações dos aspectos relativos à equidade e justiça social⁵, do modelo de ação afirmativa a ser implantado, foi a de examinar se existiam na ordem social brasileira os “sujeitos raciais” de direito para quem a política deveria ser dirigida. Assim, a pergunta que direcionou o seminário foi a seguinte: Qual o estatuto ontológico da “raça” no Brasil? Existem sujeitos “raciais”, ou seja, os sujeitos sociais se definem e se percebem a partir de uma clara divisão racial?

Naquele período, o então presidente Fernando Henrique Cardoso abriu o Seminário conclamando os intelectuais a um exercício criativo em relação à normatização de políticas inclusivas para os grupos historicamente discriminados, particularmente os negros. Grin analisou o seminário com o intuito de discutir como os intelectuais tentariam formular justificativas morais para garantir ao governo a implementação de políticas de ação afirmativa⁶, segundo ela, inspirados no modelo estadunidense:

O que está em jogo nessa arena, com efeito, é o tácito reconhecimento por parte do governo, dos intelectuais e de grande parte da sociedade civil de que existe discriminação racial no Brasil e que isso vem produzindo óbvios prejuízos à população negra, sobretudo quanto às oportunidades econômicas e sociais.⁷

Ela, porém, afirma que esse reconhecimento da discriminação racial existente no Brasil não se expressa apenas através de um tipo de percepção. Diz ainda que o primeiro tipo, que é mais recorrente entre os segmentos do movimento negro e intelectuais, é o que considera a experiência da racialização americana com as *affirmative actions*, como a alternativa mais eficaz para o combate das desigualdades raciais no Brasil. Para a autora, os que assumem esta percepção confortam-se epistemologicamente porque,

⁴ MAIO, Marcos Chor. & SANTOS, Ricardo.Ventura. **Políticas de cotas raciais, “os olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da universidade de Brasília (UNB).** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 181-214, jan/jun 2005.

⁵ SILVA, Benedicto. Coordenação geral. **Dicionário de Ciências Sociais.** Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

⁶ Apresentarei as definições de políticas de ação afirmativa, mais adiante, ainda neste mesmo capítulo.

⁷ GRIN, 2001. p.174.

Se se assume que a discriminação racial é um fenômeno global, da “diáspora negra”, o entendimento dessa questão e as soluções testadas com sucesso em outros contextos devem então ser objeto de consideração em qualquer contexto multirracial. Tal diagnóstico abandonaria intervenções focais (targets) e compensatórias.⁸

Grin classifica o segundo tipo de percepção de “fundamentalismo sociológico”. Essa percepção postula que as desigualdades raciais são uma herança de um passado escravista, resquícios de uma sociedade pré-moderna. Esta correlação histórica validaria uma aposta nas mudanças estruturais. Ela comenta que:

Em tom determinista, pode-se dizer que, conforme essa versão, no reino da necessidade os processos históricos e sociais seguem seus rumos e a ação do Estado pode apenas precipitar ou obstar um desfecho já prefigurado e de alcance civilizatório. Nessa perspectiva, políticas reparatórias são um tema polêmico: podem ou não produzir resultados antecipados e desejados.⁹

As análises sociológicas e estatísticas mais recentes que avançam na abordagem da perspectiva acima citada revelam que existiria, já na modernidade, “um persistente padrão de discriminação racial, difuso e velado, que opera na sociedade brasileira”¹⁰, mais especificamente nas oportunidades do mercado educacional, que poderia explicar melhor a desigualdade racial - que vitima prioritariamente os negros - do que a correlação histórica. Para a autora,

[...] enquanto os cientistas sociais valem-se de sistemas de classificação muito rígidos, a população utiliza uma variedade expressiva de termos para se auto definir em matéria de raça, cor ou etnia. Tal paradoxo na dinâmica racial brasileira tem sido a “pedra no sapato” tanto para a luta pela racialização empreendida por significativos segmentos do movimento negro quanto para as “soluções sociológicas” que pretendem “concertar” o mundo das desigualdades raciais pela “demonização” do mito da democracia racial.¹¹

Outro tipo de reconhecimento da discriminação racial, também analisada por Grin, é a da popular percepção culturalista das relações raciais. Esta percepção não ignora o lugar desigual do negro na sociedade brasileira e encontra sentido para isso na premissa de que os brasileiros se sentem singulares por viverem em um país

⁸ GRIN, 2001, p.174.

⁹ GRIN, 2001, p.175.

¹⁰ GRIN, 2001, p.175.

¹¹ GRIN, 2001, p.175.

miscigenado, onde a interação entre brancos, índios e negros é, segundo a autora, “a um só tempo é hierárquica, inclusiva e complementar, exhibe harmonia e plasticidade, revelando um diferencial em relação a outros contextos raciais”.¹² Na perspectiva culturalista,

Adotar políticas reparatórias significaria a um só tempo a desestabilização de uma cosmologia “racial” híbrida, complementar e inclusiva e a aceitação de uma “culpa histórica”, que segundo essa versão não teria lugar na “estrutura moral e afetiva” das relações entre sujeitos sociais.¹³

Partindo das diferentes percepções, a autora não encontra em suas análises um consenso no debate acadêmico-intelectual que possa garantir ao governo justificativas morais para uma mudança radical nos princípios “universalistas” que são a base das políticas públicas nas chamadas democracias liberais. Porém, independente das diferentes explicações lógicas, a discussão da discriminação racial e da desigualdade racial e social está na pauta política e exige, por parte dos segmentos que compõem o movimento negro e da sociedade, que sejam encampadas:

Estratégias de compensação, de descontos, a serem adotadas pelo governo, por constrangimento legal e moral e até por intervenção no mercado, para aplacar desigualdades sociais que resultam da discriminação racial.¹⁴

Assim, temos a explicitação de que a sociedade brasileira tem consciência da discriminação e da desigualdade racial existente nas mais diversas relações e estruturas sociais. Porém, são perspectivas diferentes de compreensão dessa realidade e que, como já vimos, não são consensuais, tornando complexa qualquer possibilidade de implementação de políticas de ação afirmativa.

A luta por igualdade racial no Brasil, nesse novo momento em que se reconhece o racismo, no que se refere à agenda governamental, de certa forma aconteceu também influenciada de fora para dentro. Isto se explica pelo fato de que foi depois da Conferência Mundial contra o Racismo em Durban, que o Estado brasileiro começou as suas ações para a promoção da igualdade racial inclusive com a adoção de políticas públicas de ação afirmativa.

¹² GRIN, 2001, p. 175.

¹³ GRIN, 2001, p. 176.

¹⁴ GRIN, 2001, p. 177.

A III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, foi um evento muito importante no que diz respeito à posição assumida pelo Estado brasileiro em reconhecer, internacionalmente e institucionalmente, o racismo no Brasil. O Estado brasileiro, enquanto signatário da conferência de Durban, assumiu compromissos internacionais no que se refere ao reconhecimento e enfrentamento do racismo no Brasil. A seguir destaco alguns desses compromissos que fomentaram a implementação das ações afirmativas no país. No que diz respeito às Questões Gerais, o relatório explicita:

Declaramos que, para o propósito da presente Declaração e Programa de Ação, as vítimas do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata são indivíduos ou grupos de indivíduos que são ou têm sido negativamente afetados, subjugados ou alvo desses flagelos; Reconhecemos que racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata ocorrem com base em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica e que as vítimas podem sofrer múltiplas ou agravadas formas de discriminação calcadas em outros aspectos correlatos como sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outro tipo, origem social, propriedade, nascimento e outros.¹⁵

Sobre as Origens, Causas, Formas e Manifestações Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, reconhece:

Reconhecemos que a escravidão e o tráfico de escravos, incluindo o tráfico transatlântico de escravos, foram tragédias terríveis na história da humanidade, não apenas por sua barbárie abominável, mas também em termos de sua magnitude, natureza de organização e, especialmente, pela negação da essência das vítimas; reconhecemos ainda que a escravidão e o tráfico de escravos são crimes contra a humanidade e assim devem sempre ser considerados, especialmente o tráfico transatlântico de escravos, estando entre as maiores manifestações e fontes de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; e que os africanos e afrodescendentes, asiáticos e povos de origem asiática, bem como os povos indígenas foram e continuam a ser vítimas destes atos e de suas conseqüências.¹⁶

E ainda:

¹⁵ RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. Durban, 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/Durban_4.htm>. Acesso em: 23 jul. 2007.

¹⁶ RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001.

Reconhecemos que o colonialismo levou ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e que os africanos e afrodescendentes, os povos de origem asiática e os povos indígenas foram vítimas do colonialismo e continuam a ser vítimas de suas conseqüências. Reconhecemos o sofrimento causado pelo colonialismo e afirmamos que, onde e quando quer que tenham ocorrido, devem ser condenados e sua recorrência prevenida. Ainda lamentamos que os efeitos e a persistência dessas estruturas e práticas estejam entre os fatores que contribuem para a continuidade das desigualdades sociais e econômicas em muitas partes do mundo ainda hoje.¹⁷

O relatório declara a necessidade urgente de se traduzir os objetivos da Declaração em um Programa de Ação prático e realizável, a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata e assim faz as seguintes inferências no que diz respeito ao item sobre os Africanos e Afrodescendentes:

Insta os Estados a facilitar a participação de pessoas de descendência africana em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade, no avanço e no desenvolvimento econômico de seus países e a promover um maior conhecimento e um maior respeito pela sua herança e cultura;

Insta os Estados a assegurar o acesso à educação e a promover o acesso a novas tecnologias que ofereçam aos africanos e afrodescendentes, em particular a mulheres e crianças, recursos adequados à educação, ao desenvolvimento tecnológico e ao ensino a distância em comunidades locais; insta, ainda, os Estados a promover a plena e exata inclusão da história e da contribuição dos africanos e afrodescendentes no currículo educacional;

Incentiva os Estados a identificar os fatores que impedem o igual acesso e a presença equitativa de afrodescendentes em todos os níveis do setor público, incluindo os serviços públicos, em particular a administração da justiça; e a tomar medidas apropriadas à remoção dos obstáculos identificados e, também, a incentivar o setor privado a promover o igual acesso e a presença equitativa de afrodescendentes em todos os níveis dentro de suas organizações.¹⁸

A participação dos representantes do Brasil no evento da Organização das Nações Unidas em Durban foi importante para legitimar a necessidade das políticas demandadas pelos grupos historicamente excluídos do processo de integração na sociedade brasileira, notadamente os indígenas e, principalmente, os negros. Nesse sentido, a implementação das políticas de ação afirmativa por parte do Estado brasileiro vai em direção às exigências contemporâneas da construção de relações respeitadas entre os diferentes grupos que expressam a diversidade cultural e étnica

¹⁷ RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001.

¹⁸ RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001.

da humanidade reparando as dívidas históricas para com esses grupos e os indivíduos que os compõem.

Ressalto que a ação estatal não aconteceu de forma benévola ou voluntária. Foi resultado, no entanto, de muitos anos de enfrentamento da questão do racismo e desigualdade racial pelas organizações do movimento negro na sociedade brasileira. Como referência às lutas por igualdade racial por parte do movimento, tomo a Marcha Zumbi dos Palmares, empreendida em 1995, que Werneck assim nos relata: “Naquela marcha, milhares de ativistas foram a Brasília demandar do governo federal o desenvolvimento de ações para combater o racismo e a desigualdade racial”.¹⁹

A marcha Zumbi dos Palmares foi considerada como um momento de grande relevância para a luta contra o racismo e como marca de um momento decisivo para colocar na pauta da sociedade e do Estado o enfrentamento das desigualdades raciais. Heringer analisou assim o evento:

Uma mobilização ampliada e bem sucedida das organizações do movimento negro em 1995, por ocasião da celebração dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares marcou o início deste período em que a chamada “questão racial” entrou em pauta no debate público brasileiro de uma nova forma. As bandeiras de estratégias de redução das desigualdades raciais vieram somar-se à condenação do racismo que consistia em uma das principais preocupações do movimento negro desde os anos setenta.²⁰

Pensar sobre promoção de igualdade racial no Brasil é partir para o enfrentamento de uma ideologia racista que, durante muito tempo e ainda hoje, para uma parte da sociedade brasileira, teve e tem uma função quase hegemônica de garantir uma democracia racial no país. É pretender negar, ou pelo menos desestabilizar, a tão “estável” identidade nacional baseada na miscigenação dos três grupos raciais fundadores da nacionalidade brasileira: branco, negro e índio. Porém, não enfrentar o tema é querer não reconhecer as mudanças de percepção desta questão em vários setores da sociedade, exigindo dos mesmos uma ação política que implicasse em mudanças nas relações raciais até então estabelecidas com

¹⁹ WERNECK, Jurema. **A luta continua: o combate ao racismo pós-Durban**. Observatório da Cidadania 2005. p.56- 65. Disponível em: <www.dialogoscontraoracismo.org.br/forms/imprensa.aspx?strUrlRetorno=imprensa.aspx&idDownload=91>. Acesso em: 01 set. 2007.

²⁰ HERINGER, Rosana. **Um balanço das políticas afirmativas no Brasil: 1995-2005**. ADVIR, n. 19, set. 2005. p. 51.

prejuízos históricos para a afirmação da cidadania, principalmente de negros e indígenas no Brasil.

A luta por igualdade racial é uma exigência. Compõe a pauta das discussões da sociedade brasileira no Brasil contemporâneo. Principalmente depois do processo de redemocratização que, em parte, se efetivou nos anos 80 do século XX quando a luta por direitos teve um grande avanço no contexto das políticas sociais e na qual a presença das organizações do movimento negro fez por garantir reivindicações por políticas raciais, ou racializadas, como dizem alguns autores.

Para a compreensão deste trabalho acadêmico é preciso esclarecer que assumo aqui a concepção de desigualdade racial na perspectiva de Heringer, que assim define o termo:

Utilizo aqui o termo desigualdade racial para designar as diferenças em termos de acesso a oportunidades sociais e econômicas segundo o pertencimento dos indivíduos a grupos raciais auto-identificados como tal. Estas desigualdades têm motivações históricas associadas a princípios, opiniões, crenças ou interpretações que admitem a existência de diferenças subjetivas entre os seres humanos em função de características físicas, tais como cor da pele, traços faciais, tipo de cabelo etc. Sabemos que o termo raça é uma construção histórica e social, mas sabemos também que a existência de práticas associadas a estas interpretações tiveram e têm conseqüências concretas e negativas para a vida de milhões de pessoas no Brasil e no mundo.²¹

Um dos aspectos das conseqüências negativas para negros e indígenas diz respeito ao direito de oportunidades iguais para o acesso ao ensino superior no país, no qual predomina uma população estudantil branca, seja nas universidades públicas ou nas instituições privadas. Tal quadro é proporcionado aos estudantes brancos por terem tido, dentre outras, oportunidades educacionais durante toda a sua infância e adolescência, e uma efetiva possibilidade de preparação para o processo seletivo do vestibular, outra instituição que é parte instrumental do processo de exclusão das instituições de ensino superior no Brasil, sobretudo das públicas e gratuitas.

É importante explicar que o conceito de promoção da igualdade racial que articulo na reflexão deste trabalho e que está relacionado com a promoção de políticas de ação afirmativa é o seguinte:

²¹ HERINGER, Rosana. **Ação Afirmativa e Combate às Desigualdades Raciais no Brasil: o desafio da prática**. Minas Gerais: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002. p. 1.

Nos princípios que têm guiado a atuação da SEPPIR, a promoção da igualdade racial é entendida como redução das desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra. Dentro destas mesmas orientações, a ação afirmativa é vista como um dos instrumentos do Estado para a realização da igualdade racial.²²

Relacionarei agora algumas ações do Estado brasileiro que representam parte do compromisso assumido com as demandas das organizações do movimento negro, como também com os organismos internacionais dos quais o Brasil participa, no que diz respeito à promoção da igualdade racial e enfrentamento do racismo. Tais ações têm sido acompanhadas por pesquisadores que avaliam as políticas de ação afirmativa no Brasil. Vejamos então:

- Entre 1996 e 1997 o governo incorporou demandas de políticas específicas para a população negra tanto no I Plano Nacional de Direitos Humanos quanto no documento que resultou do GTI - Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra.
- A partir do ano 2000, com a mobilização preparatória à Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em 2001 na África do Sul, as políticas de ação afirmativa passaram a ser discutidas, propostas e implementadas de maneira mais sistemática.
- O cenário que se apresentava no final de 2002, com a conclusão de dois mandatos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso era de uma teia de programas pontuais e localizados, que não guardavam coerência e interligação entre si.
- A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR em março de 2003, [já no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva] foi recebida como uma sinalização concreta de que o governo federal havia assumido como tarefa do executivo e uma ação articulada às demandas por promoção da igualdade racial já evocadas pelo movimento negro no passado recente.²³

Entendo que depois do reconhecimento do racismo no país assumido pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR em março de 2003, no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, é uma demonstração contundente de ação estatal que institucionaliza a relação do Estado brasileiro com o enfrentamento do racismo e com a promoção da igualdade étnico-racial. A SEPPIR se constitui, assim, no órgão oficial de articulação, acompanhamento e promoção de políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial no Brasil.

²² HERINGER, 2005. p. 52.

²³ HERINGER, 2005. p. 51-52.

1. 2 Políticas públicas de ação afirmativa: definições

Historicamente a ação afirmativa surgiu nos Estados Unidos, na década de 60 do século XX, em um contexto de reconhecimento da situação de desigualdade vivida pela população negra em relação à população branca na sociedade estadunidense. A idéia era se tomar uma atitude positiva afirmativa, em oposição à situação de se ficar passivo diante de uma declaração de igualdade entre as pessoas que não ocorria de fato. A passividade era o mesmo que uma tomada de posição em favor da discriminação racial. A iniciativa teria sido do próprio presidente estadunidense John Kennedy, tendo o Congresso norte-americano, logo depois da sua morte, aprovado um pacote de leis chamadas Leis dos Direitos Civis, que não explicitavam a ação afirmativa mas tornavam possível a exigência, por parte da sociedade, de medidas que promovessem a igualdade racial.

Tais possibilidades foram se concretizando quando, segundo Silva:

Começaram a ser implantadas iniciativas de cunho governamental, principalmente nas áreas de educação e emprego e, posteriormente, na área eleitoral. A seguir, as áreas legislativas, executiva, o Poder Judiciário e também a esfera privada passaram a atuar de forma ativa, para legitimar aquelas ações que se propunham a promover a igualdade racial²⁴.

Anteriormente desconhecida da grande maioria da população do Brasil, a “ação afirmativa” nos últimos doze anos, de 1995 a 2007, passou por um verdadeiro trabalho social de construção de significação, principalmente no que diz respeito a sua relação com o enfrentamento da desigualdade racial. Tornou-se pauta constante dos veículos de comunicação, da discussão política para elaboração de políticas públicas por parte dos governos e dos debates teóricos dos pesquisadores da sociedade brasileira, além de ter se tornado palavra de ordem dos movimentos sociais, como por exemplo, do movimento negro.

Pinto e Clemente Júnior apontam como importante observar que a discussão sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil já acontece desde a década de 60 do século XX. Os autores afirmam que:

²⁴ SILVA, M. A. **Ações afirmativas para o povo negro no Brasil.** In: **Racismo no Brasil.** São Paulo: Peirópolis; Abong, 2002. p. 105-21 Disponível em: <http://pedagogia.incubadora.fapesp.br/portal/SOCEDII%20-%20Elie%20Ghanem/SILVAMariaAparecidaDaA_c3_a7_c3_b5esAfirmativasParaOPovoNegroNoBrasilInRACISMONoBrasilS_c3_a3oPauloPeir_c3_b3polisAbong2002P10521>. Acesso em: 20 dez. 2006.

Podemos encontrar outras propostas e discussões sobre ação afirmativa no Brasil desde a década de 60, destacando-se o papel do ex-senador Abdias do Nascimento como fomentador e formulador, mas é a partir de meados da década de 90 que a discussão se generaliza acadêmica e politicamente, tendo como marcos a criação do Grupo de Trabalho Interministerial Para a Valorização e Promoção da População Negra, em 1995, e o Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996.²⁵

Mas para que se possa entender o que são as políticas de ação afirmativa, dentro do contexto da discussão da qual participam o Estado brasileiro, o movimento negro e os acadêmicos e outros atores sociais sobre o enfrentamento da desigualdade racial na contemporaneidade do país, tomo como referência as palavras de Carvalho, quando declara que:

Ações afirmativas são políticas públicas que visam corrigir uma história de desigualdades e desvantagens sofridas por um grupo racial (ou étnico), em geral frente a um Estado nacional que o discriminou negativamente.²⁶

As políticas de ação afirmativa são conhecidas em outros países que viveram ou vivem situações de relações étnico-raciais análogas ou parecidas com as do Brasil. Ressalto que cada país tem a sua própria história e estabelece estas políticas de acordo com a sua concepção e com as medidas escolhidas dentro da autonomia que lhe cabe, mesmo quando exista uma indicação por parte de organismos internacionais para a aplicação das mesmas. Países como a Índia, Austrália, África do Sul, além dos Estados Unidos onde elas surgiram, dentre outros, fazem ou fizeram uso de políticas de ação afirmativa para promover a igualdade racial.

Um dos problemas para a compreensão do que são as políticas de ação afirmativa encontra-se nas diferentes definições que o termo levanta. Especificamente no caso brasileiro, o termo tornou-se sinônimo de “cotas”. Assim é importante lembrar que as cotas são apenas uma das modalidades ou medidas que podem ser tomadas, sendo consideradas inclusive como as mais fáceis de serem efetivadas. Ainda sobre o termo e suas definições, Heringer diz que a própria

²⁵ PINTO, P. G. H. R. CLEMENTE JÚNIOR, P. E. **Pensando a Ação Afirmativa: Políticas Públicas, Relações Raciais e Práticas Acadêmicas**. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Documentos/Pesquisas/PensandoAcaoAfirmativatexto.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2007.

²⁶ CARVALHO, J.J. **Ações afirmativas para negros e índios no ensino superior**. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2004/dpc/tetxt4.htm>>. Acesso em: 17 set. 2007.

definição já se torna um campo de disputas e sugere a seguinte definição, citando Reskin – 1997, por considerá-la uma das mais abrangentes. Então vejamos:

O termo ação afirmativa refere-se a políticas e procedimentos obrigatórios e voluntários desenhados com o objetivo de combater a discriminação no mercado e também de retificar os efeitos de práticas discriminatórias exercidas no passado pelos empregadores. (...) A ação afirmativa pode prevenir a discriminação de mercado de trabalho substituindo práticas discriminatórias – intencionais ou rotinizadas – por práticas que são uma proteção contra a discriminação.²⁷

Porém, considerada a necessidade de implementação das políticas de ação afirmativa, estas devem perpassar e se disseminar por toda a estrutura social onde as práticas discriminatórias tenham sido aplicadas como padrão, tornando-se, a partir de então, presentes em todas as esferas da vida social, seja no mundo do trabalho, da política e da educação em todos os seus níveis de ensino. Nesse sentido, também é importante a definição de Gomes, que entende essas políticas como sendo:

Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.²⁸

Gomes diz que entre os principais objetivos das políticas de ação afirmativa estão:

- a) Concretizar o ideal de igualdade;
- b) Contribuir de maneira pedagógica para a promoção de transformações de ordem cultural do imaginário coletivo com vistas à eliminação da idéia de supremacia e de subordinação racial;
- c) Eliminar efeitos de processos históricos de discriminação;
- d) Promover uma maior diversidade representativa com a inserção de membros de grupos tradicionalmente marginalizados, nas esferas públicas;
- e) Privadas do poder econômico, político e social;

²⁷ RESKIN, Barbosa. **Affirmative Action in Employment**. Washington: American Sociological Association, 1997. IN XIII Encontro da Associação brasileira de estudos populacionais apud HERINGER, Rosana, **Ação afirmativa e combate às desigualdades raciais no Brasil: o desafio da prática**. Minas Gerais, 2002.

²⁸ SANTOS, Renato Emerson dos & LOBATO, Fátima (Orgs.). **Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. 2003. Rio de Janeiro: DP&A.p.27. Resenha BALBINO, de Antônio Bernardino. Resenha educativas/education review, Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: <<http://edrev.asu.edu/reviws/revp22.htm>>. Acessado em: 9 abr. 2004.

- f) Contribuir para tornar mais efetivas as influências positivas que o pluralismo tende a exercer sob os povos de formação e composição multicultural;
- g) Possibilitar o surgimento de exemplos vivos de mobilidade ascendente, com vistas ao estímulo e ao fortalecimento da auto-estima das novas gerações.²⁹

No caso específico das relações raciais vividas no país, estas foram fundadas no tempo da escravidão das populações indígenas e, sobretudo, das populações negras no período da colonização. No século XIX, foram agravadas pela ideologia de um Brasil – cadinho presente nos textos de Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues³⁰. Depois, tais relações se tornaram dissimuladas com a ideologia de uma democracia racial que predomina até os dias atuais quando esta é confrontada com a exigência da promoção de igualdade racial. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas - ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNDU, demonstra o seu reconhecimento da necessidade das políticas de ação afirmativa no Brasil e sugere a implementação das mesmas:

As políticas de ação afirmativa são não apenas recomendáveis, mas necessárias para que o Brasil consiga reverter a desigualdade racial. Elas devem, no entanto, ser acompanhadas de políticas universalistas. É o que defende o "Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 — Racismo, pobreza e violência" [...].³¹

Tratarei nos próximos itens deste capítulo sobre a implantação das políticas de ação afirmativa no Brasil, em especial as que foram implementadas na área da educação e com uma atenção maior para aquelas de acesso à educação superior. Vou começar retomando as orientações das Nações Unidas a esse respeito.

²⁹ SANTOS, 2003.

³⁰ ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. 2 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. p.37.

³¹ Combate ao racismo exige ação conjunta de governo e sociedade, afirma o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNDU Em relatório sobre o racismo no Brasil, programa da ONU defende ações afirmativas. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=1607&lay=rac>>. Acesso em: 8 set. 2006.

1.3 As políticas públicas de ação afirmativa para negros: universalismo *versus* particularismo

Retomo o tema da implantação das políticas de ação afirmativa no Brasil considerando as recomendações do Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil 2005 – Racismo Pobreza e Violência, da ONU, que reconhece a situação de desigualdade racial no país mas adverte que o enfrentamento da questão não deixe de observar também, políticas universalistas. De fato, a questão das políticas universalistas e das políticas particularistas, focais ou que privilegiam grupos ao invés do indivíduo, foi motivo de grande controvérsia antes da implantação das políticas de ação afirmativa para negros no Brasil. Mesmo agora, depois de sua implantação, ainda provocam muitos debates que levantam a discussão da legitimidade dessas políticas em sociedades liberais que têm como princípio o direito da igualdade entre todos os indivíduos perante a lei.

Na verdade, as políticas particularistas ou focalistas, como as de ação afirmativa para negros, não prescindem das políticas universalistas nesse contexto de enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil, mas devem ser aplicadas de forma complementar, como explicam especialistas e recomendam as Organizações das Nações Unidas. Nesse sentido César afirma que:

Em sociedades cuja distribuição de bens e direitos já apresenta um perfil eqüitativo e homogêneo, qualquer redistribuição universal torna-se uma política possível e eficaz. No entanto, em sociedades muito desiguais, como é o caso da brasileira, as demandas trazidas pelos grupos minoritários apenas confirmam a teoria de que políticas universais de cunho liberal somente tendem a perpetuar as desigualdades já distribuídas.³²

Assim, o princípio da igualdade que orienta as políticas universalistas é questionado pelas organizações do movimento negro no contexto do enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil, tendo em vista que, de fato, tal princípio não representou e nem representa uma efetiva garantia de oportunidades e direitos a essa “minorias” étnico-racial. Essa minoria, histórica e sistematicamente, vem sofrendo com os prejuízos de uma não inserção ou inserção subalterna na vida

³² CÉSAR, Raquel Coelho Lenz. **Políticas de inclusão no ensino superior brasileiro: um acerto de contas e de legitimidade.** ADVIR N° 19, Rio de Janeiro. Setembro de 2005.

social do país, demandando uma intervenção do Estado no sentido da reparação e correção dessa situação.

Com argumentação contrária às políticas de ação afirmativa e o sistema de cotas enquanto possibilidade de acesso ao ensino superior de minorias, Azevedo alega que não é vantagem para ninguém não concorrer pelos méritos próprios, mas, pela cor da pele. Segundo a autora,

[...] Perdem os estudantes “brancos”, perdem os estudantes “negros”, pois ninguém mais teria o direito de concorrer a 100% das vagas movido pelo seu próprio esforço, disciplina e talento, já que o quesito identidade de cor teria precedência sobre o mérito individual de cada vestibulando³³.

A professora Yvonne Maggie, juntamente com um grupo de acadêmicos formado por Peter Fry, Mônica Grin, Eunice Durham, dentre outros, tem se posicionado contra as cotas e, conseqüentemente, contra as políticas particularistas e defende a seguinte posição sobre o tema universalismo X particularismo:

A preocupação de um universalismo que não exclua a preocupação com o grupo social específico – negros – é uma das possíveis formas de construir canais para viabilizar a ascensão social de parcelas “carentes” de nossa juventude, não necessariamente identificadas por uma origem étnica comum.³⁴

No caso da sociedade estadunidense que, por muito tempo utilizou e ainda utiliza políticas particularistas, já se discute a implementação de outra forma de política que esteja mais na perspectiva universalista. Moehlecke, comentando sobre os pesquisadores contrários às cotas nos Estados unidos, nos diz que:

Alguns pesquisadores norte-americanos sustentam que a oposição existente em relação às políticas de ação afirmativa decorre justamente do fato delas atentarem contra a tradição universalista que caracterizaria a identidade de sua sociedade e que tem no individualismo um dos seus pilares. A centralidade da raça e o racismo e preconceito racial, de um modo geral, fariam parte do passado e nele deveriam permanecer também as políticas diferencialistas³⁵.

³³ AZEVEDO, de Célia Maria Marinho. **Cota racial e Estado: abolição do racismo ou direitos de raça?** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan/abr. 2004. p. 214.

³⁴ MAGGIE, Yvonne. **Os novos bacharéis: a experiência do pré-vestibular para negros e carentes.** Novos Estudos: CEBRAP, n. 59, março 200. p.193-202.

³⁵ MOEHLECKE, Sabrina, **Fronteiras da igualdade no ensino superior: excelência e justiça racial.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 2004

Carvalho observa que,

Obviamente, aqueles que são contrários às ações afirmativas invocam a ideologia do mérito, porém sem questionar a história da desigualdade entre os brancos e os negros que concorrem por vagas nas universidades brasileiras.³⁶

É como se todos tivessem recebido as mesmas oportunidades sócio-econômicas desde o seu nascimento e acumulado um capital educacional que os tornassem concorrentes equânimes nas disputas da sociedade. A legitimidade da demanda por uma política particularista tem a sua garantia constitucional e esse foi mais um motivo para o Estado brasileiro reconhecer a demanda do movimento negro e implantar as políticas para a efetivação da ação afirmativa não só em instituições públicas estatais como em instituições de ensino privadas. César argumenta que o direito constitucional das minorias não feriu o princípio da igualdade. A autora esclarece sobre o tema dizendo que:

Assim é que na Constituição brasileira de 1988, a proteção diferenciada para grupos minoritários surge sem ferir o princípio da igualdade. Ela se justifica tanto em respeito à identidade de grupos historicamente discriminados ou mais vulneráveis à discriminação, quanto sobre grupos cuja situação de intolerável desigualdade social, ou sub-representatividade política, reclamavam meios e prerrogativas político-institucionais capazes de lhes dar condições de vida mais igualitárias no contexto social.³⁷

Desta forma, além de uma justificativa histórico-social as políticas de ação afirmativa demandadas pelos negros no Brasil têm o seu respaldo na legislação, foram implementadas e encontram-se em processo de consolidação e também de avaliação, tanto pelos seus defensores que esperam pelos resultados positivos como pelos seus opositores, que não são contra os beneficiários das políticas, mas contra os critérios para a efetivação das mesmas.

Observadas as reflexões apresentadas até aqui sobre o contexto sócio-histórico-cultural da implantação das políticas de ação afirmativa no país, especificamente em relação às políticas universalistas, se torna plausível a recomendação da ONU no Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – Racismo, Pobreza e Violência, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, quando afirma:

³⁶ CARVALHO, J.J. **Ações afirmativas para negros e índios no ensino superior**. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2004/dpc/tetxt4.htm>>. Acesso em: 17 set. 2007.

³⁷ CÉSAR, 2005. p.59.

As políticas universalistas são uma responsabilidade inalienável do Estado brasileiro, um objetivo constitucional permanente, e devem atender todas as cidadãs e todos os cidadãos do país. As políticas de ação afirmativa são urgentes porque as políticas universalistas não foram de fato universalistas, e assim deixaram as mulheres e os homens negros, bem como os povos indígenas, em secular desvantagem na sociedade brasileira.³⁸

Portanto, as políticas de cunho particularista como as de ação afirmativas para negros e outros grupos chamados de minorias, não se colocam como substitutas das políticas universalistas, pelo contrário, buscam efetivar o princípio da igualdade na realidade social. E, quando implementadas, são entendidas como emergenciais e temporárias, servindo de instrumento de correção de injustiças que até então recrudesciam na estrutura social. São políticas transitórias que tendem a remediar situações desiguais de oportunidades como as que se evidenciam com as informações sobre a ínfima presença de negros como estudantes nas instituições de ensino superior privadas e, especialmente, nas públicas, no Brasil.

As políticas públicas de ação afirmativa eram uma reivindicação antiga das organizações do movimento negro no Brasil. Desde os anos 60 do século passado, quando o ex-senador Abdias Nascimento já insistia na discussão de tais políticas para combater as desigualdades raciais no país. No entanto, elas não são unanimidade entre organizações de negros no país. Manifestações contrárias à ação afirmativa e outras formas de enfrentamento do racismo têm sido contestadas por, pelo menos, uma organização do movimento negro: o Movimento Negro Socialista – MNS.

O MNS, constituído em 13 de maio de 2006, em São Paulo, se apresenta como “fruto da discussão entre antigos militantes socialistas e negros preocupados com o rumo da discussão sobre o combate ao racismo, a relação com a luta de classes e a luta pela libertação de todo povo oprimido no Brasil e no mundo”. Entre as suas bandeiras e manifestações estão:

A firme posição do MNS de combater as políticas de “ação afirmativa” e a política de cotas raciais e constituição de uma frente ampla com intelectuais, artistas, outros movimentos negros, sindicalistas etc. Constituiu-se numa referência para os marxistas na discussão e posicionamento na luta pela igualdade e contra as armadilhas das políticas incentivadas pela ONU, ONG's, Governo.³⁹

³⁸ Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – Racismo, pobreza e violência, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

³⁹ Movimento negro socialista - MNS. Quem somos. Disponível em:

<<http://www.mns.org.br/index2.php?programa=quemsomos.php>>. Acesso em: 17 out. 2007.

O MNS reconhece a situação da desigualdade racial na sociedade brasileira e que os negros compõem a maioria da população de desprovidos dos recursos sócio-econômicos mas preconiza outro modo de enfrentamento, assim declarando:

Os negros são a maior parcela dos oprimidos no Brasil e nós sabemos que o racismo é uma arma da classe dominante para dividir nossos irmãos trabalhadores, por isso é fundamental que nós nos organizemos para combater aqueles que querem perpetuar o regime da exploração e sua repugnante ideologia racista. A luta contra o racismo é a luta contra a sociedade de classes e, portanto contra o capitalismo.⁴⁰

Entendo como pertinente a reflexão de Boaventura dos Santos quando analisa a questão da discriminação de classe e a discriminação racial, e a ponderação que ele faz sobre as formas do enfrentamento, inclusive experimentadas em outros países, em conjunto das duas questões. Também é claro para mim que essa não é a forma para derrubar o capitalismo e acabar com a luta de classes como expressa o MNS. Se não, vejamos:

Sem dúvida que a discriminação racial ou étnica ocorre em conjunção com a discriminação de classe, mas não pode ser reduzida a esta e deve ser objecto de medidas específicas. Na Índia, a discriminação de casta é objecto de acção afirmativa, apesar de actuar em conjunção com a discriminação de classe e de sexo. Na África do Sul, a discriminação racial é objecto de acção afirmativa, apesar de actuar em conjunção com a discriminação de classe.⁴¹

Penso que é importante a informação de divergência dentro do próprio movimento negro, ou pelo menos do grupo dos que se declaram negros, mesmo reconhecendo que, até então, o MSN só tem aparecido, inclusive na mídia, em situações em que as políticas de ação afirmativa estão sendo rejeitadas por interesses que não correspondem aos que o movimento afirma defender, ou seja: o combate ao capitalismo, mas por outras questões como a do mérito e do direito da igualdade liberal. Porém vejo como uma abordagem que revela e expõe um pensamento de parte da esquerda que não concorda com as políticas e apresenta para sociedade a sua divergência de base ideológica.

A ponderação do antropólogo e professor da Universidade de São Paulo, Kabengele Munanga é pertinente e vai ao encontro do que ele chama de cerne da

⁴⁰ Movimento negro socialista - MNS. Quem somos. Disponível em:

<<http://www.mns.org.br/index2.php?programa=quemsomos.php>>. Acesso em: 17 out. 2007.

⁴¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A questão do acesso na Universidade do Século XXI**. ADVIR, n. 19, set. 2005. p.8.

questão, que é aumentar a presença universitária negra no ensino superior do Brasil. Para ele,

A questão ainda está mal discutida, sendo formulada num tom passional, tanto pelos negros como pelos intelectuais. A questão não é a existência ou não das cotas. O fundamental é aumentar o contingente negro no ensino superior de boa qualidade, descobrindo os caminhos para que isso aconteça⁴².

Ressalto que criar o fato político de aumentar a presença de estudantes negros no ensino superior é importante desde que a garantia não seja exclusivamente de acesso, mas de condições de permanência, questão que será observada em reflexão ainda neste trabalho.

1.4 As políticas públicas de ação afirmativa para negros no ensino superior

Partindo da perspectiva que o Estado, os intelectuais e boa parte da sociedade brasileira reconhecem a existência das desigualdades raciais no Brasil, e que essas desigualdades se expressam na estrutura social através da grande ausência ou presença subalterna dos indivíduos pertencentes aos grupos historicamente excluídos da participação na vida social, principalmente nas oportunidades educacionais que dão suporte para o mercado de trabalho e condições de ascensão social na sociedade capitalista, a luta por políticas de ação afirmativa não podia deixar de contemplar o ensino superior. Nível de ensino sabidamente elitista, quase que exclusivamente freqüentado pela população branca e sonho para o contingente jovem constituinte desses grupos, principalmente dos negros, como assinala Moehlecke:

Se o ensino superior brasileiro continua aberto a poucos, isso se acentua drasticamente no caso dos alunos negros. Apesar de comporem 45% dos brasileiros, a população preta e parda (de acordo com a classificação do IBGE) que conclui o ensino superior representa apenas 2% e 12% daquele total, respectivamente, comparado com 83% da população branca.⁴³

⁴² MUNANGA, Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. Revista Estudos Avançados. V. 18, n. 50, São Paulo, 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100005&lng=en&nrm=iso>
Acesso em: 10 set. 2006.

⁴³ MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial**. Revista Educação e Sociedade: Campinas, vol. 25, n. 88, p. 757-776, Especial - Out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 17 set. 2007.

É necessário destacar o Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, pela importância histórica que ele tem para a compreensão da luta por políticas públicas de acesso à educação superior para negros no Brasil. É desta época o jornal Quilombo que, durante os anos de 1949 e 1950, publicava em uma das suas colunas os cinco pontos do programa do jornal no qual se explicitava a necessidade de alunos negros serem bolsistas do Estado enquanto a educação pública não fosse universalizante. Carvalho comenta assim essa reivindicação:

Uma forma de ações afirmativas parecida com a idéia de uma bolsa de estudos para jovens negros foi colocada em 1949 pelo jornal Quilombo. Conforme ocorrera nos anos 30, também nos anos cinquenta esse assunto encerrou, não houve um avanço institucional por parte da elite para incorporar a demanda negra por inclusão no sistema educativo. Evidentemente, a demanda não parou e nos anos setenta essa reivindicação cresceu muito mais e encontrou outra barreira muito forte que foi a barreira da ditadura militar⁴⁴.

O projeto das universidades brasileiras, com uma visão acadêmica eurocêntrica, não era compatível, muito pelo contrário, com um compromisso de enfrentamento da questão étnico-racial no país. Assim, as primeiras universidades brasileiras – Universidade Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade de São Paulo - perderam a oportunidade histórica no momento de suas fundações – anos trinta do século XX – de criarem efetivas oportunidades de inclusão étnico-racial entre os seus discentes, porém todas se constituíram com o perfil totalmente branco. Carvalho considera que:

Naquele momento inicial teria sido possível integrar negros e índios com muito mais facilidade e com eles teríamos formado os que depois se transformaram em professores das outras universidades. Mas isso não ocorreu. Naquele momento em que teria sido possível gerar uma discussão pública sobre a função social da universidade pública, seu papel social ficou restrito apenas à formação da elite política e econômica do país - a do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo e depois do Rio de Janeiro.⁴⁵

² SANTOS, Boaventura de Sousa. **A questão do acesso na Universidade do Século XXI**. ADVIR, n. 19, set. 2005. p.8.

³ SANTOS, 2005.p.8.

⁴⁴ CARVALHO. José Jorge de. **Inclusão Étnica e Racial no Ensino Superior**: Um Desafio para as Universidades Brasileiras. Palestra proferida na II Semana da Consciência Negra da FEEVALE. FEEVALE: Novo Hamburgo, 17 nov. 2004. Disponível em:

<<http://www.unb.br/ics/dan/Serie382empdf.pdf>>. Acesso em: 25 jul.2006.

⁴⁵ CARVALHO. 2004. p. 4.

Elitista, branca e de formação acadêmica eurocêntrica. Seria muito difícil que, com este perfil, esta universidade pública brasileira não se calasse diante de uma percepção imposta para a população sobre uma democracia racial que também lhe interessava enquanto sociedade hierarquizada onde cada um sabe o seu lugar e o dos negros e índios. A universidade era tão conservadora e racista como os governantes de plantão do Estado a quem pertencia e a sociedade em que ela está inserida.

Partindo do ponto de vista de Boaventura, penso que não se pode fazer uma crítica do acesso ao ensino superior sem que também seja feita uma crítica ao caráter colonial constitutivo da universidade moderna. Explicitando sua posição, assim ele se pronuncia:

A universidade não só participou na exclusão das raças e etnias ditas inferiores, como teorizou a sua inferioridade que estendeu aos conhecimentos produzidos pelos grupos excluídos em nome da propriedade epistemológica concedida à ciência. As tarefas de democratização do acesso são, assim, particularmente exigentes porque questionam a universidade no seu todo, não só quem a frequenta, como os conhecimentos que são transmitidos a quem as frequenta.⁴⁶

Com uma argumentação favorável às políticas de ação afirmativa como forma de democratizar o acesso ao ensino superior para os discriminados racial e etnicamente, Boaventura dos Santos, nomeando que chama de *idéias-mestras*, afirma que:

Nas sociedades multinacionais e pluri-culturais, onde o racismo, assumido ou não, é um facto, as discriminações raciais ou étnicas devem ser confrontadas enquanto tal com programas de acção afirmativa (cotas e outras medidas) que devem visar, não só o acesso, como também o acompanhamento, sobretudo durante os primeiros anos onde são por vezes altas as taxas de abandono.⁴⁷

Reconhecendo as conseqüências da discriminação racial, o referido autor também observa que esta deve ser combatida juntamente com a discriminação de classe, sendo que na maioria das vezes caminham de mãos dadas.

Em todo o País, as diversas instituições de ensino superior, públicas ou privadas, já contam com um contingente de estudantes procedentes das políticas de

⁴⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A questão do acesso na Universidade do Século XXI**. ADVIR, n. 19, set. 2005. p.8.

⁴⁷ SANTOS, 2005.

ação afirmativa. Seja os que ingressaram pelas cotas ou os que são oriundos do Programa Universidades para Todos – PROUNI. A questão da discussão sobre políticas universalistas e políticas particularistas continua presente e outra está em observação, que é a do rendimento dos alunos ingressantes através dessa modalidade de política em comparação com os não cotistas. As primeiras observações sobre o rendimento apontam para uma posição positiva, visto que os estudantes cotistas estão na média dos outros, quando não estão acima da média. Aguarda-se a conclusão de cursos completos para se fazer uma avaliação mais aprofundada da política.

Independente da avaliação do rendimento dos estudantes ingressantes pelas políticas de ação afirmativa, para Silva e Silvério é fundamental que:

A educação superior que admite o ingresso diferenciado, incluindo reserva de vagas para negros e outros marginalizados, engaja-se na luta por justiça social e racial, ao buscar corrigir e suprimir discriminações a que esses grupos têm sido submetidos.⁴⁸

Partindo dessa premissa, argumentam esses autores sobre o papel das instituições de ensino superior frente à presença dos estudantes cotistas ou outros beneficiários de modalidades diferentes de políticas públicas de ação afirmativa: “Caberá ao estabelecimento de ensino que os recebe fornecer todos os meios, apoio material, pedagógico e até mesmo afetivo para que cumpram com êxito o percurso acadêmico”.⁴⁹

De acordo Daflon, as Universidades Públicas brasileiras que adotaram políticas de ação afirmativa até abril de 2007 são:

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Universidade do Estado da Bahia (UEBA), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Mato-Grosso do Sul (UEMS), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade

⁴⁸ SILVA, P. B. G. e ; SILVÉRIO, Valter Roberto . **Educação e Ações Afirmativas: Entre a Justiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003.

⁴⁹ SILVA, P. B. G. & SILVÉRIO, V. R. 2003.

Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)⁵⁰.

Ainda de acordo com fonte acima citada, o panorama atual das políticas de ação afirmativa, modalidade cotas, é o seguinte:

- 38 universidades adotam ações afirmativas; Dessas:
- 10 são universidades federais;
- 21 adotaram cotas e 3 adotaram o sistema de pontuação adicional;
- 15 adotaram o sistema por decisões dos Conselhos Universitários;
- 6 universidades conjugam os critérios racial (étnico) e econômico (classe);
- 4 Universidades adotam como requisitos apenas ser negro.⁵¹

Basicamente o sistema de cotas, adotado como uma medida das políticas de ação afirmativa, funciona com a reserva de um percentual das vagas ofertadas no vestibular das instituições de ensino superior para estudantes negros e/ou indígenas, oriundos de escolas públicas e que comprovem carência socioeconômica. Já as instituições que não concordam com o sistema de cotas aplicam outros critérios como o de pontuação extra, as notas obtidas nas provas do vestibular, para os estudantes negros ou egressos de escolas públicas. Outras variações de critérios também podem ser utilizadas de acordo com a autonomia de cada instituição de ensino.

Segundo o antropólogo Lívio Sansone⁵², professor da Universidade Federal da Bahia – UFBA, as políticas de ação afirmativa já estão chegando na pós-graduação e em breve teremos cotas “raciais” para os mestrados e doutorados nas universidades públicas do Brasil. Se o ensino superior já é um reduto elitista e excludente, principalmente nas instituições públicas, é perfeitamente imaginável o quanto é fechado o seletor mundo da pós-graduação, precisando também ser alcançado por esse processo de tornar democraticamente acessível a educação em todos os níveis para todos os que desejam adentrá-la.

⁵⁰ DAFLON, Verônica Toste. **Ação Afirmativa no Ensino Superior: Sumário da Situação Atual – abril 2007**. IUPERJ. Disponível em: <<http://aasn.iuperj.br/portugues/aaes-sumario.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2007.

⁵¹ DAFLON, 2007.

⁵² SANSONE, Lívio. VII Reunião Antropológica do Mercosul - RAM. Simpósio Ação Afirmativa. Porto Alegre, Julho, 2007.

Concluído o item, volto à observação de Boaventura quando considera a condição de carência socioeconômica como critério para ser beneficiado com a bolsa de estudos. O Programa Universidade para Todos – PROUNI contempla essa observação e, para garantir as políticas de ação afirmativa de combate à discriminação e desigualdade racial e étnica, reserva um percentual de bolsas correspondente ao índice de autodeclarados negros e índios por Unidade Federativa no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.⁵³ Estarei fazendo uma abordagem maior sobre o PROUNI no próximo item.

1.4.1 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

O censo educacional divulgado em agosto de 2003 constatou que apenas 9% dos jovens brasileiros na faixa etária de 18 a 24 anos de idade⁵⁴ estavam no ensino superior no Brasil. A revelação gerou constrangimento para o governo brasileiro. Os dados indicavam que outros países da América do Sul tinham um desempenho superior a este. Com a intenção de superar a situação em questão, o governo como estratégia criou um programa que pretende democratizar o acesso de estudantes no ensino superior, o Programa Universidade Para Todos – PROUNI⁵⁵.

O Programa surge como uma possibilidade de garantir oportunidade de acesso ao ensino superior para estudantes economicamente carentes. São critérios para a participação no processo de seleção das bolsas de estudo do PROUNI, a renda per capita da família de, no máximo, três salários mínimos, e a condição de ter sido estudante de escola pública ou ter estudado com bolsa integral em escolas privadas. Para ser pré-selecionado, o estudante precisa ter realizado e atingido a média necessária no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, de acordo com o que prevê o artigo 3º que rege o Programa.

⁵³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 18 set. 2007.

⁵⁴ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news03_03.htm>. Acesso em: 16 jan. 2007.

⁵⁵ LEI Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 – DOU de 14/01/2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação das entidades beneficentes de assistência social no Ensino Superior e altera a Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 e dá outras providências. Disponível em: <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/documentacao/Lei_11096_13012005.htm>. Acesso em: 23 set. 2005.

Uma particularidade da implantação do Programa Universidade para Todos - PROUNI, que é do interesse deste estudo, é sua ocorrência dentro de um contexto histórico específico: o reconhecimento por parte do Estado brasileiro, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, da situação de discriminação racial historicamente sofrida por negros no país e conseqüentemente da implantação de políticas de ação afirmativa. De fato, a implantação só ocorrerá no governo de Luis Inácio Lula da Silva. Assim, a criação do PROUNI como programa de democratização do acesso ao ensino superior também será utilizado pelo governo para atender a demanda das políticas de ação afirmativa. Nesse sentido Boaventura dos Santos faz as seguintes considerações:

No Brasil, as políticas de ação afirmativa assumem hoje grande destaque e merecem uma referência especial. Em resposta à crescente pressão dos movimentos sociais pela democratização do acesso ao ensino superior, especialmente do movimento negro, o Governo Lula lançou no primeiro semestre de 2004 o programa "Universidade para Todos" (PROUNI) que preconiza uma ação afirmativa baseada em critérios raciais e sócio-econômicos⁵⁶.

A bolsa de estudo do PROUNI tem a seguinte configuração: integral (sem custos para o estudante) para renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo e meio; parcial, 50% ou 25% do valor da mensalidade do curso escolhido pelo estudante para renda familiar mensal per capita que não ultrapasse o valor de três salários mínimos. Para Carvalho, que analisa o Programa Universidade para Todos a partir de uma perspectiva da relação da política pública de ensino superior do governo Lula articulada com a política fiscal e de financiamento deste por meio de renúncia tributária:

A concessão de bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes de ensino superior em troca de renúncia fiscal surge acompanhada pela retórica de justiça social e de inclusão das camadas sociais menos favorecidas, cujo principal indicador é o baixo contingente de alunos de 18 a 24 anos que frequenta o ensino superior⁵⁷.

⁵⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A questão do acesso na Universidade do Século XXI**. ADVIR, n. 19, set. 2005. p. 8.

⁵⁷ CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300016&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 19 set. 2007.

Como a maioria dos jovens que estão fora do ensino superior é composta por pobres, negros e índios, o programa se apresenta com a intenção de proporcionar o acesso ao ensino superior para esses estudantes, como também, para os portadores de deficiência. A partir do primeiro semestre de 2005, quando o PROUNI ofereceu 112 mil bolsas em 1.142 instituições de ensino superior de todo o país, os primeiros estudantes aprovados no processo seletivo começaram a chegar nas universidades.

Para o intuito do presente trabalho destacamos no Programa Universidade para Todos - PROUNI especificamente o critério estabelecido pelo artigo 7 da lei que o instituiu⁵⁸. O citado artigo trata da reserva de vagas para portadores de deficiência e autodeclarados indígenas e negros. Para esses grupos, especificamente os negros e os indígenas, são reservadas vagas no mesmo percentual, de negros e indígenas autodeclarados, por unidade federativa indicados pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Numa avaliação do primeiro ano da implantação do Programa detectou-se que a permanência de parte dos estudantes que haviam ingressado pelo PROUNI estava comprometida porque eles não tinham os recursos financeiros mínimos para o seu deslocamento até as instituições onde estudavam como também não tinham dinheiro para comprar livros, fazer cópias e se alimentar. Uma providência adotada pelo governo federal para atender a essa demanda foi a criação da chamada Bolsa Permanência⁵⁹, que consiste em um benefício no valor de até R\$ 300,00 mensais concedido a estudantes com bolsa integral em utilização, matriculados em cursos presenciais com, no mínimo, 6 (seis) semestres de duração e cuja carga horária média seja superior ou igual a 6 (seis) horas diárias de aula. Certamente que a medida é insuficiente para atender a todos os que necessitam desse apoio, mas é uma sinalização de que não se pode falar em política de ação afirmativa pensando exclusivamente no acesso de estudantes aos campi das instituições de ensino superior, mas em uma permanência dentro da normalidade exigida para a realização de um curso de nível superior.

⁵⁸ Programa Universidade para Todos – PROUNI, Art.7. LEI Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em:<http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/documentacao/Lei_11096_13012005.htm>. Acesso em: 29 out. 2007.

⁵⁹ Programa Universidade para Todos – PROUNI. Disponível em <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/bolsa_permanencia.shtm>. Acesso em: 29 out. 2007.

O PROUNI⁶⁰ compõe um conjunto de ações governamentais que tem como finalidade a ampliação dos atuais 12% da presença da população na faixa etária de 18 a 24 anos no ensino superior para 30% até o ano de 2010. A implantação do Programa Universidade Para todos – PROUNI com o seu critério de autodeclaração dos estudantes por raça/cor para ingresso no ensino superior protagoniza um importante momento na história do país, no qual ser negro deixa de ser exclusivamente um ônus e a autodeclaração dessa identidade pode ser também admitida como bônus, interferindo na percepção que a sociedade tem do ser humano negro, como também, na percepção do próprio negro sobre a sua identidade.

Partido da implicação que as políticas públicas de ação afirmativa, dentre elas o PROUNI, podem trazer a superação de situações de desigualdade étnico-racial, preconceito e racismo, mesmo com todas as suas limitações que é possível perceber, esta política é assumida por uma instituição de ensino superior da Igreja Metodista, igreja que historicamente tem uma marca de atuação na área de educação. Estou mencionando o Centro Universitário Metodista IPA.

1.4.2. O CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA

Como lócus da minha pesquisa social escolhi uma instituição de ensino superior confessional, administrada pela igreja metodista, que aderiu ao Programa Universidade Para Todos – PROUNI: O Centro Universitário Metodista. Sediado em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, o Centro Universitário compõe, juntamente com outras instituições metodistas no Estado, a Rede Metodista de Educação do Sul. Esta Rede e outras instituições metodistas espalhadas por outros Estados do país formam a Rede Metodista de Educação do Brasil. A presença da igreja Metodista na área da educação secular também é uma realidade em outros países. Historicamente os metodistas têm a sua atuação missionária evangelística marcada pela ligação com a área da educação.

O Centro Universitário Metodista, que começou o seu funcionamento em outubro de 2004, é parte do processo de integração e transformação das

⁶⁰ Programa Universidade para Todos – PROUNI. Disponível em <<http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/Oprograma.shtm>>. Acesso em: 29 out. 2007.

Faculdades de Ciências da Saúde e das Faculdades de Administração e de Nutrição e Fonoaudiologia, mantidas e ligadas respectivamente pelo Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista ao Colégio do IPA e ao Instituto Metodista de Educação e Cultura e Colégio Metodista Americano. As instituições educacionais da Igreja Metodista estão presentes em Porto Alegre desde 1885, o que aponta para uma trajetória de atuação dos metodistas no Brasil nessa na área.

Juridicamente o Centro Universitário Metodista tem como mantenedora o Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista que é uma associação civil, de pessoa jurídica de direito privado, de objetivos filantrópicos e com fins não econômicos, reconhecida como de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal e é dirigido por um Conselho Diretor. Atualmente o Centro Universitário Metodista IPA tem mais de 30 cursos de graduação e um de mestrado. A população universitária fica em torno de 9 mil estudantes.

O Centro Universitário Metodista, no momento de sua adesão ao PROUNI, já vinha realizando políticas próprias de ação afirmativa, como ocorre com o programa do governo federal, com cotas para negros e indígenas através do seu programa de bolsa carência que, além de oferecer a chamada “bolsa de demanda individual”, oferece também a “bolsa de demanda comunitária”.⁶¹ O programa consiste em garantir o acesso ao ensino superior de estudantes com carência financeira para estudar em instituições privadas. A lógica do Centro Universitário era, segundo o seu Reitor na época, ano de 2004, Jaider Batista⁶²: “Ser uma instituição privada de espírito público”, dentro da concepção do público não-estatal, idéia presente nos documentos oficiais da Igreja Metodista que se entende como “comunidade de fé a serviço do povo”.

A “bolsa de demanda comunitária”, como o próprio nome já diz, atende a solicitação de “uma organização comunitária ou de movimento de organizações sociais a qual pertençam pessoas ou grupos socialmente excluídos”.⁶³ A demanda era atendida depois que a organização comunitária ou a organização do movimento social firmava parceria com o Centro Universitário. A partir de então, reservas de

⁶¹ REGULAMENTO DE BOLSA DE ESTUDO CARÊNCIA. Disponível em: <http://www.ipametodista.edu.br/institucional/redeipa/rede_regimento.php?menu=comp>. Acesso em: 30 out. 2007.

⁶² O Professor Jaider Batista da Silva foi Reitor do Centro Universitário Metodista de agosto de 2002 a maio de 2006.

⁶³ REGULAMENTO DE BOLSA DE ESTUDO CARÊNCIA. Disponível em: <http://www.ipametodista.edu.br/institucional/redeipa/rede_regimento.php?menu=comp>. Acesso em: 30 out. 2007.

vagas com bolsas integrais eram garantidas para os estudantes ligados a estas organizações após a aprovação dos mesmos no exame vestibular da instituição e da comprovação documental da situação de carência econômica.

É relevante destacar dois eventos que são conseqüências diretas da política de ação afirmativa do Centro Universitário e dizem respeito diretamente a este trabalho científico. Primeiramente é o evidente e inegável aumento da presença de estudantes negros nos campi da instituição. Este fato é resultado da parceria com uma organização não governamental do movimento negro no Rio Grande do Sul, que é o Centro Ecumênico de Cultura Negra - CECUNE, que demandou vagas para estudantes negros que atualmente estão presentes nos vários cursos de graduação da instituição.

Outro fato de extrema relevância para a questão da promoção da igualdade étnico-racial na referida Instituição de Ensino foi a formatura dos primeiros indígenas no Rio Grande do Sul. Um estudante Kaingang concluiu o curso de Terapia Ocupacional e uma estudante Guarani o curso de Educação Física. A demanda para as vagas desses educandos foi feita pela Associação dos Povos Indígenas, Guarani e Kaingang, organização que também tem parceria com o Centro Universitário Metodista IPA.

Este Centro Universitário adere, no primeiro processo seletivo, ao PROUNI na modalidade de bolsa integral, tendo a possibilidade da adesão nas modalidades de 50% e 25%. Certamente com a certeza de que aquele tipo de política pode não ser o ideal, mas que conjuntamente traz mudanças já comprovadas na experiência da instituição.

São relevantes as considerações feitas pelo teólogo e Bispo da 2ª Região Eclesiástica da Igreja Metodista, Luiz Vergílio Batista da Rosa sobre decisões tomadas, tanto pela Igreja quanto por suas instituições, com a intenção muitas vezes correta, mas sem observar questões fundamentais como a participação dos interessados na discussão, podendo acontecer que tal decisão se torne inócua ou reprodutora de estruturas de morte. A reflexão de Rosa foi feita a partir da decisão que a Igreja Metodista, em seu 16º Concílio Geral, em 1997, tomou ao aprovar uma política de bolsas de estudo para os chamados grupos discriminados.

Sobre esta ação institucional da Igreja, Rosa faz a seguinte ponderação: “A despeito de esforços isolados, por parte das instituições, os negros e negras não

foram chamados para discutir e propor políticas a essa decisão conciliar da Igreja. Outra vez, se corre o risco das cooptações”.⁶⁴

Rosa considera que:

Em uma sociedade discriminadora, as instituições sociais, incluindo a Igreja e suas instituições, precisam ser confrontadas e confrontar-se com projetos teológicos, missiológicos e educacionais que propugnem por mudanças estruturais na igreja e na sociedade”.⁶⁵

Como instituição componente da Rede de Educação Metodista, da igreja Metodista do Brasil, o Centro Universitário Metodista IPA tem as suas ações educacionais baseadas na tradição wesleyana e nos documentos oficiais da Igreja e nos princípios bíblicos para efetivar a sua atuação na cidade de Porto Alegre. Sendo assim, é necessário o conhecimento dos documentos que expõem a posição dos metodistas sobre a questão da educação, com especificidade para a educação secular.

1.4.3 EDUCAÇÃO E MISSÃO METODISTA: REFLEXÃO A PARTIR DO CREDO SOCIAL, DO PLANO PARA A VIDA E A MISSÃO, E DAS DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO

A Igreja Metodista se apresenta como ramo universal da Igreja de Cristo e continuação do movimento iniciado por João Wesley⁶⁶, seu fundador, no século XVIII. Constituiu-se autonomamente no Brasil no ano de 1930, se desligando da igreja estadunidense do Sul. Em sua lei ordinária declara que entre os elementos básicos para sua caracterização, vida e missão estão: o “Credo Social”, o “Plano para a Vida e Missão” e as “Diretrizes para a Educação”. Sobre cada um desses documentos, discorrerei, tendo em vista o interesse desse trabalho.

⁶⁴ ROSA, Luiz Vergílio Batista da. **Práticas educacionais escravistas e libertadoras: uma proposta de leitura afro-brasileira ao metodismo contemporâneo**. Caminhando: Revista da Faculdade Metodista da Igreja Metodista, v. 8, n. 12, 2º semestre de 2003. São Bernardo do Campo SP: Editeo/UMESP, 1982.

⁶⁵ ROSA, Luiz Vergílio Batista da. 2003.

⁶⁶ João Wesley foi o fundador de um movimento evangélico que começou na Universidade de Oxford, Inglaterra, no século XVIII, e que hoje é conhecido em vários países como Igreja Metodista.

1.4.3.1 Sobre o Credo Social

Em seu “Credo Social” - documento que expressa a Doutrina Social da Igreja Metodista aprovado pelo 10º Concílio Geral⁶⁷ – a Igreja Metodista afirma sua consciência de responsabilidade social como sendo parte da herança wesleyana e, principalmente, de sua responsabilidade cristã pelo “bem-estar integral da humanidade como decorrente de sua fidelidade à Palavra de Deus, expressa nas Escrituras do Antigo e Novo Testamento”. Assim,

No presente século de gigantesco progresso científico e tecnológico, a Igreja Metodista reafirma a verdade proclamada por João Wesley, no século XVIII, na Inglaterra: “Vamos unir ciência e piedade vital há tanto tempo separadas”.⁶⁸

Esta é uma premissa importante da chamada herança wesleyana para os metodistas que sempre associaram as suas ações missionárias a ações que envolvessem a educação cristã e secular. Uma representação síntese desse princípio encontra-se em uma das instituições de ensino do Rio Grande do Sul, no colégio Americano, em Porto Alegre, que tem funcionando em um mesmo prédio, simbolicamente, na parte de cima a capela e na parte de baixo, um laboratório de biologia. Tal ilustração demonstra como fé e ciência se tornaram marcas relevantes para os metodistas, desde o momento em que o movimento metodista começou na Inglaterra, com o pastor da igreja anglicana e professor da universidade de Oxford, João Wesley, e se espalhou por vários países.

Porém, mesmo tendo como relevante a herança wesleyana, os fundamentos para uma vida cristã, na concepção dos metodistas, estão firmados principalmente nas bases bíblicas que dão sustentação para a atuação da igreja e de seus membros na vida espiritual e social. Expressão desses fundamentos está presente na declaração seguinte:

Creemos que ao Senhor pertence à terra e a sua plenitude, o mundo e todos os que nele habitam; por isso proclamamos que o pleno desenvolvimento humano, a verdadeira segurança e ordem sociais só se alcançam na

⁶⁷ Concílio Geral é o órgão superior de unidade da Igreja e suas funções legislativas, deliberativas e administrativas. Cânones 2007. Igreja Metodista. p. 106. Disponível em: <www.metodista.org.br>. Acesso em: 20 ago. 2007.

⁶⁸ Cânones, 2007. p. 22.

medida em que todos os recursos técnicos e econômicos e os valores institucionais estão a serviço da dignidade humana, na efetiva justiça social.⁶⁹

Esta declaração do “Credo Social” indica uma dimensão do envolvimento social que deve permear, segundo a orientação da igreja, a atuação dos metodistas e de suas instituições em relação à busca da justiça como instrumento de promoção da dignidade humana, comprometendo para isso recursos e valores institucionais. Penso que na realidade social brasileira, na qual a religiosidade e a fé são muitas vezes manipuladas como instrumento de dominação, promoção e reprodução de injustiças, todos as ações que possam se somar na promoção humana são importantes e indispensáveis.

Nessa direção, em relação à justiça social, a Igreja Metodista também se apresenta politicamente com a sua concepção de sociedade e das expectativas que dela espera, manifestada em seu “Credo Social”, quando trata da “ordem político-social e econômica”, senão vejamos: “O Estado é exigência básica não só para a defesa da vida e liberdade da pessoa humana, mas para a promoção do bem comum, mediante o desenvolvimento da justiça e da paz na ordem social”.⁷⁰

A partir da sua concepção de sociedade e do compromisso que a Igreja Metodista declara em seus documentos, com a busca da justiça e a promoção da dignidade humana, também denuncia as situações de injustiça e convoca os seus membros a refletirem acerca das circunstâncias que destroem a vida e não colaboram com a construção, de acordo com a visão bíblica, de um mundo justo e melhor para todos quando afirma que:

É injusto aumentar a riqueza dos ricos e poder dos fortes confirmando a miséria dos pobres e oprimidos. Os programas para aumentar a renda nacional precisam criar distribuição equitativa de recursos, combater discriminações, vencer injustiças econômicas e libertar o homem da pobreza.⁷¹

Desta forma, os documentos da Igreja Metodista apontam que, historicamente, com base nos textos bíblicos e em sua herança wesleyana, a atuação da igreja através de seus membros e instituições de ação social e de ensino, existe e deve continuar existindo para denunciar as injustiças e promover a dignidade

⁶⁹ Cânones, 2007. p. 23.

⁷⁰ Cânones, 2007. p. 23.

⁷¹ Cânones, 2007. p. 24.

humana nas mais diferentes ações que se desenvolvem nesse sentido. Assim, é plausível compreender que a adesão do Centro Universitário Metodista IPA ao Programa Universidade para Todos – PROUNI, no contexto das políticas de ação afirmativa que foram criadas como forma de enfrentamento das desigualdades étnico-raciais no Brasil, não se constitui em apenas uma ação técnico-administrativa, mas revela coerência com a trajetória metodista de entender na ação educativa um caminho para a promoção da dignidade e da libertação para a humanidade.

1.4.3.2 Sobre o Plano para a Vida e a Missão

A Igreja Metodista também se entende como parte da “Igreja Universal de nosso Senhor Jesus Cristo” em atuação no chão latino americano e com isso compreende que sua inserção nessa região remete a um compromisso específico e histórico declarando que “neste tempo, fazemos uma escolha clara pela vida, manifesta em Jesus Cristo, em oposição à morte e a todas as forças que a produzem”.⁷² Para a sua atuação na América Latina e especificamente no Brasil, a Igreja Metodista elaborou um programa de ações chamado “Plano para a Vida e Missão”, que é parte integrante de seu documento máximo, os “Cânones da Igreja Metodista”, sendo assim uma orientação para a atuação de seus membros e instituições no País.

O “Plano para a Vida e Missão” – aprovado pelo 13º Concílio Geral da Igreja Metodista do Brasil nos anos 80 do século XX - indica várias possibilidades de ação missionária para a igreja no Brasil. Essas ações são classificadas por áreas específicas de atuação, dentre elas: área de ação social, área da comunicação cristã, área de evangelização, área da promoção da unidade cristã, área de patrimônio e finanças e área de educação. No caso da educação, o “Plano” define:

A Educação, como parte da Missão, é o processo que visa oferecer à pessoa e à comunidade uma compreensão da vida e da sociedade, comprometida com uma prática libertadora, recriando a vida e a sociedade segundo o modelo de Jesus Cristo e questionando os sistemas de dominação e morte, à luz do Reino de Deus.⁷³

⁷² Cânones, 2007. p. 41.

⁷³ Cânones, 2007. p. 49.

A partir desta definição, o “Plano para a Vida e Missão” também especifica as diferentes dimensões de atuação da igreja na área da educação, conceituando a chamada “educação secular”, área de atuação das instituições de educação superior, como é o caso do Centro Universitário Metodista IPA, da seguinte maneira:

É o processo que oferece formação melhor qualificada nas suas diversas fases, possibilitando às pessoas desenvolvimento de uma consciência crítica e seu comprometimento com a transformação da sociedade, segundo a Missão de Jesus Cristo.⁷⁴

Assim, as instituições metodistas de ensino, em qualquer nível e de acordo com a missão cristã de promoção da vida e da dignidade humana, compreendem a responsabilidade que têm ao receber do Estado a concessão para fomentar a educação secular no país, preparando cidadãos na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa.

1.4.3.3 Sobre as Diretrizes para a Educação

Pretendendo definir posições que servissem como orientações para a tarefa da educação nas instituições metodistas no Brasil, a igreja aprovou, no seu 13º Concílio Geral, o documento denominado “Diretrizes para a Educação”, que consta nos Cânones da Igreja Metodista do Brasil. Estas Diretrizes contemplam as orientações de outros documentos da igreja na questão da educação e ampliam as abordagens que não se faziam presentes nos anteriores.

Um dos princípios que orientam as “Diretrizes” é manifesto na citação: “A partir dessas diretrizes, a Igreja desenvolverá sua prática educativa de tal modo que os indivíduos e os grupos: reconheçam que, dentro de uma perspectiva cristã, útil é aquilo que tem valor social”.⁷⁵ Dentro da perspectiva de que “útil é aquilo que tem valor social” o documento passa a ser observado nos planejamentos das ações nas instituições metodistas de todo o país, considerando as seguintes diretrizes gerais:

Toda a ação educativa da Igreja deverá proporcionar aos participantes condições para que se libertem das injustiças e males sociais que se manifestam na organização da sociedade, tais como: a deterioração das relações na família e entre as pessoas, a deturpação do sexo, o problema

⁷⁴ Cânones, 2007. p. 52.

⁷⁵ Cânones, 2007. p. 63.

dos menores, dos idosos, dos marginalizados, a opressão da mulher, a prostituição, o racismo, a violência, o êxodo rural resultante do mau uso da terra e da exploração dos trabalhadores do campo, a usurpação dos direitos do índio, o problema da ocupação desumanizante do solo urbano e rural, o problema dos toxicômanos, dos alcoólatras, e outros.⁷⁶

Observada a coerência no enfoque de uma educação voltada para a promoção da dignidade do indivíduo e bem-estar da sociedade, teoricamente, a educação metodista revela seu compromisso social na construção de uma sociedade justa e de indivíduos livres. Penso que suas instituições devem permanecer vigilantes quanto à responsabilidade social e atentas ao clamor dos aflitos, como nos advertem os profetas bíblicos da América Latina, principalmente do Brasil, no que diz respeito à potencialidade da educação como instrumento de libertação e transformação individual e social. Entendo como parte desse clamor dos aflitos na contemporaneidade, a luta por igualdade étnico-racial que tem sua demanda começando a ser atendida através das políticas de ação afirmativa para negros, indígenas e outros indivíduos e grupos discriminados no Brasil. Essas medidas estão presentes, também, nas instituições de educação da Igreja Metodista.

⁷⁶ Cânones, 2007. p. 65.

2 IDENTIDADE, RAÇA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Como orientação teórica-metodológica, fiz uma opção de trabalhar dando preferência aos estudiosos brasileiros ou brasilianistas que já vêm articulando as categorias de raça, cor, etnia, e identidade além de outros conceitos conexos relacionados, em suas pesquisas no Brasil, principalmente em pesquisas voltadas para o estudo das “questões raciais”. Para tanto, pretendo utilizar as reflexões dos professores Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, sociólogo do departamento de sociologia da Universidade de São Paulo – USP, e do professor Kabengele Munanga, antropólogo, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas também da USP.

Peter Berger e Thomas Luckmann serão utilizados na reflexão sobre identidade. A reflexão se dará a partir do entendimento de uma teorização sobre a socialização do indivíduo no mundo objetivo.

O intuito deste estudo é a compreensão das representações sobre o “ser negro”, presentes nos discursos dos estudantes que se auto-identificaram com a classificação de cor/raça: negro, para terem acesso ao ensino superior através do Programa Universidade Para Todos – PROUNI. Sendo assim, é preponderante a orientação teórica de Denise Jodelet e de Serge Moscovici sobre representações sociais apresentada no final deste capítulo.

2.1 Identidade

Para começar, se faz necessário um breve entendimento de como acontece a introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade que se manifesta, ao mesmo tempo, objetivamente e subjetivamente, através dos seguintes processos de socialização:

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo expressa na infância e em virtude da qual tornar-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz o indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade.⁷⁷

Dentro do interesse do estudo é importante a compreensão da influência do processo de socialização primária para a identidade dos indivíduos. Berger e Luckmann⁷⁸ explicam que os indivíduos nascem em uma estrutura social objetiva e também num mundo social objetivo e que eles escolhem aspectos do mundo baseados em sua própria localização na estrutura social e em suas próprias idiossincrasias cujo fundamento se encontra nas suas biografias, por isso,

O mundo social é “filtrado” para cada indivíduo através dessa dupla seletividade. Assim, a criança das classes inferiores não somente absorvem uma perspectiva própria da classe inferior a respeito do mundo social, mas absorve esta percepção com coloração particular que lhe é dada por seus pais (ou quaisquer outros indivíduos encarregados de sua socialização primária). A mesma perspectiva da classe inferior pode introduzir um estado de espírito de contentamento, resignação, amargo ressentimento ou fervente rebeldia⁷⁹.

A socialização primária, como já é possível perceber, tem implicações que não são exclusivamente cognoscitivas, mas também de grande carga emocional. E é ainda nesse contexto que acontece um processo que não é unilateral e nem ocorre mecanicamente, mas dialeticamente, que é o da apropriação da identidade, na qual implica, como dizem os autores, “uma dialética entre a identificação pelos outros e a auto-identificação, entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada”.⁸⁰

Berger e Luckmann afirmam que,

De fato, a identidade é definida objetivamente como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com este mundo. [...] todas as identificações realizam-se em horizonte que implicam um mundo social específico. A criança aprende que é aquilo que é chamada. Todo nome implica uma nomenclatura, que por sua vez implica uma localização social determinada. Receber uma identidade implica na atribuição de um lugar específico no mundo. Assim como esta identidade é subjetivamente apreendida pela criança (“eu sou John Smith”), o mesmo se dá com o mundo para o qual esta identidade aponta⁸¹.

⁷⁷ BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 176.

⁷⁸ BERGER & LUCKMANN, 1985. p.176.

⁷⁹ BERGER & LUCKMANN, 1985. p.176.

⁸⁰ BERGER & LUCKMANN, 1985. p.177.

⁸¹ BERGER & LUCKMANN, 1985. p.178.

De acordo com essa teorização, um momento muito importante da socialização primária em relação à identidade é o momento em que é criada na consciência da criança o “outro generalizado” que representa uma abstração progressiva dos papéis e atitudes dos “outros particulares” para os papéis e atitudes dos “outros em geral”. Os autores assim explicam esse momento:

A formação na consciência do outro generalizado marca uma fase decisiva na socialização. Implica a interiorização da sociedade enquanto tal realidade objetiva nela estabelecida e, ao mesmo tempo, o estabelecimento subjetivo de uma identidade coerente e contínua. A sociedade, a identidade e a realidade se cristalizam subjetivamente no mesmo processo de interiorização. Esta cristalização ocorre juntamente com a interiorização da linguagem. [...] a linguagem, esta se constitui o mais importante conteúdo e o mais importante instrumento de socialização”.⁸²

Nessa fase da consciência do outro generalizado, em que sociedade, identidade e realidade são interiorizadas e se cristalizam, os autores entendem como completado o percurso da socialização primária. O indivíduo já é membro da sociedade, já possui subjetivamente uma personalidade e um mundo. Porém, advertem que a socialização nunca se faz de uma vez para sempre, não é total e nem pode ser considerada como acabada.

Percebo como relevante à compreensão de que é a relação dialética indivíduo-sociedade, dentro de um contexto sócio-histórico, de construção da realidade, na dinâmica dos processos sociais, que a identidade se constitui e que, de acordo com Berger e Luckmann⁸³, “Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais” através da seguinte operação:

Os processos sociais implicados na formação e na conservação da identidade são determinados pela estrutura social, Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a, ou mesmo remodelando.⁸⁴

A reação dos indivíduos sobre a estrutura social determina uma dinâmica nos processos históricos que interferem nos processo identitários na medida em que “as sociedades têm histórias no curso das quais emergem particulares identidades.

⁸² BERGER & LUCKMANN, 1985. p.179.

⁸³ BERGER & LUCKMANN, 1985. p.228.

⁸⁴ BERGER & LUCKMANN, 1985. p.228.

Estas histórias, porém, são feitas por homens com identidades específicas”.⁸⁵ Assim, “as estruturas sociais históricas particulares engendram tipos de identidade, que são reconhecíveis em casos individuais”.⁸⁶

Como exemplo, os autores apontam para tipificações de identidades nacionais, regionais e de classe que são reconhecíveis nos indivíduos que as portam: cidadãos de países diferentes, moradores de regiões urbanas e rurais e indivíduos que apresentam posições diferentes na divisão social do trabalho, conotando que as orientações e os comportamentos da vida cotidiana estão em relação de dependência dessas tipificações.

Os autores consideram que é relevante que as teorizações sobre identidade, como também sobre os tipos específicos de identidade, se façam em um quadro de interpretações teóricas em que estas estejam localizadas. Eles ainda acentuam que se referem às teorias sobre identidade como “psicologias” e dão o seguinte exemplo:

Uma psicologia que interpreta certos fenômenos empíricos como resultado da possessão por seres demoníacos tem por matriz uma teoria mitológica do cosmo, sendo inadequada para interpretá-los em um quadro não mitológico [...] Dito de maneira simples, a psicologia pressupõe sempre a cosmologia⁸⁷.

Sendo assim, compreendido que as teorias sobre identidade são sempre incluídas em teorias mais amplas a respeito da realidade, as primeiras devem ser entendidas a partir da lógica que serve para as últimas.

2.2 Raça

Tendo me apropriado teoricamente das reflexões de Berger e Luckmann sobre identidade e continuando o processo de construção de um referencial teórico para dar pertinência à análise do presente estudo, passo agora à compreensão de uma “teoria” sobre as concepções das idéias sobre raças e outras categorias e conceitos que se relacionam a este, no estudo das políticas de ação afirmativa, a partir das reflexões de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães e Kabengele Munanga.

⁸⁵ BERGER & LUCKMANN, 1985. p.228.

⁸⁶ BERGER & LUCKMANN, 1985. p.229.

⁸⁷ BERGER & LUCKMANN, 1985. p.230.

2.2.1 CONCEITO ANALÍTICO E CONCEITO “NATIVO”

Guimarães informa que é recorrente nas ciências sociais se fazer sempre a distinção entre os conceitos analíticos e “nativos”. Explica que “um conceito ou categoria analítica é o que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos e faz sentido apenas no corpo de uma teoria”.⁸⁸ Já a categoria ou conceito chamado nativo, “ao contrário, é porque estamos trabalhando com uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo”.⁸⁹ Isso implica que o conceito nativo tem sentido histórico, específico para um determinado grupo humano. O autor entende que um conceito ou uma categoria, seja analítico ou nativo, só terá sentido dentro do contexto de uma teoria específica ou de um momento histórico peculiar. O sociólogo enfatiza que não acredita em conceitos que valham em todos os tempos fora do espaço e das teorias. Ressalta que “são pouquíssimos os conceitos que atravessam o tempo ou as teorias com o mesmo sentido”.⁹⁰

Feitas as recomendações que Guimarães acha necessárias para que não haja confusão sobre as suas interpretações a partir de seu trabalho conceitual, passarei agora para a primeira categoria que o sociólogo nos apresentará que é: “raça”.

Uma definição para a categoria “raça” vai depender do sentido em que se esteja falando. Se em termos científicos ou em termos de uma categoria do mundo real. Para uma definição analítica ela comporta pelo menos dois sentidos, um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia.

Respalhando-se historicamente antes de definir a categoria “raça” Guimarães se reporta aos clássicos das ciências sociais, Durkheim, Marx e Boas⁹¹ para lembrar o momento em que as explicações do mundo social, baseadas em raça e clima, são abandonadas e aparece a idéia de que a vida humana não é fortemente determinada por nada além da vida social e da cultura. A cultura pode ser material ou simbólica. Nessa perspectiva, para o autor, a idéia de cultura simbólica é muito importante para quem trabalha com “raça”. Afirma que “Construímos o sentido de nossa vida social e individual, assim como construímos também os artefatos que nos

⁸⁸ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Como Trabalhar com raça em sociologia. Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 29, n.1, jan/jun 2003. p. 93-107.

⁸⁹ GUIMARÃES, 2003. p. 95.

⁹⁰ GUIMARÃES, 2003. p. 95.

⁹¹ GUIMARÃES, 2003. p. 95.

permitem sobreviver e reproduzir de maneira ampliada a nossa vida em sociedade”.⁹² Ele ainda lembra Weber e que a ação social só existe quando se dá a ela um sentido subjetivo.

Guimarães argumenta que o termo “raça” não desapareceu totalmente das falas científicas que querem explicar a vida social em concorrência com a sociologia. Cita como exemplos a biologia e a antropologia física que criaram a idéia de raças humanas, idéia de que era possível dividir a espécie humana em subespécies, da mesma forma que foi classificado o mundo animal, “e que tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos”⁹³. Recorda que isso foi assumido como ciência e depois foi considerado como uma pseudociência. Foi essa idéia, adverte o autor, que deu fundamento o que chamamos de racismo. Ele assevera que:

Foi ela que hierarquizou as sociedades e populações humanas e fundamentou um certo racismo doutrinário. Essa doutrina sobreviveu à criação das ciências sociais, das culturas e dos significados, respaldando posturas políticas insanas, de efeitos desastrosos, como genocídios e holocaustos⁹⁴.

Após a catástrofe que foi a segunda guerra mundial, houve um grande esforço por parte dos cientistas, principalmente de algumas áreas de conhecimento – biologia, antropologia, sociologia – para que a categoria de “raça” nunca mais fosse usada como categoria científica. No que dependesse desses estudiosos da época, a idéia de raça seria definitivamente banida como medida para fazer desaparecer o racismo. Nas ciências naturais, aconteceu uma tentativa de impedir o uso do conceito na biologia, mesmo que ele já não tivesse a pretensão de explicar a vida social e as diferenças entre os seres humanos. Uma proposta foi a de mudança do nome para “população” como forma de designar grupos razoavelmente isolados, endogâmicos e que agrupassem em si alguns traços genéticos. Guimarães comenta que,

Essa idéia de “população”, apesar de próxima de “raça” seria extremamente útil em alguns estudos biológicos e, ao mesmo tempo, evitaria as implicações psicológicas, morais e intelectuais do antigo termo. Mesmo que se possa demonstrar estatisticamente que a população mundial, em termos

⁹² GUIMARÃES, 2003. p. 95.

⁹³ GUIMARÃES, 2003. p. 96.

⁹⁴ GUIMARÃES, 2003. p. 96.

genéticos, não pode ser dividida em raças, seria necessário, para alguns biólogos, conservar a idéia da existência desses grupamentos geneticamente mais uniformes⁹⁵.

A importância da inexistência de raças humanas para as ciências biológicas está na afirmativa de que “é impossível definir geneticamente raças humanas que correspondam às fronteiras edificadas pela noção vulgar e nativa de raça. Dito de outra maneira: a construção baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou genótipo, é algo que não tem menor respaldo científico”.⁹⁶

Partindo dessa perspectiva, evidencia-se que a categoria raça não encontra amparo em uma discussão científica, em termos biológicos, e que a sua existência na realidade social enquanto conceito nativo deve ser pesquisado no campo das ciências sociais, através de um ramo desta ciência que estuda as identidades sociais. Segundo o autor tal estudo deve se dar “[...] no campo da cultura, e da cultura simbólica”.⁹⁷ Assim, entendo raça como uma construção social e será com esse sentido que esta categoria fará parte da análise da pesquisa neste estudo.

De acordo com o aspecto acima citado o autor argumenta que, as sociedades humanas repassam entre as gerações, através da transmissão de discursos, o que entendem como essências de suas origens. É isso que o autor entende como terreno propício de investigação das identidades sociais: os discursos sobre origem. Assim, “[...] certos discursos falam de essências que são basicamente traços fisionômicos e qualidades morais e intelectuais⁹⁸”, como idéia de raça, esses discursos só fazem sentido nesse campo de estudo.

Assim, de acordo com Guimarães, podemos entender na sociologia que raças “são discursos sobre as origens de um grupo que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue”.⁹⁹ O autor ainda fala de outros discursos de origem. No caso dos discursos que remetem a lugares geográficos de origem, comenta que é “aquele lugar de onde se veio e que permite a nossa identificação com um grupo enorme de pessoas”. Para Guimarães, falar de lugares é falar de etnias.

Um discurso que é totalmente naturalizado e a partir dessa teorização entendido como totalmente nativo, é o discurso classificatório da diversidade

⁹⁵ GUIMARÃES, 2003. p. 96.

⁹⁶ GUIMARÃES, 2003. p. 96.

⁹⁷ GUIMARÃES, 2003. p. 96.

⁹⁸ GUIMARÃES, 2003. p. 96.

⁹⁹ GUIMARÃES, 2003. p. 96.

humana fundamentada em cores. Os povos europeus se definem e são definidos como brancos, no contato com outros considerados negros, amarelos, vermelhos, etc. Argumentando que cor é um conceito nativo e naturalizado, Guimarães diz:

Cor é um discurso desse tipo, uma categoria totalmente nativa; [...] Eu poderia discorrer sobre raça; como surgiram os primeiros livros em que a palavra raça apareceu, qual o significado que tinha, etc.; existe uma enorme literatura sobre isso, mas sobre “cor” não existe. Na mais longínqua antiguidade, essa metáfora das cores já se aplicava à classificação dos seres humanos¹⁰⁰.

Talvez, de acordo com o autor, cor possa ser um conceito analítico na pintura, na estética ou na fotografia. Isto é: na arte ele pode ser analítico, porém, nas ciências sociais sempre será um conceito nativo no seu uso classificatório da diversidade humana nas sociedades. E é assim que ele é entendido neste estudo e também desta mesma concepção quando os estudantes entrevistados se autodeclaram da cor negra.

Analisando a categoria “cor” no contexto brasileiro, Guimarães conclui que:

A classificação por cor é orientada pela idéia de raça, ou seja, que a classificação das pessoas por cor é orientada por um discurso sobre qualidades, atitudes e essências transmitidas por sangue, que remontam a uma origem ancestral comum numa das “subespécies humanas”.¹⁰¹

O autor faz a sua inferência com base nas resenhas críticas que fez dos antropólogos dos anos de 1940, 1950 e 1960, que segundo ele documentaram ricamente tal fato. Ele enfatiza que o seu argumento sobre a categoria “cor” no contexto brasileiro é o seguinte: “‘cor’ não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a idéia de raça que orienta essa forma de classificação”.

Finalizando a reflexão de Guimarães sobre raça e outras categorias, conceitos e idéias que se relacionam com o tema, ainda recorro a ele para esclarecer o termo que perpassa este estudo que é “democracia racial”. O chamado “mito da democracia racial” é uma idéia que surge com a “escola paulista de sociologia”, que teve como um dos seus expoentes o sociólogo Florestan Fernandes, nos anos de 1960, em oposição à idéia de Gilberto Freyre, no final da

¹⁰⁰ GUIMARÃES, 2003. p. 98.

¹⁰¹ GUIMARÃES, 2003. p. 105-106.

década de 1930, da existência no Brasil de uma “democracia social”. A idéia da “democracia social” seria a de que:

[...] “mundo que o português criou”, teria desenvolvido uma “democracia social” mais profunda e pujante que a “democracia política” dos anglosaxões e franceses. Essa democracia social brasileira seria basicamente um modo diferente de colonizar que significou miscigenar-se, igualar-se, integrar os culturalmente inferiores, absorver sua cultura, dar-lhes chances reais de mobilidade social no mundo do branco¹⁰².

A argumentação de Freyre, que não falava em “democracia racial” mas em “democracia étnica” era a de que, no Brasil, apesar de uma estrutura política aristocrática, no plano das relações raciais se desenvolveu uma relação democrática. E são essas idéias que foram entendidas como “democracia racial” dos anos de 1940 a 1960, antes que a escola paulista de sociologia as tivesse contestado. Já a argumentação da escola de sociologia paulista sobre o mito da democracia racial é assim apresentada:

Essa democracia racial seria apenas um discurso de dominação política, não expressava mais nem um ideal, nem algo que existisse efetivamente, seria usado apenas para desmobilizar a comunidade negra; como discurso de dominação seria puramente simbólico, sua outra face seria justamente o preconceito racial e a discriminação sistemática dos negros¹⁰³.

O termo “democracia racial” carrega e sintetiza muitos significados: a não existência das raças, a cor como uma casualidade natural, pois a noção de identidade nacional é mais forte e, principalmente, a quase inexistência de “etnias puras”, salvo uns poucos imigrantes que pudessem requerer uma identidade exclusiva. Segundo Guimarães, “inventar-se um povo para o Brasil, que passa a ter samba, passa a ter um pouco de cultura negra que até aqui não existia”,¹⁰⁴ visto que no Império predomina a mística do índio, na República a mística do imigrante e na segunda República, o negro dá a cor e a idéia de uma nação mestiça.

¹⁰² GUIMARÃES, 2003. p. 102.

¹⁰³ GUIMARÃES, 2003. p.102.

¹⁰⁴ GUIMARÃES, 2003. p. 102.

2.2.2 RAÇA, DIVERSIDADE HUMANA E HIERARQUIZAÇÃO

Conceitualmente, o termo raça tem a sua origem na Europa, mais especificamente na Itália. Etimologicamente, raça vem do italiano, *razza*, que veio do latim, *ratio*. Significa: sorte, categoria, espécie. O conceito aparece ligado às ciências naturais, utilizado na zoologia e na botânica para classificar animais e plantas. De acordo com Munanga, raça aparece com o sentido moderno de classificação da diversidade humana “em grupos fisicamente contrastados”¹⁰⁵ na França, em 1684, utilizado por François Bernier.

O conceito de raça começa ativamente a atuar nas relações entre as classes sociais francesas a partir do século XVI, na oposição dos Francos que representavam a nobreza contra os Gauleses que representavam a plebe. A idéia de “raça pura” é transferida das ciências naturais para legitimar as relações de dominação e sujeição entre as classes sociais, mesmo sem diferenças morfo-biológicas consideráveis entre os indivíduos das duas classes. Munanga comenta que os Francos, além de se considerarem uma raça distinta dos Gauleses, “se consideravam dotados de ‘sangue puro’, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses que, segundo pensavam, podiam até ser escravizados”.¹⁰⁶

As descobertas feitas no chamado novo mundo, no século XV, colocaram em questionamento a idéia de humanidade até então conhecida pelos europeus. A humanidade das populações recém descobertas pelos europeus foi questionada. A teologia, que teve o monopólio da explicação e da razão até o final do século XVII, conseguiu provar parcialmente a humanidade de alguns dos novos povos como descendentes de Adão, porque eles se enquadravam no mito dos três reis magos, que tem Baltazar como o mais escuro representando a raça negra. O problema é que os indígenas não se enquadravam na explicação da descendência de Adão. Só mais tarde, porém, foram encontrados argumentos bíblicos para reconhecer os indígenas também como humanos.

¹⁰⁵ MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra Proferida no 3º seminário Nacional de Relações Raciais e Educação - Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira - PENESB, 05 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2007. p. 1-17.

¹⁰⁶ MUNANGA, 2003. p.1.

No século XVIII, também conhecido como o século das luzes e da racionalidade, os filósofos chamados iluministas contestavam o monopólio da explicação por parte da igreja e o poder dos príncipes. Eles não aceitavam a explicação da igreja para a história da humanidade e colocavam novamente no debate a questão de saber quem eram os outros recém descobertos no novo mundo. Para dar a explicação que eles achavam correta, recorreram ao conceito de raça das ciências naturais para “nomear esses outros que se integram à antiga humanidade como raças diferentes, abrindo o caminho ao nascimento de uma nova disciplina chamada História Natural da Humanidade, transformada mais tarde em Biologia e Antropologia Física¹⁰⁷”.

Para o professor Munanga, é da condição do espírito humano classificar, é uma aptidão cognitiva que parte inicialmente da separação entre os semelhantes e os diferentes para facilitar a nossa compreensão e apreensão do mundo que nos cerca por isso,

Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo¹⁰⁸.

Ainda no século XVII, a classificação da diversidade humana passa por uma modificação que iria repercutir na vida dos indivíduos de todo o mundo, até os dias de hoje. A necessidade de classificação exige a condição de estabelecimento de critérios objetivos para se efetivar e nesse caso foi a cor da pele o critério escolhido para a classificação das chamadas raças. Portanto, Munanga diz que:

A espécie humana ficou dividida em três raças estancas, que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. Ora, a cor da pele é definida pela concentração da melanina. É justamente o degrau dessa concentração que define a cor da pele, dos olhos e do cabelo. A chamada raça branca tem menos concentração de melanina, o que define a sua cor branca, cabelos e olhos mais claros que a negra que concentra mais melanina e por isso tem pele, cabelos e olhos mais escuros e a amarela numa posição intermediária que define a sua cor de pele que por aproximação é dita amarela. Ora, a cor da pele resultante do grau de concentração da melanina, substância que todos possuímos todos, é um critério relativamente artificial. Apenas menos de 1% dos

¹⁰⁷ MUNANGA, 2003. p.2.

¹⁰⁸ MUNANGA, 2003. p.2.

genes que constituem o patrimônio genético de um indivíduo são implicados na transmissão da cor da pele, dos olhos e cabelos¹⁰⁹.

No século XIX, para aperfeiçoar a classificação da diversidade humana por raças, acrescenta-se ao critério da cor da pele, critérios morfológicos, tais como:

A forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial, etc. O crânio alongado dito dolicocefalo, por exemplo, era tido como característica dos brancos "nórdicos", enquanto o crânio arredondado, braquicefalo, era considerado como característica física dos negros e amarelos.¹¹⁰

Um antropólogo chamado Franz Boas¹¹¹, em 1932, questionou o argumento da medida do crânio, quando observava, nos Estados Unidos, que o crânio dos filhos dos imigrados, que seriam por definição braquicefalos, tinha uma tendência em alongar-se. Assim, a forma do crânio era tomada como mais uma influência do meio do que de fatores chamados raciais.

O progresso da chamada Genética Humana, no século XX, aponta no sangue uma possibilidade assumida como definitiva para efetivar uma divisão da diversidade humana em raças estanques. Nessa perspectiva,

Grupos de sangue, certas doenças hereditárias e outros fatores na hemoglobina eram encontrados com mais frequência e incidência em algumas raças do que em outras, podendo configurar o que os próprios geneticistas chamaram de marcadores genéticos. O cruzamento de todos os critérios possíveis (o critério da cor da pele, os critérios morfológicos e químicos) deu origem a dezenas de raças, sub-raças e sub-sub-raças. As pesquisas comparativas levaram também à conclusão de que os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes à uma mesma raça podem ser mais distantes que os pertencentes à raças diferentes; um marcador genético característico de uma raça, pode, embora com menos incidência ser encontrado em outra raça¹¹².

O que parecia de início uma possibilidade de consagrar a classificação da humanidade em raças estanques, pelo próprio desenvolvimento da ciência biológica, comprovou a definitiva impossibilidade da classificação, mesmo considerando todos os critérios que se somaram durante os séculos, da diversidade humana por uma determinação biológica, principalmente por raças. Assim,

¹⁰⁹ MUNANGA, 2003. p.2-3.

¹¹⁰ MUNANGA, 2003. p.4.

¹¹¹ MUNANGA, 2003. p.4.

¹¹² MUNANGA, 2003. p.4.

Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito alias cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem¹¹³.

A decretação, por parte dos cientistas naturais, da inexistência e inoperância do conceito de raça, não invalidou os séculos de problemas e prejuízos causados a humanidade, objetiva e subjetivamente, pelo uso que se deu ao conceito. Porém, o maior prejuízo para a humanidade não foi a mera classificação da diversidade humana, mas foi a escala de valores arbitrariamente atribuída às raças classificadas, tornando-as hierarquizadas. Sobre a hierarquização promovida pelos cientistas naturalistas europeus, Munanga avalia:

O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação¹¹⁴.

Essa é idéia de raças hierarquizadas e os efeitos práticos do uso da mesma continuam efetivamente ativos nas relações entre os seres humanos como denunciam as Organizações das Nações Unidas. No Brasil, como este trabalho evidencia, somente há pouco tempo o Estado brasileiro reconheceu as relações raciais historicamente institucionalizadas, com prejuízos principalmente para os indivíduos da chamada raça negra.

Principalmente no início do século XX, a classificação da humanidade em raças hierarquizadas deu origem a uma teoria pseudocientífica chamada de raciologia. Tal teoria tinha um conteúdo doutrinário, mesmo que fosse apresentada como científica. Ela serviu para justificar e legitimar a existência de sistemas de dominação racial, principalmente quando se difundiu fora da academia, entre os

¹¹³ MUNANGA, 2003. p.4-5.

¹¹⁴ MUNANGA, 2003. p.5.

grupos dominantes das populações ocidentais. Foi ainda usada pela ideologia nacionalista nascente naquele início de século como o nazismo, e legitimou os extermínios causados à humanidade no período da segunda guerra mundial. Sobre o emprego do conceito de raça usado atualmente com uma concepção, ideológica, Munanga observa:

O conceito de raça tal como o empregamos hoje , nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico.¹¹⁵

É por isso que tenho argumentado que a compreensão da idéia de raça neste estudo considera a história das relações raciais no Brasil que se inicia desde o momento da chegada dos primeiros colonizadores europeus, trazendo um maior prejuízo para os indígenas e negros africanos que tiveram o seu lugar inicial na estrutura social da produção econômica da colônia, na condição de mão-de-obra escrava. Situação que piora para os negros, depois do fim do trabalho escravo no Brasil, quando estes passaram a ocupar o que eu chamo de “lugar-social nenhum”, pois não integravam mais o espaço econômico, não tinham propriedades e não foram integrados ao novo modo de produção capitalista de trabalho assalariado, dentre outros motivos por não serem considerados aptos para tal. Assim, é importante considerar que mesmo não existindo para geneticistas e biólogos da atualidade, a idéia de raça persiste nas representações sociais. De acordo com Munanga:

No imaginário e na representação coletiva de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares¹¹⁶.

Do ponto de vista científico, além de criar tipologias para sistematizar a diversidade humana, era fundamental ter que explicá-la. Tal explicação veio quando

¹¹⁵ MUNANGA, 2003. p.6.

¹¹⁶ MUNANGA, 2003. p.6.

Darwin, baseado nos princípios da seleção natural, demonstrou uma evolução gradativa dos organismos no tempo e no espaço se adaptando as mais diferentes condições de sobrevivência, em um processo contínuo. Sobre esta questão Munanga assim argumenta:

A variação dos caracteres genéticos, fisiológicos, morfológicos e comportamentais hoje observados, tanto entre as populações vegetais e animais como humanas, correspondem em grande medida a um fenômeno adaptativo. Exemplos: uma pele escura concentra mais melanina que uma pele clara, pois protege contra a infiltração dos raios ultravioletas nos países tropicais; uma pele clara é necessária nos países frios, pois auxilia na síntese da vitamina D. Graças aos progressos da ciência e da tecnologia, a adaptação ao meio ambiente não precisa mais hoje de mutações genéticas necessárias no longínquo passado de nossos antepassados.¹¹⁷

Porém, os princípios e idéias desenvolvidos por Darwin foram transportados pelos cientistas sociais do século XIX para a análise da vida social, o que ficou conhecido como darwinismo social. Nesta perspectiva, as sociedades estariam em processo de evolução passando de um estágio inferior para um outro superior no qual o organismo social seria mais adaptado e complexo. Este processo natural preservaria a sobrevivência dos organismos mais fortes e evoluídos que garantiriam perpetuação da sociedade.

Costa, que aqui introduzimos como um aporte necessário para a complementação da análise teórica, indica as conseqüências da relação gerada com a transposição dos conceitos físicos e biológicos para o estudo da sociedade afirmando:

Os principais cientistas sociais positivistas, combinando as concepções organicistas e evolucionistas inspiradas na perspectiva de Darwin, entendiam que as sociedades tradicionais encontradas na África, na Ásia na América e na Oceania não eram senão “fósseis vivos”, exemplares de estágios anteriores, “primitivos” do passado da humanidade. Assim, as sociedades mais simples e de tecnologia menos avançada deveriam evoluir em direção em direção a níveis de maior complexidade e progresso na escala da evolução social, até atingir o “topo”: a sociedade industrial européia.¹¹⁸

Para os europeus, esta explicação “científica” justificava a invasão, colonização e dominação desses continentes em todos os aspectos. Argumentavam

¹¹⁷ MUNANGA, 2003. p.6.

¹¹⁸ COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1997. p.49.

que eles seriam os promotores da civilização de tais povos selvagens e bárbaros. Junte-se a esta perspectiva do darwinismo social a classificação da diversidade humana por raça e todo um processo de hierarquização estaria “cientificamente” justificado.

Como já foi dito, independente da inexistência do conceito de raça do ponto de vista científico para a explicação da diversidade humana, como também do surgimento de outras teorias sociais que descaracterizam o darwinismo social como parâmetro para a análise da sociedade, estas idéias continuam presentes no imaginário social produzindo representações sociais que atuam como mediadoras nas relações individuais e sociais com implicações na construção de identidades.

A perspectiva dessa teorização sobre a diversidade humana não é a de negá-la, em consequência do prejuízo e problemas que o conceito biológico de raça e a hierarquização que o complementou provocaram e ainda provocam para toda a humanidade e especificamente, no Brasil para indígenas e negros, porém é de compreensão, de que:

A diversidade genética é absolutamente indispensável à sobrevivência da espécie humana. Cada indivíduo humano é o único e se distingue de todos os indivíduos passados, presentes e futuros, não apenas no plano morfológico, imunológico e fisiológico, mas também no plano dos comportamentos. É absurdo pensar que os caracteres adaptativos sejam no absoluto “melhores” ou “menos bons”, “superiores” ou “inferiores” que outros¹¹⁹.

Assim, qualquer sociedade que deseja elevar as vantagens de ser composta por esta rica diversidade humana, deve, seguindo o princípio moderno, garantir e promover, de fato e não só formalmente, a igualdade dos seus membros, oferecendo aos indivíduos possibilidades de:

Escolher entre caminhos, meios e modos de vida diversos, de acordo com as disposições naturais de cada um. A igualdade supõe também o respeito do indivíduo naquilo que tem de único, como a diversidade étnica e cultural e o reconhecimento do direito que tem toda pessoa e toda cultura de cultivar sua especificidade¹²⁰.

¹¹⁹ MUNANGA, 2003. p.7.

¹²⁰ MUNANGA, 2003. p.7.

O caminho apontado pela autodeclaração de uma identidade étnico-racial, penso, é uma possibilidade de garantir ao indivíduo o direito de escolha de partilhar uma cultura e sua especificidade.

2.2.3 RAÇA E RACISMO

A abordagem do racismo é geralmente feita a partir da noção de raça e da relação que uma mantém com a outra. Esclarecendo que o racismo já recebeu várias definições e que essa é uma das dificuldades ao enfrentá-lo, Munanga, também tomando por base as relações entre essas duas noções, assim o define:

O racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural¹²¹.

Dentro desta perspectiva, essa teorização sobre o racismo infere a lógica operacionalizada para efetivar as relações humanas que se estabeleçam dentro desses parâmetros, chamado por Munanga de racismo no sentido sociológico visto que, no imaginário racista, raça não seria apenas um grupo que se define por caracteres físicos, mas “seria um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence”.¹²² De outro modo pode-se entender que o racismo se efetiva quando se considera que as características intelectuais e morais de um determinado grupo são necessária e naturalmente conseqüências de suas características físicas e/ou biológicas.

O racismo é realidade humana socialmente construída e tem as suas origens tanto míticas quanto históricas conhecidas. Segundo Munanga,

A primeira origem do racismo deriva do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três

¹²¹ MUNANGA, 2003. p.8.

¹²² MUNANGA, 2003. p.8.

filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra)¹²³.

O relato bíblico situado no capítulo nono do livro de Gênesis narra que o patriarca Noé, depois de navegar nas águas do dilúvio por longos dias, encontrou um local para desembarcar. Ali estendeu sua tenda para descansar com seus três filhos. Depois de tomar vinho, ele se deitou e dormiu em uma posição indecorosa. Cam, ao encontrar seu pai naquela posição, foi ao encontro de seus irmãos Jafé e Sem e fez comentários desrespeitosos sobre o pai. Noé, ao saber que o filho Cam havia sido desrespeitoso em seus comentários sobre ele naquele momento de sua embriaguez, o amaldiçoou dizendo: seus filhos serão os últimos a serem escravizados pelos filhos de seus irmãos. Segundo Munanga, “Os calvinistas se baseiam sobre esse mito para justificar e legitimar o racismo anti-negro”¹²⁴.

A segunda origem do racismo, considerada nessa teorização, é histórica e conhecida, ligada à condição moderna do ocidente. Sua origem se dá na classificação “científica” da observação dos caracteres físicos – cor da pele, traços morfológicos. Os caracteres físicos foram considerados irreversíveis na sua influência sobre os comportamentos dos povos. Nessa época,

Essa mudança de perspectiva foi considerada como um salto ideológico importante na construção da ideologia racista, pois se passou de um tipo de explicação na qual o Deus e o livre arbítrio constituí o eixo central da divisão da história humana, para um novo tipo, no qual a Biologia (sob sua forma simbólica) se erige em determinismo racial e se torna a chave da história humana¹²⁵.

Partindo do ponto de vista desta teorização, o autor insiste no entendimento de que o racismo nasce como justificativa da existência de uma relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, intelectuais, psicológicas e culturais que desembocou na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores.

No século XVIII, aparece, sistematizado, um quadro de classificação da diversidade humana em raças e os seus respectivos valores hierárquicos. Carl Von Linné, conhecido na língua portuguesa como Lineu, o mesmo naturalista sueco que fez a primeira classificação racial das plantas é o seu autor. Ele também realizou o quadro de raças que assim classifica o Homo Sapiens:

¹²³ MUNANGA, 2003. p.8.

¹²⁴ MUNANGA, 2003. p.8.

¹²⁵ MUNANGA, 2003. p.8.

- **Americano:** moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado.
- **Asiático:** amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas.
- **Africano:** negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados.
- **Europeu:** branco, sangüíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertados¹²⁶.

Mesmo que nos dias de hoje um quadro como este pareça absurdo, sabemos que ainda é possível que as relações humanas sejam permeadas com essas concepções. Sobre isso Munanga nos diz:

O pior é que os elementos dessa hierarquização sobreviveram ao tempo e aos progressos da ciência e se mantêm ainda intactos no imaginário coletivo das novas gerações. No entanto, não foi, até o ponto atual dos conhecimentos, cientificamente comprovada a relação entre uma variável biológica e um caractere psicológico, entre raça e aptidões intelectuais, entre raça e cultura¹²⁷.

A manutenção e reprodução, nos dias atuais, de elementos racistas presentes no quadro de classificação de Lineu, é uma hipótese que estarei verificando a partir da interpretação dos discursos que revelam as representações sociais sobre o ser humano negro, dos estudantes que compõem a amostra do presente estudo. O autor chama a atenção para um saldo negativo que carregamos do racismo clássico construído no século XVII e alerta para uma nova forma de racismo que emerge no século XXI:

O racismo construído com base nas diferenças culturais e identitárias. Devemos, portanto observar um grande paradoxo a partir dessa nova forma de racismo: racistas e anti-racistas carregam a mesma bandeira baseada no respeito das diferenças culturais e na construção de uma política multiculturalista. Se por um lado, os movimentos negros exigem o reconhecimento público de sua identidade para a construção de uma nova imagem positiva que possa lhe devolver, entre outro, a sua auto-estima rasgada pela alienação racial, os partidos e movimentos de extrema direita na Europa, reivindicam o mesmo respeito à cultura “ocidental” local como pretexto para viver separados dos imigrantes árabes, africanos e outros dos países não ocidentais¹²⁸.

¹²⁶ MUNANGA, 2003. p.9.

¹²⁷ MUNANGA, 2003. p.9.

¹²⁸ MUNANGA, 2003. p.11.

Referindo-se a não existência, nos dias atuais, de um racismo institucionalizado e explícito, o autor cita como um momento que demarca esta situação presente, a supressão das leis do *apartheid* na África do Sul. Segundo ele, isso significa que “os Estados Unidos, a África do Sul e os países da Europa ocidental se encontram todos hoje no mesmo pé de igualdade com o Brasil, caracterizado por um racismo de fato e implícito, as vezes sutil (salvo a violência policial que nunca foi sutil)”.

O autor conclui esta reflexão sobre o racismo lembrando que no Brasil duas situações foram, e de certa forma ainda continuam sendo, impeditivos para a implementação de políticas de combate efetivo ao racismo. São elas:

O mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa” e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro¹²⁹.

Penso que a luta por igualdade racial já encontra eco nas políticas de ação afirmativa que até o momento já foram implementadas, expressas com maior relevância nas cotas para o acesso no ensino superior em instituições de ensino públicas e privadas. Também é de grande relevância a legislação que garante que a história da cultura africana seja ensinada nas escolas brasileiras.

2.2.4 RAÇA E ETNIA

Se raça tem um conteúdo morfo-biológico, etnia por sua vez tem um conteúdo sócio-cultural e psicológico e Munanga a define da seguinte maneira:

Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território¹³⁰.

Assim, num grupo populacional chamado raça branca, amarela ou negra é possível encontrar não só uma única, mas várias etnias. Também é possível que

¹²⁹ MUNANGA, 2003. p.11.

¹³⁰ MUNANGA, 2003. p.12.

algumas etnias, mesmo sozinhas, possam formar uma nação. É o caso de várias nações indígenas brasileiras, africanas, asiáticas e outras que formam as chamadas etnias nações.

No caso dos países que passaram pelo processo de colonização, os antigos territórios étnicos foram desfeitos com a nova configuração de fronteiras geográficas dadas pelos povos colonizadores, como foi o caso dos países do continente africano e também do continente latino americano. Ainda hoje, etnias nações que sobreviveram às conseqüências da colonização e estão entre as fronteiras que dividem diferentes países, lutam para se manter íntegras. É o caso das etnias que formam as nações indígenas que vivem nas fronteiras da Bolívia e do Brasil, por exemplo, as quais têm indivíduos que vivem do lado boliviano e outros indivíduos que moram no lado brasileiro.

No Brasil, a maioria dos pesquisadores que trabalha na área das relações raciais e interétnicas utiliza o conceito de raça. O conceito é utilizado não no sentido de afirmá-lo como realidade biológica, mas para explicar o racismo, visto que este fenômeno ainda se baseia na existência de raças hierarquizadas, e as raças fictícias ainda existem nas representações mentais e no imaginário popular das sociedades contemporâneas.

Mesmo havendo alguns estudiosos que não usam o conceito de raça por acharem que ele não é mais “politicamente correto”, trocando-o pelo conceito de etnia, esta substituição não muda a realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre as diferentes culturas que é um dos elementos que compõe o racismo. Para Munanga,

O racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intacto.¹³¹

O autor relata que na atualidade os conceitos de raça e etnia são ideologicamente manipulados, confundindo os pesquisadores iniciantes no estudo das relações raciais e interétnicas, principalmente porque são utilizados tanto por

¹³¹ MUNANGA, 2003. p.12-13.

racistas como por anti-racistas, se constituindo bandeira de todos, que os manipulam de acordo com os seus interesses.

No caso brasileiro, o autor pontua que os povos que aqui se encontraram e construíram o país num encontro de culturas e civilizações, dentro dos padrões científicos da atualidade não seriam considerados como raças, mas como populações, visto que “eles continuam pelas regras culturais de endogamia, a participarem dos mesmos círculos de união ou casamento, embora esses círculos não estivessem totalmente fechados como ilustrado pelo crescimento da população mestiça”.¹³²

É importante considerar que toda a diversidade étnica oriunda da África, Europa, Ásia e do Oriente Médio que aqui no Brasil se estabeleceu, juntamente com a diversidade étnica dos povos indígenas, empiricamente poderia constituir novas etnias, pois de acordo como autor,

A etnia não é uma entidade estática. Ela tem uma história, isto é uma origem e uma evolução no tempo e no espaço. Se olharmos atentamente a história de todos os povos, perceberemos que as etnias nascem e desaparecem na noite dos tempos. Visto deste ângulo, não seria errado falar de novas etnias ou etnias contemporâneas à condição que os que usam esses conceitos tomem o cuidado de defini-los primeiramente para evitar confusões com outros conceitos, etc.¹³³

Geralmente não é o que acontece. Os idealizadores dos novos conceitos não definem seus novos componentes e conteúdos no contexto da dinâmica contemporânea das relações interétnicas.

Afirma o autor que existe uma tendência, por obra da ideologia racista que estabelece uma relação intestinal entre o biológico e o cultural ou raça e cultura, de se considerar a população branca sem diferenças nas origens geográficas e culturais, como se todos os brancos pertencessem a uma mesma cultura ou a mesma etnia. É dessa percepção político-ideológica, que pôs os brancos coletivamente no topo da pirâmide social, no comando e no poder, que surgem expressões como “cultura branca” e “etnia branca”. Do mesmo modo, afirma que “pelo mesmo raciocínio baseado na visão político-ideológica que colocou coletivamente os negros na base da pirâmide como grupo”.

¹³² MUNANGA, 2003. p.13.

¹³³ MUNANGA, 2003. p.13.

Porém, indica o autor que existem culturas particulares que escapam da cultura globalizada e se constroem diferentemente do conjunto da população negra, como do conjunto da população branca e oriental. Revela Munanga que,

É a partir da tomada de consciência dessas culturas de resistência que se constroem as identidades culturais enquanto processos e jamais produtos acabados. São essas identidades plurais que evocam as calorosas discussões sobre a identidade nacional e a introdução do multiculturalismo numa educação-cidadã, etc. Olhando a distribuição geográfica do Brasil e sua realidade etnográfica, percebe-se que não existe uma única cultura branca e uma única cultura negra e que regionalmente podemos distinguir diversas culturas no Brasil.¹³⁴

Essa perspectiva se orienta na direção de uma pluralidade cultural presente nas diversas experiências de ser brasileiro, que se manifesta em cada Estado do país, nas histórias e religiosidades diferentes, nos hábitos alimentares que remetem uma terra mãe, peculiaridades culturais nas danças, nos trajes. Assim entende que:

Como a identidade cultural se constrói com base na tomada de consciência das diferenças provindo das particularidades históricas, culturais, religiosas, sociais, regionais, etc. se delineiam assim no Brasil diversos processos de identidade cultural, revelando um certo pluralismo tanto entre negros, quanto entre brancos e entre amarelos, todos tomados como sujeitos históricos e culturais e não como sujeitos biológicos ou raciais¹³⁵.

Sobre uma “identidade étnico-racial negra”, o autor declara que “a questão é saber se todos têm consciência do conteúdo político dessas expressões e evitam cair no biologismo, pensando que os negros produzem cultura e identidade negras como as laranjeiras produzem laranjas e as mangueiras as mangas”.¹³⁶ A preocupação do autor converge na direção de que tal identidade política é unificadora e busca propostas transformadoras da realidade do negro no Brasil, em oposição à outra identidade unificadora proposta pela ideologia dominante: a identidade mestiça, que busca a unidade nacional, a legitimação da chamada democracia racial brasileira e a conservação do *status quo*.

¹³⁴ MUNANGA, 2003. p. 14.

¹³⁵ MUNANGA, 2003. p.14.

¹³⁶ MUNANGA, 2003. p.15.

2.3 Representações sociais

A escolha por trabalhar com as representações sociais implica na proposta que elas apresentam, de serem instrumentos que possibilitam conhecer como os indivíduos e grupos criam, utilizam e reproduzem percepções que interpretam “objetos” para operacionalizar a vida em uma realidade tanto objetiva quanto subjetiva. A autora Denise Jodelet apresenta uma caracterização de representação social que, segundo ela, é a que tem sido aceita pela comunidade científica, da seguinte maneira:

É uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, tendo um objetivo prático e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como ‘saber do senso comum’, ou, ainda, ‘saber ingênuo’, ‘natural’, esta forma de conhecimento é distinguida, entre outras, de conhecimento científico.¹³⁷

A autora faz tal comentário tendo em vista que as representações sociais, enquanto forma de conhecimento, já foram contestadas, tendo em vista a sua referência estar nas concepções do senso comum. Porém, dada a relevância do estudo das representações, em virtude da sua importância na vida social pela clareza que elas trazem sobre os processos cognitivos e as interações sociais elas são consideradas tão legítimas como qualquer outra forma de conhecimento.

Reconhece-se geralmente, que as representações sociais, enquanto sistemas de interpretação, regem nossa relação com o mundo e os outros, orientam e agilizam os comportamentos e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos também variados como a difusão e a assimilação de conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição de identidades pessoais e sociais, a expressão de grupos e as transformações sociais¹³⁸.

É de extrema relevância para o presente estudo, compreender como a identidade de indivíduos que se autodeclaram como negros é constituída a partir da estrutura social brasileira. Assim, torna-se importante entender essa dimensão que as representações, como sistemas de interpretativos, têm sobre a definição de identidades pessoais e também sociais, dentro do contexto das relações raciais, considerando ainda que,

¹³⁷ JODELET, Denise. **Les Représentations Sociales**. Paris, PUF, 1991. p.33.

¹³⁸ JODELET, 1991. p.35.

Enquanto fenômenos cognitivos, eles engajam a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as condutas e pensamento, socialmente inculcados ou transmitido pela comunicação social a que são ligados. Desse fato, seu estudo constitui uma contribuição decisiva à abordagem da vida mental individual e coletiva¹³⁹.

É, portanto, na perspectiva de compreender como o indivíduo representa o objeto que institui, a sua ou uma das suas identidades, e como ele se relaciona na realidade com o outro que, do ponto de vista de uma identidade étnico-racial, compartilha como componente esse mesmo grupo identitário, pois segundo afirma esta teoria das representações sociais,

Com efeito, representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual um sujeito se relaciona a um objeto. Isso tanto pode ser uma pessoa, uma coisa, um evento material, físico ou social, um fenômeno natural, uma idéia, uma teoria, etc; ele pode ser também bem real, como imaginário ou mítico, mas é sempre requerido. Não há representação sem objeto.¹⁴⁰

Potencialmente percebidas a partir das conversações, falas ou discursos, as representações não se tornam auto-evidentes exclusivamente no que foi dito na afirmação ou na negação de entrevistados. É na interpretação da forma, do conteúdo em que o discurso foi constituído e também, no que não foi dito, mas que se intuiu no discurso, que a ciência para a inferência sobre elas aparece. Nesse mesmo sentido a autora afirma que,

Os fenômenos sociais que nos permitem identificar de maneira concreta as representações e de trabalhar sobre elas são, nós o sabemos, as conversações, dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum¹⁴¹.

É importante também considerar o que diz Moscovici sobre a não exclusividade das falas e discursos populares como única possibilidade de produção das representações sociais. Outras falas e outros discursos que partem de diferentes atores e lugares sociais igualmente revelam a produção e reprodução das representações, mesmo que este autor privilegie o discurso do senso comum. Senão vejamos:

¹³⁹ JODELET, 1991. p.35.

¹⁴⁰ JODELET, 1991. p.35.

¹⁴¹ GUARESCHI, Pedrinho A. JOVCHELOVIT, Sandra. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p.9.

Mas isso não significa que as conversações, os saberes populares ou o senso comum devam ser considerados à parte, ou que se aceite que somente eles expressem as representações sociais. Essas podem ser encontradas sob outras formas, nas religiões, nas ideologias e em outras circunstâncias. É certo que outras teorias recentes consideram o senso comum como um protótipo dos fenômenos sociais em geral¹⁴².

No caso do presente estudo a intenção foi, exatamente, perceber a partir dos discursos dos estudantes negros entrevistados, o que eles pensam sobre o ser humano negro e identificar as representações que perpassam essa percepção.

¹⁴² GUARESCHI, 1995. p.10.

3 ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DO SER NEGRO A PARTIR DAS IDÉIAS DE RAÇA E RACISMO QUE PERPASSAM OS DISCURSOS DOS ESTUDANTES AUTODECLARADOS NEGROS NO ProuNI.

Esta pesquisa qualitativa se constitui em um estudo de caso¹⁴³ realizado no Centro Universitário Metodista entre o grupo de estudantes que ingressou no ensino superior, no primeiro semestre de 2007, através do Programa Universidade para Todos – ProuNI¹⁴⁴, e que fez opção pelo critério de reserva de vagas, também chamado de “cotas”, para os autodeclarados negros.

3.1 Informações sobre a amostra

A construção da amostra se deu da seguinte maneira:

- As instituições de ensino superior que aderiram ao ProuNI ofereceram as vagas para os bolsistas nos cursos ofertados em seus vestibulares;
- A proporção de vagas para o ProuNI é de uma para cada nove do número total de vagas ofertadas de acordo com lei nº 11.096/05;
- Das vagas oferecidas por cada instituição para o ProuNI são reservadas as cotas para os autodeclarados negros e indígenas no processo de seleção;
- As vagas para negros e indígenas são ofertadas observando o percentual de autodeclarados negros e indígenas no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em cada Unidade Federativa do Brasil;

¹⁴³ HOWARD, S. Becker. **Métodos de pesquisa em ciências sociais – Tradução de Marcos Estevão e Renato Aguiar.** São Paulo: Hucitec. 1993. p.118.

¹⁴⁴ Anexo I - Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

- Para o processo seletivo do PROUNI no primeiro semestre do ano de 2007, o Centro Universitário Metodista ofertou um total de 89 vagas;
- Do total das 89 vagas ofertadas para o PROUNI pelo Centro Universitário Metodista em 2007, doze vagas foram destinadas às cotas para autodeclarados negros, de acordo com o percentual de aproximadamente de 14% de negros (pretos e pardos) no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o último censo do IBGE;
- Nas doze vagas reservadas às cotas para negros, somente seis estudantes ingressaram com solicitação de matrícula no primeiro semestre do ano de 2007, no Centro Universitário Metodista;
- Dos seis estudantes matriculados nos cursos do Centro Universitário Metodista, ingressantes pelo PROUNI na modalidade de cotas para autodeclarados negros, quatro compõem a amostra desta pesquisa.
- Os quatro estudantes autodeclarados negros ingressantes pelas cotas do PROUNI que compõe a amostra da pesquisa estão matriculados nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Ciências Contábeis e Ciências Biológicas;
- A amostra é composta por duas mulheres e dois homens;
- A amostra se divide em duas classificações de faixa etária: de 18 a 24 anos: 2 estudantes; de 25 ou mais anos: 2 estudantes;
- De acordo com padrões considerados pelo governo sobre ingresso no ensino superior, a faixa etária entre 18 a 24 anos é considerada como a mais adequada para o ingresso e permanência de estudantes nesse nível de ensino.

É importante fazer a seguinte observação: os outros dois estudantes que efetivaram matrícula em 2007-1 no Centro Universitário Metodista também foram procurados por mim para comporem a amostra, que passaria a ser de 100% dos ingressantes, deixando de ser amostra para compor todo o universo neste estudo de caso. Porém, não responderam ou responderam, mas depois se recusaram a continuar participando da pesquisa por motivos pessoais, o que é compreensível. É relevante dizer que um desses estudantes que comporia também a amostra, abandonou o curso ainda no primeiro semestre em virtude da falta de condições financeiras para freqüentar as aulas, visto que se encontrava desempregado,

segundo as informações fornecidas a mim, por telefonema, pela mãe do estudante. Tal fato evidencia que o alcance das políticas de ação afirmativa deve ir além da garantia de acesso e garantir também a possibilidade de permanência dos estudantes beneficiados pelas bolsas.

3.2 Informações sobre a coleta de dados

A coleta de dados foi realizada a partir dos dados iniciais fornecidos pelo Setor de Bolsas do Centro Universitário Metodista. Nesse setor, obtive a informação precisa do número de estudantes autodeclarados negros e ingressantes pelo PROUNI no primeiro semestre de 2007. Também fui informado em que cursos eles realizaram suas matrículas e os seus nomes. Isso foi possível através da documentação de controle dos bolsistas realizada por esse setor.

De posse das informações sobre os estudantes, passei a entrar em contato com eles, via telefone ou e-mail, informando-os sobre a pesquisa que estava realizando e solicitando uma entrevista com cada um. Também localizei os estudantes diretamente na sala de aula, enquanto professor, em algumas das turmas em que esses estudantes estão matriculados. Realizado o contato para localização dos estudantes, passei a encontrá-los para a realização de entrevistas. As mesmas foram realizadas nas dependências do campus IPA, nas salas de estudo da Biblioteca Central e também nas salas de aulas.

Através das entrevistas, que foram semi-estruturadas, é possível perceber os valores e opiniões do entrevistado¹⁴⁵. Este tipo de instrumento tem como característica “basear-se em um roteiro que apresenta questões com respostas abertas, não previamente codificadas, nas quais o entrevistado pode discorrer livremente sobre um tema proposto ou pergunta formulada”.¹⁴⁶

Como esta técnica possibilita a coleta de informações mais profundas da realidade do indivíduo, procurei extrair os dados qualitativos relevantes para a pesquisa. Por isso elas foram realizadas a partir da iniciativa, por parte do pesquisador, de deixar os entrevistados o mais à vontade possível, tentando quebrar

¹⁴⁵ MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 4 ed. São Paulo – Rio de Janeiro. Hucitec – Abrasco, 1996. p.108.

¹⁴⁶ CORTES, Soraya M. Vargas. **Pesquisa social empírica: métodos e técnicas**. In cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v.9, p.18.

o clima institucional entre professor (pesquisador) e estudante (informante). A linguagem coloquial que dominou todas as entrevistas com uso de termos regionalistas, vícios de linguagem, gírias, incorreções gramaticais etc., pode ser considerada como técnica que facilita a apreensão das percepções dos entrevistados. As entrevistas foram gravadas digitalmente e transcritas para serem anexadas ao relatório final da pesquisa.

Penso que a minha participação diária no convívio com esses estudantes em seu ambiente acadêmico, na sala de aula, nos eventos institucionais, na biblioteca ou nos momentos de refeições, me possibilita ter mais elementos para reflexão e análise dos dados de pesquisa.

Para resguardar o anonimato dos entrevistados, atribui a cada um o nome de uma divindade africana, sendo aceita a idéia por todos eles. Considerei, para tanto, a informação que um dos entrevistados me forneceu sobre a importância que a “religião africana” teve na construção de sua identidade étnica/racial. A escolha das divindades não tem nenhuma relação direta com a personalidade dos entrevistados, sendo apenas mais uma maneira que eu encontro de exercitar, pedagogicamente, uma difícil atitude para os cristãos ocidentais: a tolerância com as diferentes formas de expressão de fé e religiosidade não cristã, principalmente as de matrizes africanas.

3.3 Análise dos dados

Para a realização da análise do tema¹⁴⁷ desta pesquisa sobre uma identidade étnico-racial dos sujeitos que se autodeclaram negros com o objetivo de receber uma bolsa de estudos do Estado brasileiro para realizarem a sua formação no ensino superior, considero as seguintes proposições: como nunca existiu anteriormente no Brasil a necessidade de uma autoclassificação por cor/raça para um cidadão ser beneficiado com políticas públicas, principalmente o negro, tal prática social é estranha a toda a sociedade brasileira inclusive para os sujeitos para quem a política pública foi criada; a classificação dos indivíduos por raça tem implicações históricas com desdobramentos sócios-políticos-culturais diretos para

¹⁴⁷ CORTES, Soraya M. Vargas. **Pesquisa social empírica: métodos e técnicas**. In cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v.9, p.30.

toda a humanidade e interferências objetivas e subjetivas na vida cotidiana dos indivíduos; a condição sócio-histórica da população dita negra e o seu lugar na estrutura social brasileira são intrinsecamente determinantes da percepção que a sociedade e o próprio negro tem de si.

O contexto das políticas de ação afirmativa remete a uma situação que obriga os indivíduos, sociedade e Estado a lidarem objetivamente com um objeto que fica sempre na dimensão subjetiva do mundo real: a classificação humana por raças. Falar sobre raças é complexo, principalmente depois que os cientistas europeus extinguiram o conceito analítico de raça, criado por eles mesmos, e tentaram fazer com que ele desaparecesse por completo, em virtude dos problemas e prejuízos causados pelo uso desse conceito a toda humanidade e especificamente aos grupos inferiorizados nesse processo, enquanto ele foi legitimado pela ciência. Porém, a extinção do conceito por parte das ciências naturais, depois de mais de três séculos legitimando e institucionalizando as relações desiguais de poder entre os diferentes grupos humanos, não pôde e nem poderia, como que por encanto, deixar de continuar operacionalizando essas relações, inclusive porque elas serviram para constituir e consolidar estruturas sociais desiguais que se reproduziram de forma a perpetuá-las.

Objetivamente lidar com raça enquanto classificação da diversidade humana é trabalhar com as representações que os indivíduos e grupos criaram para operacionalizar as demandas da vida cotidiana. Estas representações implicam diretamente na identidade que os indivíduos e grupos constituíram de si e dos outros para efetivarem estas relações. No caso específico do grupo de indivíduos classificados nesse processo de racialização como negros, restou-lhes o lugar, na hierarquia criada por essa classificação das raças, do mais inferior em toda a diversidade humana.

No Brasil, o grupo dos negros foi escravizado por mais de três séculos e até hoje ainda não teve a oportunidade de ser inserido institucionalmente na sociedade brasileira na condição cidadã, diferentemente do fato que se deu com os imigrantes brancos europeus que para este país acorreram, classificados entre a diversidade humana como raça superior a todas. As políticas de ação afirmativa se apresentarão como uma oportunidade de se realizar esta devida inserção, porém, o critério para tal é o mesmo que garantiu que os negros permanecem fora da cidadania por todo esse tempo: a classificação por raça/cor e a auto-identificação de ser negro.

As representações que todo o contexto da classificação da humanidade de raça produziu e ainda produz no imaginário social e individual dos seres humanos e as suas repercussões na vida dos negros dentro da estratificação social do Brasil, principalmente no que diz respeito a sua percepção identitária a partir do contexto das políticas de ação afirmativas é o objetivo da presente análise. Para tanto, serão analisadas três temáticas trabalhadas no levantamento de dados feito através de entrevistas semi-abertas estruturadas, realizadas com estudantes que se autodeclararam negros.

Antes de começar a análise ainda é necessária a inserção de mais um aporte teórico relevante para pensar identidade e raça num contexto de uma sociedade de classes. Para isso, tomo como referência reflexões de Darcy Ribeiro. Para pensar sobre identidade relacionando com estrutura social, recorro ao que nos diz Darcy Ribeiro quando demonstra o seu diagrama da estratificação social brasileira que parcialmente descrevo:

A estratificação social brasileira, na perspectiva de Darcy Ribeiro¹⁴⁸, é assim dividida: quatro estratos superpostos, correspondentes às classes dominantes, aos setores intermédios, às classes subalternas e as classes oprimidas. As classes dominantes são em número insignificante e detêm o poder sobre toda a sociedade com o apoio recebido das outras classes; os setores intermédios atenuam ou agravam as tensões sociais muitas vezes operando no papel de mantenedores da ordem em vez de ativistas de transformações; as classes subalternas, formadas pelos integrados regularmente na vida social, no sistema produtivo e no corpo de consumidores, geralmente sindicalizados, defendem o que já têm e procuram obter mais, sem pretensões para transformar a sociedade.

O autor assim indica a composição das classes oprimidas e o seu desígnio histórico.

[...] marginais, principalmente negros e mulatos, moradores das favelas e periferias da cidade. São os enxadeiros, os bóias-frias, os empregados da limpeza, as empregadas domésticas, as pequenas prostitutas, quase todos analfabetos e incapazes de organizar-se para reivindicar. Seu designo histórico é entrar no sistema, o que sendo impraticável, os situa na condição de classe intrinsecamente oprimida.¹⁴⁹

¹⁴⁸ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

¹⁴⁹ RIBEIRO, 2006. p. 192.

São essas as condições de classe determinadas na estrutura social brasileira que também alimentam a produção das representações sociais sobre a condição de ser negro no Brasil. Sem considerá-las, fica extremamente precária qualquer análise sobre a identidade étnico-racial das populações do país. Aqui, com essas breves considerações sobre estrutura social brasileira, fecho este aporte teórico. No caso brasileiro, como já foi demonstrado nas argumentações presentes neste trabalho, raça e classe caminham juntas.

Parece simples e fácil preencher um formulário se autodeclarando da cor/raça negra para participar de uma seleção de ingresso no ensino superior em instituições de ensino brasileiras. Este estudo demonstra, nos capítulos anteriores que fazem a abordagem do ponto de vista tanto histórico quanto conceitual dos estudos sobre classificação da diversidade humana em raças com implicações diretas na construção da identidade dos sujeitos, e também será evidenciado nesta análise, que não é bem assim.

Quando se fala de identidade, fala-se de como o sujeito se percebe e de como ele é percebido pelos outros. Os critérios são muitos e complexos e alguns já foram até cientificamente criados e extintos. Os governos arbitrariamente os instituem para legitimar as suas políticas. A sociedade na sua dinâmica própria operacionaliza no mundo social os já conhecidos e cria outros novos. Ao final, cabe aos sujeitos autônomos articulá-los com a mesma fluidez que todos os outros atores sociais também os articulam, na busca de sua humanização.

Sabendo o quanto é complexa a questão da classificação da diversidade humana, não será de se admirar que a análise dos dados desta pesquisa possa demonstrar ambigüidades, flexibilidades, fluidez e arbítrio no esforço que os entrevistados da pesquisa fazem para constituir uma identidade que o pesquisador chamará, arbitrando também, de étnico-racial. Utilizo o termo em todo este estudo no sentido da construção fluida feita pelos entrevistados que às vezes recorrem à cor da pele, tipo de cabelo e outros atributos físicos, comportamentais e culturais para legitimar a sua raça negra e, em outros momentos, recorrem a um lugar de origem de uma etnia ancestral africana. É considerando as implicações seculares que o conceito de raça teve e ainda tem para a chamada gente de raça negra e ainda avaliando que este grupo não foi inserido na dinâmica da sociedade moderna brasileira, ocupando o “não-lugar social”, produto e produtor de desigualdades raciais, do negro na estrutura social, que farei a análise deste trabalho.

A análise foi realizada tomando como referência os dados levantados a partir das entrevistas semi-estruturadas feitas com os quatro estudantes da amostra, através de categorias temáticas que pudessem ser indicativas, a partir dos discursos dos entrevistados, das representações sobre o “ser negro”, relacionando-as com a relevância da formação de nível superior no contexto das políticas da ação afirmativa.

A análise interpretativa foi realizada tomando como referência os dados levantados a partir das entrevistas semi-estruturadas feitas com os quatro estudantes da amostra, através de três temáticas que pudessem indicar, a partir dos discursos dos entrevistados, das representações sobre o “ser negro”, relacionando-as com a relevância da formação de nível superior no contexto das políticas de ação afirmativa.

É, no entanto, a articulação entre teoria e empiria, que conduz as inferências do pesquisador. As inferências são articuladas a partir das percepções de semelhanças e diferenças entre as representações dos entrevistados, indicadas pela relação feita entre os dados empíricos encontrados na abordagem das três temáticas e a reflexão realizada a partir do referencial teórico construído para o estudo e de outros aportes eventuais.

3.4. Categorias temáticas

As três categorias temáticas são as seguintes: “Ser negro”; “Importância da formação no ensino superior para os negros”; “Percepção das políticas de ação afirmativa para negros”. Antes de iniciar, é importante lembrar as idéias de raça e racismo apresentadas no capítulo 2 e que orientaram a análise.

Sobre as idéias de raça¹⁵⁰ é relevante considerar que, no século XVII, a classificação da diversidade humana passa por uma modificação que iria repercutir na vida dos indivíduos até os dias de hoje. Desta forma, exigiu uma condição de estabelecimento de critérios objetivos para se efetivar e, nesse caso, o critério foi a cor. A partir desse critério, os cientistas implementaram uma classificação em três cores que corresponderia a toda a diversidade da humanidade. A divisão ficou assim constituída: raça branca, com menos concentração de melanina e por

¹⁵⁰ De acordo com as reflexões teóricas já tratadas no capítulo 2 por GUIMARÃES e MUNANGA.

conseqüência a cor da pele branca, olhos claros cabelos lisos; negra, com mais melanina, o que determina a cor da pele, cabelos e olhos mais escuros; e a amarela, que fica numa posição intermediária, o que define a sua cor de pele como amarela também.

É importante ressaltar que vários outros sistemas que utilizavam a raça para classificação da humanidade se formaram tendo as mais diferentes gradações de cores e outras características morfológicas como orientação para a sua utilização. Os que são citados neste trabalho têm a importância de evidenciar os problemas trazidos para a humanidade por estes sistemas classificatórios que, mais do que classificar, criaram de modo deliberado uma hierarquização dos humanos em raças inferiores e superior.

Mesmo que, posteriormente, o conceito de raça tenha sido considerado inexistente e inoperante pelas ciências naturais, seus efeitos objetivos e subjetivos permanecem eficazes entre os humanos que durante séculos foram classificados pela hierarquia imposta por ele, que ligava diretamente características biológicas, como a cor, e traços físicos, com as psicológicas, morais e intelectuais. Com isso os indivíduos da raça branca foram coletivamente considerados superiores aos indivíduos da raça negra por causa das características físicas hereditárias, tais como lábios, nariz, tamanho da cabeça. Estas características, segundo se pensava, tornava os brancos mais bonitos, honestos e inteligentes¹⁵¹. Estes atributos legitimavam a raça branca a dominar as inferiores. Já a raça negra, com a sua pele escura era considerada mais estúpida, menos honesta, mais emocional, menos inteligente e por isso deveria ser sujeitada a dominação da superior, a branca. Essas idéias apresentadas no conceito biológico de raça serão fundamentais para originar o racismo.

Teoricamente o racismo se apresenta como uma ideologia essencialista. Sua concepção admite a humanidade a partir de uma divisão em grandes grupos humanos contrastados pelas raças que são constituídas de características físicas hereditárias comuns e que dão suporte às características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas. As raças estão divididas em uma escala de valores desiguais, exatamente por causa das determinações anteriormente citadas. A doutrina racista admite que as raças sejam naturalmente hierarquizadas pela

¹⁵¹ Ver MUNANGA, capítulo 2.

intrínseca relação físico/moral, físico/intelecto e físico/cultural. Feitas estas considerações, a título de rápida contextualização do que já foi tratado no capítulo 2, segue a análise dos discursos dos entrevistados sobre o tema: ser negro.

Portanto ser negro, considerando o enunciado acima, é fazer parte de uma raça naturalmente inferior. Logo também, ser um indivíduo humano inferior. Essa proposição não é mais verdadeira do ponto de vista científico, a partir das concepções para a classificação da diversidade humana da biologia e da antropologia física. Porém, a legitimidade que estas ciências deram para esta idéia por vários séculos, produziu crenças no imaginário social e geraram e continuam gerando representações sobre o ser negro que permitem aos indivíduos interpretarem e viverem a realidade.

3.4.1. Apresentação dos entrevistados:

Agora será feita uma breve apresentação dos estudantes. Começarei com as mulheres, em ordem cronológica de idade e depois farei da mesma forma com os homens entrevistados. Breve apresentação dos entrevistados:

A- Iansã, 19

Iansã, solteira, jovem, com muita expectativa do curso de graduação, não tem atividade trabalhista, valoriza a beleza, o que tem sido uma preocupação sua como mulher negra desde a infância, quando desejava ter cabelos lisos e compridos. Mas não foi possível. Acha normal ser negra. Como ela mesma disse na entrevista, ainda sente esse desejo, mas não muito. Agora já percebe que é possível ter mulheres negras bonitas na programação da televisão, mesmo que não sejam muitas, e que também não apareçam sempre.

Na escola também via poucas crianças negras, e estas evitavam conversar com ela, coisa que estranhava muito, pois já se reconhecia como pessoa negra e achava que os negros deveriam ser amigos. Pouco também, em sua opinião, é o número de estudantes negros que entram no ensino superior, principalmente nas universidades públicas.

Sobre a entrada desses estudantes no ensino superior através das políticas de ação afirmativa, na modalidade das cotas para negros, ela tem as suas reservas. Acha que não deve ter cotas para tudo, talvez um pouco para o acesso ao ensino superior. Mas não para outras situações como trabalho. Iansã diz que não dá para ter “cotinha para tudo”. Também disse que é preciso se esforçar para conseguir as coisas. “Não dá para ter tudo de mão beijada”.

Seu pai é para ela um exemplo da pessoa que se esforça para conseguir o que deseja. Ele, um negro, só agora teve a oportunidade de entrar no ensino superior porque a empresa em que trabalha está lhe concedendo uma bolsa de estudo. Bolsa de estudo é o que está garantindo também a Iansã o acesso ao ensino superior através do PROUNI e das cotas para negros. Sua mãe, uma mulher negra, não tem curso universitário.

A sua única irmã, que é mais clara do que ela – talvez por causa de algum ascendente – e tem os cabelos diferentes dos dela, não é universitária. Assim Iansã e seu pai são os únicos na família a cursarem uma graduação na atualidade.

Relata que no Centro Universitário Metodista já passou por situação de constrangimento por ser negra, causado por um colega de sala de aula que ela classifica como “sarará”.¹⁵² No seu “conceito”, sarará não é negro e nem é nada. Afirmou que nunca teve vivência de discriminação, mas não teria problema de fazer uma denúncia de racismo.

A formação de ensino superior é muito importante para Iansã. Considera importante a sua entrada no ensino superior também para os negros que são em pouquíssimo número nas instituições de ensino superior.

Uma situação vivenciada por Iansã enquanto mulher negra foi o que sua professora de biologia lhe disse: “Você é negra, é mulher e sempre estudou em escolas públicas. Te lembra que é preciso “ralar” muito para conseguir alcançar os teus objetivos”.

¹⁵² Diz-se da cor arruivada ou alourada do cabelo de alguns mulatos ou do cabelo crespo dessa cor; diz-se do mestiço com essa cor e tipo de cabelo; albino. De acordo com DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 1988.
Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx>. Acesso em: 05 nov. 2007.

Iansã não declara envolvimento com militância no movimento negro. Não tem filhos. Também não fez declarações sobre religiosidade. Iansã reconhece que existe desigualdade racial nas universidades brasileiras e acha que as cotas podem ajudar a diminuir esta desigualdade.

B- Oxum, 36

Oxum, desempregada, não sabe dizer como é ser negro e só parcialmente concorda com as políticas de ação afirmativa, que em sua opinião, devem acabar o mais breve possível. Aceitou a bolsa porque estava sendo dada pelo governo e não via impedimento para pegá-la.

Ela narra que teve uma infância na qual não se falava sobre raça. Se isso existia, era na família dos outros. Chamava-lhe a atenção quando sua avó criticava os “sará”, pois segundo Oxum sua avó também era. A família era formada por seu pai e sua mãe, ambos negros. Acrescenta também que a mesma era “misturada”, o que lhe causou uma certa confusão para entender as classificações padrões de cor/raça. Sua avó, por exemplo, era branca. Seu dois irmãos são negros. Como tinha a pele mais clara que a deles, teve que viver uma série de problemas e intrigas porque, segundo ela, eles achavam que a tonalidade mais clara da sua pele lhe dava privilégios nas relações familiares. Tais problemas começaram na infância e seguiram até o presente momento de sua vida. Seu pai sempre enfatizou que uma boa condição financeira é o que importa e que “isso não vem por estudo”.

Oxum não tem ninguém em sua família que seja formado. Também admite que o preconceito existia dentro da sua própria família. A cidade do interior do Estado onde passou a sua infância e adolescência mantinha relações raciais de auto-segregação entre os seus habitantes.

Segundo relata: “famílias brancas se relacionavam com famílias brancas e famílias negras se relacionavam com famílias negras”. Essa posição dos cidadãos lhe trouxe problemas pessoais. Como tinha a pele mais clara que os negros da cidade, eles lhe identificavam como “preta metida à branca”. E os brancos não lhe consideravam branca. Ouvia brincadeiras que lhe identificavam, da mesma forma que via a sua avó, “sará”. Essa classificação confusa e fora dos padrões

estabelecidos fez com que uma família negra não concordasse que seu filho namorasse com ela. Reconhece essa como uma situação preconceituosa.

Depois dos problemas com a sua família e com os moradores da cidade, veio para a capital do Estado onde encontrou várias pessoas na mesma condição de classificação cor/raça que Oxum chamou de mestiça. Tem uma filha que é negra. O pai da sua filha também é negro, coisa que faz questão de evidenciar em comparação com os seus irmãos que não se relacionam com mulheres negras.

Não tem muitas perspectivas com a formação no ensino superior por causa da sua idade e da sua condição de gênero. Só está fazendo por obrigação de ser exemplo para a sua filha. Espera que sua filha não precise passar pela situação de fazer um curso de graduação com acesso por cotas, como Oxum.

Demonstra dificuldade quando tem que se referir a alguém pela cor/raça. Acredita que o negro não gosta de estudar. Porém, ficou surpreendida quando encontrou um negro secretário de um município e com formação em nível de pós-graduação em uma universidade estrangeira. Sente-se discriminada entre as pessoas que fazem parte de seu círculo de amigos por ser bolsista por cota para negros, estudar pela manhã e fazer um curso na área da comunicação social. Explica que as pessoas dizem que ela poderia ter entrando no ensino superior sem precisar do critério das cotas para negro por ter nota suficiente para isso. Também, que deveria estudar de noite para trabalhar durante o dia e sobre o curso é porque ele não oferece muitas oportunidades de trabalho.

C- Xangô, 23

Xangô, que trabalha além de estudar, é um jovem de bom-humor que declara seu orgulho por ser negro. Atribui esse seu orgulho de ser negro a uma origem, a saber, de onde vem. Sabe que existe um lado desagradável da vida dos negros no Brasil, mas prefere ser otimista.

Nunca teve dúvida da sua identidade negra, afinal como Xangô mesmo diz, tem toda uma geração de negros: pai, mãe, irmão. Afirma que na infância não teve problema com racismo. Sua mãe, sempre que pode, o manteve em colégios particulares, até que no ensino médio foi para uma escola pública.

Em casa sempre ouvia a orientação de seu pai sobre ter cuidado quando andar com brancos, pois se alguém fizesse algo de errado Xangô, por ser negro, seria sempre o culpado. Esta sensação de culpa antecipada Xangô também revela que sente quando entra em um banco ou em um supermercado, quando percebe que estão o olhando e lhe seguindo como se ele, a qualquer momento, pudesse fazer algo de errado.

Tem uma filha com uma mulher negra. Não é militante de movimentos negros, mas acredita no trabalho desses movimentos, “quando não exageram em suas demandas”. Admite que poderia até freqüentar reuniões dos movimentos negros.

A formação no ensino superior é a maneira que Xangô acredita do negro sair da posição que a sociedade lhe colocou, “lá embaixo”. Sua motivação maior está no exemplo de sua mãe, que é formada, como também o seu irmão.

Dentro dessa perspectiva do que Xangô chama de “libertação” do negro, as políticas de ação afirmativa são bem-vindas e devem ser mantidas até que seja reduzida a desigualdade entre negros e brancos, que ele também divide em negros e ricos. Diz que não teria condições de cursar o ensino superior sem a bolsa de estudos. Avalia como positiva a presença considerável de negros nos cursos do Centro Universitário Metodista. Vê no espaço público, um lugar de reprodução do preconceito contra o negro.

D- Ogum, 35

Ogum é empregado, tem dois filhos, tímido, mas bem articulado. Tem uma preocupação em nomear as coisas que são ditas com termos pejorativos de uma forma deferente e que expressa valor positivo. Assim também é a sua preocupação com a sua condição de ser negro.

Na infância sentiu extrema dificuldade com a sua identificação por ser uma criança negra. Sua dificuldade foi tão intensa que desejou não ser negro, como ele mesmo disse: “Era uma coisa estranha”. Seus amigos e a vizinhança na rua, ele sentia que todos “debochavam” dele. Contavam piadas e histórias depreciativas e coisas do gênero.”

Lembra que não via referências de negros na televisão e que a imagem do negro era sempre associada a ladrão, mendigo e outros marginais do sistema

econômico e social. Tentou várias vezes entrar em uma universidade federal, mas não foi possível. A oportunidade que apareceu no contexto das políticas de ação afirmativa foi aproveitada e agora, como Ogum mesmo diz, realiza um sonho: o de ser o primeiro de sua família a ingressar no ensino superior.

Ogum reconhece a importância desse nível de ensino para a transformação da condição de vida do negro. A sua referência nesse sentido foi um primo, filho de uma tia que era lavadeira e negra. Seu primo estudou por causa do apoio financeiro dado por uma “cliente” da sua tia lavadeira.

Acredita que as políticas de ação afirmativa são importantes. Mais do que isso, Ogum acha que elas são uma dívida do governo para com os negros pelos séculos de escravidão a que foram submetidos no Brasil. Superou a dificuldade de ser negro que teve na sua infância “construindo” a sua identidade de negro, pelo menos a partir de duas experiências que narrou na entrevista: uma foi a realização de um trabalho sobre os 100 anos do fim da escravidão no Brasil.

Fazer este trabalho foi importante para conhecer mais sobre a história dos que Ogum chama de ancestrais e ver que eles eram príncipes, reis, rainhas, sacerdotes e que por trás da escravidão existia uma cultura que foi esmagada. A outra experiência que Ogum conta sobre a construção de sua identidade relaciona-se com a sua família, especialmente seu pai que era branco. Segundo as palavras de Ogum, seu pai “ministrava a religião africana”. Mesmo sendo branco, ele tinha uma grande relação com a chamada cultura negra, principalmente com a religiosidade e foi através dessa devoção transmitida por seu pai que Ogum ergueu mais uma coluna na estrutura da construção da sua identidade de negro.

Declara que a sua família era “misturada”. Sua mãe era negra e tinha uma avó branca. Sobre os movimentos negros disse que não é militante, mas acha válido o trabalho que eles realizam. Considera que depois que as políticas de ação afirmativa cumprirem sua função de diminuir a desigualdade entre brancos e negros, devem ser extintas para que não sejam usadas indevidamente, como por interesses político partidários.

Viveu outra experiência marcante na construção de sua identidade de negro quando, na entrega dos documentos de matrícula para o curso de graduação, foi

inquirido por um funcionário encarregado do recebimento dos documentos, sobre a “justiça de estar tomando” uma vaga de outra pessoa que não tem o privilégio da cota para negro. Afirmou para o funcionário da instituição que a cota era um direito e que achava justa a sua entrada na instituição.

3.4.1.1 Categoria Temática: Ser negro

A análise do tema “ser negro” é realizada a partir de duas perspectivas: a primeira procura descobrir a percepção que os autodeclarados negros têm do “ser negro”. Na segunda perspectiva a procura é por descobrir a percepção que os autodeclarados negros têm do que os outros dizem e pensam sobre o “ser negro”. Para tanto, foi feita a divisão da percepção nos espaços públicos e nos espaços privados, como sendo dimensões diferentes da experiência da vida humana na sociedade.

Através desta temática, serão abordadas duas perspectivas, através da pergunta: **Como é ser negro?**

1ª perspectiva: Atribuição de uma identidade objetiva para o auto-reconhecimento

Quando solicitados para dar uma resposta específica para a pergunta: Como é “ser negro”, os entrevistados assim responderam:

lansã, 19, fala o seguinte:

Ah! Pra mim é normal. Antes, quando eu era pequena mesmo é que tinha essa coisa meio de querer ter os cabelos lisos, compridos. Ainda tenho um pouco... Mas, daí ah, se eu sou assim, o que é que eu vou fazer?

O “Normal” aqui se refere a algo que o indivíduo deve acatar porque não é passível de mudança. Normal também é usado no senso comum no lugar de natural, algo dado pela própria natureza. Neste sentido, o que é socialmente construído e imposto pela cultura dominante é ideologicamente reproduzido e apropriado como “normal” no sentido de natural. Sendo assim, para a entrevistada, não ter os cabelos lisos significa não poder ser bonita. A beleza é entendida como

condição natural e não como construção social, padrão cultural, e por isso relacionada a uma raça que detém os traços físicos naturalmente belos.

A resignação seria um dos caminhos possíveis para aceitação dessa condição “normal”, como expressa Iansã: “se eu sou assim [negra], o que é que eu vou fazer?”. Esta condição é assim entendida pela entrevistada desde a sua primeira socialização, que indica quando usa a expressão: “... quando eu era pequena”, e demonstra a importância que isso tinha para si naquela época, infância, quando expressa: “mesmo”. Revela, porém, que tal vontade, de “ter cabelos lisos, compridos”, atualmente, em uma segunda socialização, ainda não passou, mas foi atenuada pela compreensão, não mais de uma criança, mas agora de uma jovem que tenta aceitar a sua condição – quase condenação – racial.

Ogum por sua vez considerou:

Construir a minha identidade de negro foi meio complicado... Mas como é que eu vou, como é que eu posso lhe dizer. Eu me sentia um pouco inferior assim no início, quando eu era pequeno, em relação às pessoas de cor branca, e a colegas, e... piadas, e... brincadeiras maliciosas, historinhas e... no início era uma vontade de não ser. Uma coisa estranha...

“Construir”: esta é a tônica adotada por Ogum para falar sobre a sua percepção do “ser negro”. Tal percepção remete a trabalho, a escolhas, a tomada de decisões muitas vezes difíceis e complexas. Um importante indicativo fornecido pelo entrevistado é de que identidade não é dada. Ela é um processo, por isso precisa ser construída. Identidade é construção social. Não é determinação natural. Porém, ele aponta que em sua socialização primária, aqui nesta pesquisa entendida juntamente com a socialização secundária na perspectiva de Berger e Luckmann apresentada no capítulo 2, a condição de “ser negro” foi demasiadamente associada a sofrimento e desalento, que lhe levou até ao desespero de querer não ser negro. A desigualdade racial era efetivamente sentida na relação com as pessoas da raça branca que através de humilhações lhe impunham um sentimento de inferioridade. Tal confissão é feita explicitamente pelo entrevistado, que no momento da entrevista, relatou o fato com coragem e também com grande constrangimento pelo sentimento que foi tomado naquela época e quando contou o ocorrido.

Já Oxum, 37, informou:

Tá bom, tá! Na realidade assim: como responder essa pergunta de forma sintética eu ainda não consigo. Assim. Não sei dizer. Sei que é o assunto

que veio há pouco, veio há tona há pouco antes era uma questão meio subliminar na minha vida...

“Não sei dizer”. Obrigatoriamente não é porque o governo estabeleceu um padrão de identidade para serem portadores de direitos que os indivíduos que aderirem ao padrão governamental estejam de acordo com tal classificação. A princípio não é plausível que uma pessoa que se autodeclarou negro para ser beneficiado com uma bolsa de estudo concedida para negros não saiba como viveu e vive até o momento sendo um negro confesso. E ainda, declara que só há pouco é que o assunto de “ser negro” “veio à tona” em sua vida. Como é possível ser subliminarmente negro? Sobre a sua socialização primária fica implícito o indicativo de que a condição de ele “ser negro” nunca foi considerada e até agora ele ainda não conseguiu dar conta do que seja a sua identidade racial, mesmo tendo aderido ao PROUNI pelo critério cor/raça negro. Não saber dizer é uma negação de uma identidade étnico-racial mesmo que haja uma adesão ao Programa de bolsas para negros. Como sinteticamente Oxum não pode responder ao questionamento, vejamos se é possível compreendê-la, mais adiante de forma analítica. Não saber dizer não é a mesma coisa de não existir. Não saber dizer implica que não houve uma intenção deliberada de saber, ou houve uma intenção deliberada em mantê-lo afastado como garantia de possíveis problemas. Não saber dizer pode indicar indisposição para tratar do assunto pelos mais diversos motivos, da insatisfação à revolta. Do mal-estar ao desespero. Portanto, “não sei dizer...”

Xangô, 23, declara:

Ser negro é ter orgulho, como eu tinha falado antes. É ter orgulho das raízes, é saber de onde tu vens. É ser resistente dentro de um universo meio preconceituoso ainda com a questão do negro. É como eu falei: eu nasci sabendo já, porque não tinha como eu fugir disso.

“Nasci sabendo”. “Ser negro” na concepção do entrevistado é uma condição nata. Essa condição nata indica que o indivíduo tem raízes isto é, está ligado profundamente a uma origem, ligado a terra onde as raízes estão plantadas. Não há fugas, não há subterfúgios. O indivíduo é porque já nasceu sendo e não poderá deixar de ser. O indivíduo não se torna, ele somente aprofunda o conhecimento que tem do que ele é, de onde ele veio. Para o entrevistado esta condição lhe dá orgulho, satisfação e resistência para enfrentar os que são contra a sua condição de “ser negro”. Esta concepção implica na existência de determinantes biológicos para

a condição de “ser negro”, remetendo perigosamente ao conceito biológico de raça que, mesmo decretado não mais existe nas ciências como condição explicativa da diversidade humana, ainda se encontra no imaginário popular operacionalizando o dia-a-dia dos indivíduos.

Xangô e lansã têm uma percepção semelhante no que diz respeito a sua condição de ser negro. É uma condição natural, eles nasceram assim e, portanto esta é uma determinação biológica assim como as coisas que dela decorrerem. No caso de lansã, por exemplo, o desejo de ser bonita, naturalmente impedido por não ter cabelos lisos e compridos como ocorre com as mulheres brancas, principalmente as que são apresentadas na televisão.

Já no caso de Xangô, há inconformidade com a preocupação de sempre ser visto como alguém que deve ser vigiado por ter uma aparência que o liga a suspeição e perigo, o que não ocorre de forma tão explícita com homens brancos. lansã evidencia esta posição quando entende como sendo “normal” ser negro. E quando deseja ter cabelos lisos e compridos e observa que isso não é possível, se resigna e aceita sua condição afirmando que, se ela é assim, o que ela pode fazer?

Já Xangô entende a sua condição de ser negro afirmando que já nasceu sabendo que era negro e esta é uma condição nata, até porque tem sido assim com toda a geração da sua família que tem mãe, pai e irmão negros. Esta é uma situação inegável em sua concepção. Esta percepção é entendida pelos entrevistados desde a sua primeira socialização de acordo com o que apontam Berger e Luckmann.

No caso de lansã ela explicita com a afirmação que desde pequena queria ser bonita, no padrão das mulheres brancas (assim entendi). Em termos de identidade étnico-racial esta situação de naturalização interfere diretamente na visão de pertença grupal. Numa sociedade onde, independente da legitimidade científica, mas com legitimação social, a cor da pele e os traços físicos são entendidos como características naturais de uma determinada raça e, portanto determinam o comportamento dos pertencentes a essa raça, pertencer a uma que foi classificada como inferior, como é o caso da raça negra de acordo com a base teórica deste trabalho, é ser um indivíduo socialmente inferior.

A reação a esta condição imposta como natural é a construção de outros padrões de referência da raça que sejam de positivação da condição social do indivíduo e conseqüentemente do grupo num movimento dialético. Xangô reage buscando numa origem ancestral, motivos de orgulho de ser negro, enquanto lansã,

reconstruindo seu padrão de beleza começa a perceber que a mulher negra é bonita e até já começa a aparecer na televisão. Penso que o acesso à educação que os entrevistados estão tendo certamente ajudará na compreensão da necessidade de desnaturalizar a condição de inferioridade ideologicamente imposta aos negros no passado e ainda no presente na sociedade brasileira.

Oxum e Ogum, respondendo a mesma pergunta: “Como é ser negro?”, manifestam-se de maneira em parte diversa de Iansã e Xangô e também entre eles. Oxum, de certa forma surpreende, quando responde que não sabe dizer como é ou o que é ser negro. Como foi argumentado anteriormente, ainda neste mesmo capítulo, agora acontece pela primeira vez no Brasil a classificação por raça/cor para receber benefícios do Estado. Esta é uma prática social estranha, principalmente para os negros. Além disso, a classificação por raça/cor imposta pelo Estado limita as possibilidades de autotransclassificação em branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Nem todos se acham contemplados em tal classificação e nem sabem que critérios usar para fazer uma autodeclaração. Afinal, considerando toda a história do “conceito” raça e as implicações que este tem em relação ao racismo ou ainda, como está sendo feito neste trabalho, considerando as representações sociais sobre raça e racismo, quem é que gosta de se classificar numa categoria de raça/cor que é entendida como inferior?

Para Oxum, utilizar critérios de autotransclassificação de raça humana é um problema que lhe persegue desde a infância e responder a esta pergunta foi trazer de volta todos os seus questionamentos sobre o assunto. Na infância, diferente dos outros entrevistados, a compreensão do que seria raça ou cor nunca foi comentada entre os seus familiares. A noção de sucesso financeiro foi sempre defendida por seu pai como forma de superar qualquer inferioridade de classe que a família pudesse ter.

Ela mesma narra que não tem lembranças sobre algum questionamento que possa ter tido sobre cor ou raça quando era criança. Suas lembranças sobre o assunto, segundo a informante, estão ligadas à adolescência e fase adulta de sua vida. Conta que achava estranho ver sua avó criticando uma pessoa de preguiçosa por ser “sará”. Esta idéia relaciona a condição biológica – ser sarará - a um comportamento considerado socialmente inferior, - ser preguiçoso - portanto próprio de indivíduo e grupos quem têm tais características físicas. Porém o estranhamento de Oxum se dava porque a sua avó, segundo a informante, igualmente era uma

sarará, classificação que Oxum também receberá em sua experiência de vida. Lembra que a relação com os seus irmãos foi complicada e conflituosa por causa de sua cor mais clara do que a deles. Por ter pele de cor mais clara, seus irmãos achavam que ela gozava de privilégios nas relações familiares em detrimento deles. Ela era entendida como uma “negra metida à branca”, segundo relata. A informante afirma que existia preconceito em sua família em relação a ser negro.

Outra situação que envolveu a questão de classificação de cor/raça nas vivências de Oxum com implicações na sua identidade étnico-racial aconteceu em uma relação sentimental: conta que quando morava no município de Charqueadas, teve que terminar o namoro com um rapaz negro porque a família dele não concordava com o filho namorando alguém que não era negra. É importante dizer que no Estado do Rio Grande do Sul, em muitos municípios existe uma relação segregacionista explícita entre os habitantes, por motivos que remetem a políticas institucionais de caráter racista implementadas em outros momentos na história do Brasil. Naquele município, de acordo com a informante, as famílias brancas só se relacionavam com famílias brancas e as famílias negras só se relacionavam com famílias negras. Oxum, que naquele contexto se autoclassificava como mestiça, se sentia discriminada tanto por brancos como por negros, a começar pela sua própria família e depois por uma estrutura racial vivida naquele município.

Como professor, tenho ouvido vários relatos feitos em sala de aula por estudantes brancos e negros vindos do interior para morar na capital, Porto Alegre, sobre estas vivências segregacionistas que eles viveram ou conhecem quem viveu nos municípios deste Estado. Oxum também fez o mesmo itinerário dos estudantes acima citados, de vir para a capital onde experimentou uma vivência mais plural do ponto de vista das identidades, inclusive a de ser negro, porém não menos racista como será narrado nos outros momentos deste trabalho.

Evidencia-se que na primeira socialização da informante a questão da identidade étnico-racial é invisível e em uma segunda socialização se torna bastante conflituosa entre a negação de uma identidade atribuída e não aceita e a necessidade de uma pertença identitária. Se o negro passa por uma socialização que lhe impõe uma condição de inferioridade, o que é possível dizer, considerando a pertença de um indivíduo a um grupo identitário, de alguém que tem certeza de que não é da raça superior e que é rejeitada pela raça inferior. Então, depois das narrativas sobre as suas vivências relacionadas à classificação cor/raça, Oxum

finaliza a reposta dizendo, como negação de uma identidade que lhe foi atribuída, que não sabe como é ser negro.

Ogum manifesta uma compreensão diferenciada para a resposta à pergunta como é “ser negro”. Sua compreensão está relacionada a uma construção da identidade e é isso que ele vai fazendo durante a sua vivência. Reconhece que pode ser considerado negro pela sua cor, mas diferente de Xangô e Iansã, não têm pai e mãe negros. Seus argumentos para legitimar a sua condição de negro recorrem a uma origem cultural que, no caso dele, vai se evidenciar na sua relação com a religiosidade que ele chama de africana. Seu pai era branco e sua mãe negra. A vivência de seu pai com a “religião africana” aproximou Ogum de um universo que é referido como de matriz africana. No período da escola, realizou um trabalho sobre uma temática relacionada aos negros e isso lhe deu grande orgulho de ser negro.

Ainda no que diz respeito a uma percepção diferenciada da reposta à pergunta: “Como é ser negro?” Ogum responde dentro de uma percepção que não vai em direção à naturalização, como nos casos de Xangô e Iansã que consideram ser negro uma condição biológica e que por isso eles se sentem impossibilitados fisicamente de se livrar de algumas situações que lhes são atribuídas e que eles aceitam dentro desse entendimento da determinação natural. Também é diferente a sua postura em relação a Oxum, que teve uma primeira socialização com uma identidade racial invisível e que depois não aceitou a identidade que lhe foi atribuída. A opção por entender que a identidade pode ser construída é importante, principalmente em um contexto de tantas “misturas” étnicas raciais.

A infância de Ogum é emblemática do ponto de vista do que um indivíduo pode sofrer com o racismo quando se reconhece e é reconhecido como pertencente a uma raça inferior. Ele, em sua narrativa, declara que se sentiu inferior. O sofrimento através das humilhações e dos estigmas que lhe foram atribuídos marcou a sua primeira socialização, momento em que o indivíduo se sente participante de uma sociedade e reconhece o seu lugar nela. A experiência negativa da infância não o tornou resignado. Sua reação foi mostrar que passou por um significativo processo de segunda socialização onde aparece como sujeito étnico-racial produzindo uma identidade.

Concluindo, a análise dos discursos dos entrevistados indica que, no processo de apropriação de uma identidade de negro, a dimensão da atribuição de

uma identidade objetiva para o auto-reconhecimento é permeada pela representação da inferioridade da raça que se efetiva nas manifestações do fenômeno da discriminação racial.

2ª perspectiva: Identidade subjetivamente apropriada por uma identificação a partir dos outros

A partir da dimensão do espaço público, segue uma seqüência de situações que evidenciam as vivências nas quais os entrevistados foram percebendo como a sociedade brasileira nos seus mais diferentes segmentos manifesta expressões baseadas na noção de raça e, em outras vezes, manifesta atitudes racistas na sua forma de perceber o negro.

Xangô relata que:

Na rua a gente enfrenta preconceito diariamente. É como eu já tinha dito: é quando tu vais ao supermercado. É quando tu entras num banco sempre tem alguém te olhando desconfiado, pensando que tu és a pessoa a ser vigiada naquele momento dentre várias que têm ali.

Esta é uma expressão típica de situação de constrangimento pela qual passam crianças, jovens e adultos negros, em que o princípio da presunção da inocência não vale para aqueles que são classificados como negros.

Outro exemplo, que neste momento é relatado por Iansã:

Tipo, eu no supermercado, a gente já sabe né: vai tá sempre um segurança perto de ti. Aí eu fico pensando às vezes, pode não ser por eu ser negra [...] Não, mas até um amigo meu já disse... disse né, que nos supermercados os seguranças são instruídos a ir atrás de quem é negro né... Sei lá, eu vou lá e às vezes eu até aproveito. Eu vou lá quando tô com dinheiro e compro bastante coisas... (risos) Eu vou lá no caixa e pago tudinho... (risos) Pra mostrar né... Que não são todos.

No caso dos negros, o “princípio” é outro, é o princípio da presunção da culpabilidade. Se você é negro, você já nasce culpado e esta é uma informação que serve para a formação da força de segurança privada que atua em ambientes que são de uso público e de propriedade privada. O direito a defesa da propriedade privada é superior a qualquer outro nas relações da sociedade capitalista brasileira onde o negro, como já foi evidenciado por Darcy Ribeiro ainda neste capítulo, ocupa

o lugar mais deplorável da estrutura social, constituindo a camada dos marginais. É a partir deste lugar que ocupam na estrutura social que homens ou mulheres negras são percebidos pela sociedade.

Na sociedade da informação os espaços midiáticos são reprodutores dos valores e interesses de grandes grupos econômicos e a imagem do negro pode ser pensada na relação do custo benefício da dominação ideológica. Assim, observemos como os entrevistados percebem a mídia. Ogum relata que “Lá pela década de 70 e 80 assim quando eu comecei a estudar [...] não se tinha idéia de movimento, de de ações afirmativas, de.... Não via negros na televisão naquela época”.

A invisibilidade do negro na televisão é associada às exigências de boa aparência, traduzida por imagens de indivíduos brancos que reproduzem a idéia de beleza e estética padrão para a sociedade. Não aparecer indica não estar à altura do padrão e, no caso dos negros, nunca poderão estar, pois a cor da pele e os traços físicos o condenam. Quando aparecem, as imagens reproduzem situações de subalternidade e humilhação. Essa tem sido em geral a imagem do negro na mídia.

Novas imagens e oportunidades para que negros possam aparecer na televisão estão surgindo em virtude das políticas de ação afirmativa que estão exigindo que as programações sejam mais plurais e contemplem as diversidades da população em suas imagens, criando também cotas para profissionais negros nas diversas funções da televisão.

Para lansã:

É porque quem eu via sempre, assim, bonita na tevê era branca ou loira. E eu nunca vi uma negra bonita. Aí eu comecei a reparar mais, assim tipo Taís Araújo... Elas são bonitas, mas não aparecem tanto... Mas daí depois eu fui me ligando: não, é legal! Eu sou assim...

A ausência de pessoas negras na televisão reforça as idéias racistas da beleza exclusiva da raça branca e comprometem a percepção, principalmente de crianças e jovens, em relação a sua auto-imagem. No caso da informante fica evidente como a naturalização da beleza branca e da falta de beleza negra influenciam sua autopercepção e sua percepção de como os outros a percebem.

No mundo do trabalho a relação que é feita ao negro é a do trabalho escravo. Fora disso, como diz Darcy Ribeiro, a sociedade brasileira espera encontrar os

negros entre os bóias-frias, os empregados da limpeza, as empregadas domésticas, as pequenas prostitutas, quase todos analfabetos. Exceto esses espaços o negro não é bem-vindo no mundo do trabalho e passa a receber todo tipo de alcunha para que ele não esqueça o seu lugar nessa sociedade hierarquizada, também racialmente.

Ogum menciona que:

Eu não sei se por trás de mim ele falava, mas eu já vi ele tratar outras pessoas pelas costas assim de forma depreciativa.... pela cor. Comigo deve ter sido também a mesma coisa, mas eu num.... Pelo menos na minha frente ele não me disse nada.”

E Oxum complementa dizendo:

[...] Eu acho que eu ganhei algumas vagas até porque a empresa tinha aquela exigência de politicamente correta, em função dessas questões de cotas, de ter negros na empresa. Mas então coloca alguém que não seja muito preto. Entendeu... Não vai botar lá na frente uma... Eu não to nem falando do aspecto de beleza, essas coisas assim.

Mais uma vez, somente quando se recorre à força da lei é que abrem os espaços ditos iguais para que o negro possa ser inserido na sociedade em condições menos indignas. E o espaço do mundo do trabalho não poderia ser diferente. De acordo com o que a informante nos diz, ela tem consciência de que foi usada em uma conveniência da empresa e para garantir a sua sobrevivência precisou aceitar a situação. É nítido como o negro se sente aviltado em sua condição de ser humano nesses e noutros casos semelhantes e como essas manifestações de discriminação por raça comprometem a sua percepção de ser negro a partir da percepção dos outros.

Nestas áreas do espaço público, seja em um supermercado, um banco, seja na mídia ou ainda no mundo do trabalho, as manifestações das idéias de classificação da humanidade em raças hierarquizadas circulam ainda no imaginário social através das representações. Elas ordenam as relações entre os indivíduos e o mundo, orientando comportamentos, engajando pertença social e interferindo no processo de construção de identidades dos indivíduos e grupos sociais.

Algumas manifestações de diferença na percepção sobre a influência dos espaços públicos na reprodução de manifestações de caráter racial com prejuízos para os negros ficaram apenas para as ações que tiveram uma política da ação

afirmativa como imposição. Mas é importante também que se perceba a relevância do espaço privado na constituição da apropriação subjetiva de uma identidade de negro e perceber se as manifestações das idéias de raça ou manifestações racistas também acontecem nessa dimensão do espaço social.

Na dimensão do espaço privado serão observadas as situações que evidenciam as vivências nas quais os entrevistados perceberam nos outros, manifestações e/ou atitudes baseadas na noção de raça na forma de se perceber o negro. A família aparece no discurso dos entrevistados como um lugar privilegiado dentro da perspectiva da apropriação subjetiva de uma identidade negra. Associando as semelhanças, o que diz Ogum:

Meu pai, meu pai tinha, meu pai tinha uma identidade forte assim com a cor negra, apesar de não ter a cor negra na pele, né. A minha mãe, minha mãe é negra mas também a família é misturada, assim como pode se dizer, né. A minha avó é bem clara também.... a minha falecida avó era bem clara e minha avó não se considerava clara. Era... Em termos de família nunca teve preconceito, nunca teve.... A família ajudou um pouco a se assumir também, a criar essa identidade, a se valorizar.

Oxum também se posiciona informando que:

É negro. Também. Embora tenha mistura, mesclas na família dela [falando sobre sua mãe], o pai dela era branco, a avó era negra também, mas... Enfim, a família ficou muito... é difícil... ficou difícil... não digo que seja difícil fica a identidade, assim. Mas como teve uma mistura muito grande [pausa] ficou confuso...

Nas narrativas acima percebemos elementos que evidenciam uma mistura na composição das famílias e, em um caso, uma provável presença de raça branca na família, é o caso de Iansã quando atribui as diferenças físicas de sua irmã a uma possível mistura com um ascendente branco. Para os entrevistados que tem uma percepção naturalizada da identidade negra este é um complicador para se reconhecer como negro. Para o que tem uma percepção de identidade em construção, uma mistura é mais um motivo para apostar nessa identidade legitimamente construída.

Somente Oxum relata que sentia preconceito manifestado dentro e entre os membros da família. Diferentemente do que aconteceu com Ogum, quando afirma que sua família o ajudou a se compreender como negro. Oxum diz que: “Uma irmã.

Ela também... É, é meio... É um pouquinho mais clara e o cabelo assim, diferente... Mas deve ser de antes, da família. Mas o meu pai e a minha mãe são negros.”

Apenas Xangô não indica nenhuma possibilidade de mistura de raça em sua família. Assim, ele afirma: “Mãe, pai, toda a geração: negros. É como eu disse: se eu dissesse que eu sou branco lá iria ser um problema (risos), não tinha como fugir disso”. O que lhe dá uma maior certeza da sua identidade de negro, até porque ele tem uma percepção de naturalização da condição de ser negro.

Os amigos também aparecem na dimensão do privado, influenciando a percepção de identidade pelas manifestações que apontam as idéias de classificação da diversidade humana por raça e também atitudes racistas. Assim, o que diz Ogum: “Então era aquelas piadas que o negro era sempre ladrão, que o negro era sempre o pior. Se tu via um mendigo na rua era negro. Então, era isso”.

Iansã também traz uma situação de negação da identidade: “Tem uma prima que queria ser branca. E eu: não, não, capaz! É legal ser diferente. Sei lá, acho que...” Pode-se dizer que tanto na dimensão da vida pública quanto na dimensão do privado, nos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira, as representações atuam com base na noção de raças hierarquizadas onde o negro é evidenciado como inferior por causa das características físicas.

Concluindo: os discursos dos entrevistados indicam que, no processo de apropriação de uma identidade de negro, a dimensão de uma identidade subjetivamente apropriada por uma identificação a partir dos outros é também permeada pela representação da inferioridade da raça que se efetiva nas manifestações do fenômeno da discriminação racial.

Já analisando os dados, é predominante a caracterização dos entrevistados sobre o tema “ser negro” com a representação social da inferioridade da raça negra. Esta representação tem suporte no antigo conceito biológico de raça, que foi apropriado pelo senso comum, e declarava a inferioridade natural da raça negra dentro da hierarquização da diversidade humana. Também é um postulado da doutrina do racismo que circula na realidade social, que entende negros como seres com características hereditárias de inferioridade.

Todos os entrevistados, sem exceção, narram que passaram desde sua infância por vivências de desrespeito a sua condição humana por causa de um entendimento racista da sociedade e do Estado que os considerava e os considera ainda pertencentes a uma categoria de gente inferior. A inferioridade é apontada,

entre outras características, pela cor da pele que indica uma raça. Aos pertencentes a esta raça uma série de características negativas é atribuída. Características comportamentais, estéticas e morais que são associadas a sua cor ou raça negra. É importante lembrar que são as narrativas dos entrevistados negros que denunciam estes fatos. Para exemplificar, são citadas algumas idéias que sintetizam tais fatos: todo negro é feio, todo negro é ladrão, todo mendigo é negro, todo negro é perigoso, a culpa das coisas erradas é sempre do negro, na rua o negro sofre humilhação, na rua o negro sofre perseguição, o negro é desqualificado através de piadas, histórias e brincadeiras depreciativas sobre a sua condição racial.

Essa representação da inferioridade do negro é veiculada em todas essas idéias e outras mais que circulam nos discursos, na mídia, todos os dias, comprometendo de forma determinante a identidade que o indivíduo constrói na sua relação com a sociedade.

E.... acho que quando pequena eu me dei conta.... Mas quando eu me dei conta mais foi que eu tive uma amiga que ela é negra. Ela tinha os cabelos bonitos. Ah, se ela é bonita.... É porque quem eu via sempre, assim, bonita na tevê era branca ou loira. E eu nunca vi uma negra bonita. (Iansã)

Para Carvalho,

[...] as causas invocadas para a inferioridade do negro podem ser várias, e do ponto de vista sistêmico pouco importa se o branco inferioriza o negro lançando mão de teorias biologizantes da hierarquia racial ou de outros estereótipos de inferiorização, tais como ignorância, feiúra, pobreza, linguagem, etc.¹⁵³

Dentro dessas situações já expostas ainda havia um complicador a mais para um dos entrevistados. Era a sua condição de ser, dentro do espectro das cores que representam as raças, uma variável. Não era considerada nem branca e nem preta. Era uma sarará. As pessoas da sua cidade, que se segregavam entre as famílias brancas e as famílias pretas, assim a tratavam: Ainda sobre a condição de ser sarará, Iansã diz: “Eu tenho um colega que ele é sarará, e eu falo pra ele que ele não é nem uma coisa nem outra”.

Essa condição coloca a pessoa em uma situação de não saber como se identificar e certamente deve ser por isso que Oxum respondeu, quando indagada

¹⁵³ CARVALHO, José Jorge. **Bases para uma aliança negro-branco-indígena: contra a discriminação étnica e racial no Brasil**. SÉRIE ANTROPOLOGIA 355. Brasília 2004. p.9

sobre como é “ser negra”, que não sabia. Ela, em um determinado momento da entrevista se diz mestiça e em outro se declara negra. Porém, demonstra dificuldade no momento em que precisa se referir a alguém pela cor.

Segato se refere à condição do que é ser negro no Brasil, lembrando que é uma condição de ser marcado por uma temida herança, que também é histórica. A autora nos diz que:

Então, ser negro, ser racialmente marcado com a marca da África no Brasil não é ser afro-descendente, já que no Brasil existem milhões de afrodescendentes hoje percebidos como brancos. Mas é ser alguém que, até às vezes em consequência da loteria genética que entra em ação sempre que se gera vida, exibe a marca do passado mais temido, de uma inferioridade historicamente herdada e cuidadosamente ocultada no fundo do baú das melhores famílias¹⁵⁴.

Ser negro, portanto, é ser portador de uma marca social que desqualifica o indivíduo e o grupo dos que a ele se associam. É ser portador de uma identidade social atribuída e apropriada objetiva e subjetivamente, certamente não desejada e, quando possível, até negada.

É relevante também, nesta análise, a dimensão histórica da ideia de inferioridade do negro e da herança social que ela representa no imaginário dos brasileiros. Relevante porque é possível perceber como esta representação de inferioridade está relacionada ao “lugar-social nenhum” ocupado pelo negro na estrutura social brasileira, demarcado pela submissão ou exclusão como é indicado no início deste capítulo na descrição do diagrama da estratificação social brasileira que nos oferece Darcy Ribeiro. Falando sobre o papel da sociedade brasileira na produção da condição de inferioridade do negro ele também afirma:

As atuais classes dominantes brasileiras, feitas de filhos e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante do negro, a mesma atitude de desprezo vil. Para seu país, o negro, o escravo, o forro, bem como o mulato, eram mera força energética como um saco de carvão, que desgastado era substituído facialmente por outro que se comprava. Para seus descendentes, o negro livre, o mulato e o branco pobre são também o que há de mais reles, pela sua preguiça, pela ignorância, pela criminalidade inatas e inelutáveis¹⁵⁵.

¹⁵⁴ SEGATO, Rita Laura. **Em memória de tempos melhores: os antropólogos e a luta pelo direito**. Série antropologia, n. 374, Brasília, 2005. p.6.

¹⁵⁵ RIBEIRO, Darcy. 2006. p.204.

Também é importante salientar que o racismo que promove a concepção de uma inferioridade do negro, no caso brasileiro, como já foi exposto no Capítulo 1, é uma realização do Estado brasileiro que, durante os mais de quinhentos anos do país, já implementou uma série de políticas que reforçavam as relações raciais desiguais no Brasil. Sobre esta questão Werneck, na sua reflexão sobre racismo e produção da inferioridade de grupos humanos, nos diz que,

O racismo e a produção da inferioridade de grupos populacionais baseados em critérios difusos (fenotípicos e/ou culturais) não são novidade no mundo. Conforme já observamos neste texto, eles têm sido ferramenta fundamental na construção das diferentes fases da república brasileira¹⁵⁶.

Na produção do racismo e da inferioridade da raça negra, é de extrema relevância um fato que, articulado entre o Estado e sociedade, com destaque para o segmento político nacional, provocou o confronto simbólico entre as raças no território brasileiro, evidenciando o desejo do Estado e da sociedade em erradicar as raças inferiores do Brasil. Tal fato foi a política para imigrantes europeus ainda no século XIX. Sobre o assunto Azevedo aponta:

De fato, o grande acontecimento da imigração europeia no Brasil, em fins do século XIX, contou com o papel decisivo de políticos imigrantistas cujos argumentos explicitamente racistas apontavam para a necessidade de uma “purificação” da população nacional associada em demasia com os “vícios” e a “inferioridade” da “raça negra” (Azevedo, 1987).¹⁵⁷

Como já foi visto anteriormente nas narrativas dos entrevistados, no caso do Rio Grande do Sul este processo gerou em vários municípios uma situação de auto-segregação entre os moradores, construindo relações sociais baseadas nas classificações raciais. Uma manifestação era a festa das chamadas tradições gaúchas que se realizavam em espaços exclusivos para brancos e outros exclusivos para negros.

¹⁵⁶ WERNECK, Jurema. **A luta continua: o combate ao racismo no Brasil pós-Durban**. Observatório da Cidadania. 2005 p. 64.

¹⁵⁷ AZEVEDO, de Célia Maria Marinho. **Cota racial e estado: abolição do racismo ou direitos de raça?** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004 p.225.

3.4.1.2 Categoria temática: Importância da formação no ensino superior para os negros

Para abordar esta temática, foi realizada a seguinte pergunta: **Qual a importância da formação de ensino superior para os negros?**

O que é considerado mais relevante na análise desta temática é a contradição evidenciada nos discursos de alguns entrevistados, que apropriados de uma representação social sobre negro e educação, se impressionam quando, na realidade social, esta representação social é questionada.

O que nos diz lansã a este respeito é que:

Ele disse que... é que eu gosto de samba né, pagode. Ele já, nem muito. Aí ele sempre dizia: ah! O ruim do negro e que só quer saber de samba e de pagode né. Quando consegui o dinheirinho que vai... Ah, vamo sair, ah vamo nisso... O pior é que eu reparo isso, é verdade. Minha prima tá trabalhando e ela só gasta com coisa nada a ver. Agora que ela começou a fazer um curso, ela só gastava com roupa e com festa. Aí é, pô poderia tá pagando um curso. Poderia tá pagando... Ela se mixa pra pagar uma inscrição, no técnico da UFRGS.

A narrativa de lansã, confirmando o que o seu pai com mais experiência de vida lhe dizia sobre o negro não gostar de estudar, é uma manifestação de como se reproduzem na realidade social, de geração para geração, as representações sociais que servem para “explicar” o que nos parece estranho, ordenando a vida social. É assim que a ausência secular do negro nas escolas e nas instituições de ensino superior brasileira arranja uma forma de ser explicada. A explicação remete ao próprio negro a responsabilidade por não melhorar a sua condição educacional. Os vários séculos de trabalho escravo reforçam a noção de que o negro é naturalmente apto para trabalhos braçais e não para reflexões intelectuais.

Mas, vejamos o que diz Oxum, que tem uma percepção no mesmo sentido de lansã:

Então, é importante nesse aspecto, e outra porque assim, por incrível que pareça, o negro ele não busca formação. Quando ele consegue uma posição financeira ele compra roupa, ele compra tênis de marca, ele compra bens supérfluos. Dificilmente, com raras exceções eles investem em educação. É muito raro. Isso eu, isso aí a minha vida inteira eu visualizei...

Mais uma vez, é a própria informante negra que afirma que conhece casos que podem provar a incapacidade do negro para buscar trabalhos intelectuais. A isso se acrescenta a inabilidade de lidar com dinheiro, que quando o tem, não investe em educação, o que qualquer pessoa branca e inteligente “sempre” faz. Já o negro, compra coisas supérfluas ou vai pro pagode.

O negro usado nas expressões dos entrevistados é o negro em geral na perspectiva de Berger e Luckmann, na perspectiva do grupo, da raça. Assim esta é uma condição da raça negra da qual as entrevistados se declararam fazer parte quando procuraram uma bolsa de estudo para negros. Deste modo a representação social da incapacidade nata do negro para atividades intelectuais é reproduzida na expressão, dita pelos próprios negros, que “negro não gosta de estudar”. De fato o negro nem tem culpa, é uma condição da própria raça.

A classificação da diversidade humana em raças e a relação da condição física com os comportamentos demonstram a incapacidade do negro para certas atividades e as intelectuais seriam uma delas confirmaria a doutrina racista. No século XIX, a antropologia física, através de um estudioso dos crânios humanos chamado Paul Broca, defenderia “cientificamente” a inferioridade intelectual dos negros e a idéia foi aceita em toda Europa e se espalhou pelo resto do mundo. Sobre o assunto vejamos o que nos diz Silva:

Sua valoração foi reconhecida por toda a Europa, difundindo a idéia de que os negros representavam um grupo de “inferioridade intelecto e social (...) que jamais foi capaz de ascender à civilização”, enquanto os brancos, com cabelo liso e rosto reto, são parte dos “grupos mais elevados da escala humana” (Broca apud Gould 1991, p. 76).¹⁵⁸

Todas essas idéias povoam o imaginário social, se reproduzem na mídia e se incorporam nos indivíduos, inclusive os negros, que naturalizam tais manifestações de inferiorização da condição humana.

Vejamos outras percepções e possíveis representações que elas evocam. Começaremos por Xangô, que narra o porquê da importância da formação de nível superior: “Especificamente para mim é toda a questão. Eu tenho a minha mãe que é

¹⁵⁸ SILVA, Ana Márcia. **Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racial.** Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n. 48, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621999000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2007.

formada, o meu irmão que é formado e me influenciaram muito, porque hoje eu vejo eles, vejo o nível que eles estão na vida deles”.

A partir da declaração de Xangô, é possível pensar que, para ele, o negro tem capacidade intelectual e vontade de estudar para vencer educacional e socialmente. Ele tem como comprovar estas afirmações com exemplos dentro de sua própria família. Considerando como família somente a mãe, pai e irmãos, Xangô é o único dos entrevistados que tem familiares com formação no ensino superior. Ele diz que vê na vida de seus familiares a transformação que este nível de ensino pode trazer para o negro.

Ogum também enxerga na formação no ensino superior possibilidade de superação para o negro, senão vejamos o que relata:

[...].Eu tenho um primo. Ele... ele é Engenheiro Civil. Ele é um.... trabalha na....ele é um dos diretores da TrensUrb. ... eu sempre me espelhei nele pelo... pelo o que ele conseguiu, e pela.... por todo o progresso que ele fez de..... Minha tia era lavadeira..... Negro, negro. Ele não teve condições.. a minha tia não tinha condições de manter ele, o meu primo na escola e uma das clientes dela é que resolveu bancar a educação dele até a Universidade.

“Ele não teve condições”. Esta é, para Ogum, a incapacidade do negro de estudar. A falta de condições, a falta de oportunidades. Darcy Ribeiro nos mostra onde podemos encontrar os negros na estrutura social brasileira e certamente não é na universidade. Esta condição social de marginalizado do negro lhe coloca em extrema desvantagem para competir por espaços sociais que são considerados elitizados com o nível superior de ensino. Sem as condições materiais mínimas para sobreviver e para se educar o negro continuará recebendo a pecha de preguiçoso para estudos. E isso sendo ideologicamente explicado como condição de raça.

Iansã acha muito importante uma formação no ensino superior e mesmo achando que negro não gosta de estudar, aponta seu pai como um exemplo de negro que luta para conseguir o que quer. Porém, mesmo assim, como ela mesma relata, ele só conseguiu entrar agora no ensino superior porquê teve a oportunidade de receber uma bolsa de estudos no seu local de trabalho. Ela também relata que, sem a oportunidade que o PROUNI lhe deu, não poderia estar cursando este nível de ensino por falta de condições. Certamente não falta somente gosto pelos estudos para os negros. Historicamente para eles falta quase tudo.

Oxum não diz que seja importante o ensino de nível superior, diz que é fundamental e o faz por obrigação de mostrar para a sua filha o que seu pai não lhe mostrou. Porém, como alguém que acredita que negro não gosta de estudar, ela teve uma vivência que desarticulou a sua estrutura mental de pensar sobre esta tal falta de gosto dos negros por estudar, a experiência. Através de seu relato, veremos agora:

Eu tava fazendo um trabalho e, uma pessoa do auto-escalão da prefeitura, o secretário, ele é negro. E ele é uma raridade. Ele é o único. Até me causou surpresa quando eu... oh ele é negro! Porque eu tinha visto o currículo dele no sistema, antes de falar... E ele tinha formação nos Estados Unidos, tinha formação não sei aonde e formação não sei aonde... e pra minha, por incrível que pareça, pra minha surpresa ele era negro! Então eu fiquei chocada com isso porque eu pensei assim: puxa vida... isso é errado. Como eu estou surpresa por ele ser negro e por ele ter uma formação de nível... pós-graduação, doutorado na Inglaterra? Então assim, isso me deu tipo um toque na cuca. Por que eu ainda me surpreendo? Não era para ser uma surpresa, né... Mas né... E é perceptível, daí eu até tentei entrar um pouco mais pra vê assim como é que era... como uma pessoa... eu fiquei até curiosa.

Para Oxum, e certamente para a maioria da população da sociedade brasileira, seja esta a percepção: quando é feita a leitura de um currículo não se imagina que um negro possa ser o seu portador. Evidentemente não se imagina com regularidade encontrá-los como portadores desta condição porque se sabe que os que a atingem são poucos. Porém, não se questiona o porquê de serem tantos negros na população brasileira e tão poucos “chegarem lá”. Se aceita e até se reproduz a representação da indisposição nata dos negros os para os estudos.

A narrativa de Oxum é um exemplo de como as representações sociais podem forjar mentalidades, reproduzir ideologias e influenciar a construção de identidades. Pensar sobre uma formação de ensino superior para negros é começar a desfazer este lugar comum que é manipulado para manter *status quo* e não mudar estruturas injustas fundadas nas idéias de raça inferiores e superior, desqualificando o ser humano e toda a sua potencialidade para realização de qualquer atividade humana.

3.4.1.3 Categoria temática: Percepção das políticas da ação afirmativa para negros

Para abordar esta temática, foi realizada a seguinte pergunta: **Como você percebe as políticas de ação afirmativa?**

A análise considera as formulações feitas pelos entrevistados sobre a sua percepção acerca da presente temática a partir de idéias semelhantes e distintas manifestadas nas narrativas. Tais idéias podem evocar uma determinada representação social. Também serão feitas relações com as percepções dos entrevistados sobre as temáticas anteriormente analisadas.

lansã, mesmo aceitando “um pouquinho na faculdade”, é contra “cotinhas para tudo”. Ela assim se expressa sobre a questão dizendo que: “No trabalho, na faculdade, no curso... Tudo tem uma cotinha lá, e tu vai ter que entrar pela cotinha. Aí não, é uma coisa que tu tem que fazer por ti mesmo... Tem que se ligar.”

Em sua posição não avalia que existem causas sociais e/ou raciais que possam contribuir para o impedimento do acesso ao negro no ensino superior como também a outras áreas da vida social e por isso as políticas de ação afirmativa não poderiam ser consideradas como forma adequada para garantir acesso a este nível de ensino na sua argumentação. É preciso ponderar, porém que a percepção de lansã sobre a temática “ser negro” é naturalizada como também que seu entendimento é de que “negros não gostam de estudar”.

Nestas manifestações que são influenciadas pelas idéias de raça como determinação natural, encontra-se uma representação social que tem circulação no campo das discussões das políticas da ação afirmativa. É a representação do merecimento pelo esforço pessoal. Esta reapresentação está associada ao ideal da modernidade, de igualdade entre todos os homens. Ideal que perpassa as sociedades democráticas como uma ideologia que tem entre os seus propósitos a manutenção do status quo das classes dominantes.

A presença de tal representação entre os entrevistados aponta que os ideais da chamada modernidade, dentre eles o da igualdade de todos os homens, são inculcados entre grupos historicamente marginalizados no Brasil, que os tomam como ideais de toda a sociedade, porque se apresentam como os justos.

As idéias sobre a igualdade têm ancorado a representação do merecimento pelo esforço pessoal em oposição a uma idéia que também circula no mesmo campo de interesse das políticas de ação afirmativa: a idéia das desigualdades raciais, que ancora outra representação que também está presente nesta análise que é a representação da dívida social com a raça negra. Esta dívida, primeiramente do Estado brasileiro, mas também de toda a sociedade, seria atribuída aos mais de três séculos que a população negra foi submetida à escravidão no Brasil. Esta segunda representação será novamente abordada na análise das narrativas dos entrevistados, que percebem as políticas de ação afirmativa de forma distinta de lansã e de Oxum.

Retornando à percepção de lansã sobre a temática deste item, observa-se que é predominante a representação do merecimento pelo esforço pessoal no qual, não conseguir as coisas é responsabilidade do próprio negro, visto que todos, independente da raça/cor, são iguais na sociedade democrática brasileira e assim devem concorrer de forma igual na disputa por bens sociais como a educação, o trabalho etc. A responsabilidade seria de dimensão pessoal e não social. O indivíduo teria que se esforçar o bastante para conseguir o que precisa. lansã tenta legitimar esta noção quando apresenta como argumento as condutas pessoais de seu pai, que é um negro.

lansã assim diz:

[...] não só pelas cotas, acho que tem que merecer... Até porque, eu vejo pelo meu pai. O meu pai, no caso, ele é concursado no... É que eu sempre me espelhei muito no meu pai. Que o meu pai, ele sempre dizia pra mim que quando ele queria as coisas, ele ia conseguir, e conseguia né. Tanto é que quando eu não passava nas coisas ele me xingava. É, eu entendo né, mas é que às vezes não tava dando. Aí ele tem um técnico, ele diz quando ele quer as coisas, ele vai lá, estuda e consegui. E agora ele está tendo esta oportunidade.

E continua a argumentação também com o que ouviu da sua professora, negra, da disciplina de biologia no ensino médio: "... Tu é negra, estudou sempre em colégio público e tu é mulher. Tu tem que fazer muita coisa pra conseguir. Tem que ralar, não é fácil." lansã avalia que mesmo com o esforço pessoal, sem a oportunidade da bolsa para lhe igualar em condições de acesso com outros, seu pai, negro, não conseguiu entrar antes no ensino superior.

O meu pai, ele está conseguindo agora também com a ajuda do trabalho dele, eles estão disponibilizando, estão pagando né a faculdade pra ele. Aí agora, também está conseguindo fazer faculdade.

lansã teve a chance entrar no ensino superior por cota, entretanto nessa argumentação não considera que é preciso, além do esforço pessoal que é uma condição indispensável, outras possibilidades que historicamente não tinham sido permitidas aos negros, quase todos pobres, e assim tendo que enfrentar a vida em condições extremamente desiguais de oportunidades, como ela própria indica:

Na UFRGS entra mais quem tem dinheiro, é o contrário. Vai pra particular quem não tem, que consegui uma ajuda dessas e pra federal, que é mais puxado né, vai quem tá estudando desde sempre, que tá focado só naquilo dali. Que não teve as vezes que trabalhar...

Nessa perspectiva, de que existe desigualdade de oportunidades para os negros e de que não existe, de fato, a proclamada igualdade para eles também é percebida por Xangô, que se posiciona a favor das políticas de ação afirmativa, ao contrário de lansã. Sobre a desigualdade de oportunidades, ele diz o seguinte:

Dizer que em relação às Políticas Afirmativas para mim elas têm que continuar. Gostaria muito de ver isso na Faculdade Federal que para mim hoje é (risos) um absurdo. Por mais que você pense que “ah, todos têm direito à faculdade desde que você preste vestibular”. É, mas aí volta no tempo lá e vê se o negro, o negro pobre conseguiu estudar para estar competindo com os ricos. Aí você vê uma Faculdade que é pública, sendo usada, sendo utilizada por quem poderia pagar uma faculdade.

O raciocínio da argumentação acima é um retrato do que ocorre na sociedade brasileira, na qual o funcionamento de sistemas que produzem relações extremamente desiguais de oportunidades se legitima através de processos como o vestibular, que se apresenta como totalmente justo e inquestionável.

A opção de lansã pelas cotas para negros no PROUNI, independente da sua compreensão, tem implicações políticas no processo do enfrentamento das desigualdades raciais estabelecidas nas relações sociais do país. A sua adesão ao programa tem repercussões importantes no processo de socialização secundária e na construção da identidade étnico-racial do negro brasileiro. Inegavelmente, a presença de um número maior de negros nas instituições de ensino superior, provocado pelas adesões aos programas de políticas de ação afirmativa, já está transformando a percepção que o negro tem de si e de como, historicamente, a

sociedade o vê. Este trabalho é parte da reflexão sobre, e também componente desta transformação.

O discurso de lansã é influenciado pela representação social do merecimento, recurso ideológico que vem sendo usado contra os próprios negros. Mas a sua prática é autônoma e engendrada por estratégias de sobrevivência demasiadamente legítimas e humanas.

Oxum também compartilha da mesma posição de lansã e é, em parte, a favor das políticas de ação afirmativas. Para a análise, é considerada contra. Para ela tais políticas devem acabar o mais rápido possível. Ela espera que a sua filha não tenha que passar pela mesma situação que ela está passando enquanto estudante cotista. Como aponta:

... na realidade as pessoas diziam assim: ah, mas pra quê tu pegou cota se tu tinha média? É que isso pra mim, já era, é uma forma de preconceito e as pessoas não percebem. Não é por ser burra, é ignorância, porque tipo assim, quer dizer que todo negro que usa cotas é burro? Já me disseram assim: ah, não precisava tu ter pego as cotas. Tu tinha média para entrar. Mas eu disse assim: não é porque eu tenho média que eu não possa me beneficiar das cotas. Eu vou me beneficiar das cotas porque eu sou negra, eu me declarei assim. Entendeu?

É relevante lembrar que Oxum, nas respostas à temática “ser negro”, replicou que não sabia responder como é ser negro. Na temática sobre a importância do ensino superior para negros, respondeu da mesma forma que lansã, que negro não gosta de estudar. Estas informações são relevantes quando é feito o cruzamento com a temática deste item. Pois fica o indicativo de que a percepção da importância da formação no ensino superior tem uma relação direta com a posição sobre as políticas de ação afirmativa. Também é evidenciado que estudantes que têm parentes formados são menos influenciados por idéias como a de que “negro não gosta de estudar”.

Outra reflexão que vem junto com esta análise dos fatos mencionados acima por Oxum e as suas percepções sobre as temáticas é a de que, assim como Oxum articula as representações para pensar sobre o ser negro, a sociedade também pode articular as mesmas representações para se relacionar com ela. Muitas vezes quando pensamos sobre os nossos iguais, pensamos como se nós fossemos o diferente.

A percepção sobre as políticas de ação afirmativa apresentada por Oxum é a seguinte:

Eu não sou a favor nem contra. Só que eu acho que tem que ser assim... O amigo do meu pai diz assim: ah o governo está incentivando cotas? Ah tá obrigando as empresas a contratarem negros? E tá dando bolsa de estudos para negros? Então eu acho que no mínimo que tu tem que fazer é pegar essas bolsas e ir pro mercado e pegar essas vagas. Entendeu? E depois, com a formação, com o estudo, elas vão ter condições de mostrar que, elas são mais do que uma cor de pele. Um fenótipo. Por isso que eu acho assim, tem que pegar, não interessa. Ah, o que vão dizer, o que não vão dizer. O governo tá dando. Ta aí. Então pega. Depois tu prova... que não é por aí.

Tal posição também se ancora na representação do merecimento pelo esforço pessoal quando declara que se deve aderir à política e depois provar que é mais que negro. A necessidade de provar para merecer é perpassada por uma idéia de raça que coloca o negro em uma situação de inferioridade. No caso das políticas de ação afirmativa esta leitura que concebe as cotas como privilegio para entrar de forma diferenciada e sem merecimento pode ser um causador de conflitos para o indivíduo que aceita para depois provar que pode ser como o branco. Ou então de o branco achar que está sendo preterido no seu “direito natural” por alguém inferior. No final deste item será mostrada uma narrativa que demonstra uma situação de conflito no sentido acima analisado.

Ogum diverge da posição de Iansã e Oxum. Não compartilha das idéias presentes na representação do esforço pessoal. Considera que no caso dos negros no Brasil, o esforço pessoal não seja o suficiente para corrigir uma situação histórica de desigualdades de oportunidades expressa pelo longo período de escravidão dos negros. Para ele as políticas de ação afirmativa têm a função de diminuir essas desigualdades de oportunidades entre negros e brancos, compreendida por ele como preconceito. Ele ilustra sua argumentação assim:

Hoje em dia nós... negros em universidade acho que não somos nem 2 % acho que da da população, né. Ele... Eu tava lendo na Super Interessante a matéria que eu li falei da disparidade que tem entre brancos formados e negros formados é enorme. E até eles fazem um quadro comparativo bem interessante ali sobre negros formados a... a.... Quantas empregadas domésticas são negras. São 70%. Quantos mendigos são negros. São 90%. E... população carcerária. E.... E negros ocupando cargos em empresas, como executivos. Até apresentadores de tele jornal que são de 1 para 10, do jornal mais visto né, que é o Jornal Nacional. Então a cota tem uma função a cumprir, né? E por outro lado a ...depois que ela tiver,

que essa função tiver sido cumprida.... essa missão tiver sido cumprida eu acho que não, não vai ser mais necessário...

Ogum fundamenta seus argumentos favoráveis às políticas de ação afirmativa com dados da realidade e dimensiona o que ele chama de função de tais políticas, inclusive determinado o que e quando deve ser considerado o fim das mesmas. A argumentação utilizada por Ogum é fundamentada nas idéias dos grupos de resistência negra que têm, historicamente, como tivemos oportunidade de mostrar neste trabalho, se organizado para enfrentar as desigualdades raciais que os chamados negros vêm enfrentando ao longo da história do país. Estas idéias são absorvidas pelo imaginário social, passando por processo de transformação em representações sociais.

A postura de Ogum evidencia a sua percepção de construção de identidade de negro, declarada por ele na análise da primeira temática. Indica os caminhos desta construção que começa com uma vontade de negar a sua identidade de cor, passando por reencontros com as origens através da história positiva dos antepassados, conhecendo a religiosidade dita africana e agora aderindo ao programa de políticas de ação afirmativa para negros, assumindo todos os “perigos” destes percursos das relações raciais.

É legítima toda a forma de busca de humanização e esta “construção” que Ogum vem realizando - aqui sintetizando todos os entrevistados que também constroem suas trajetórias específicas - passa por essa questão: Tornar-se sujeito da sua identidade não aceitando uma condição de subalternidade ou inferioridade imposta a ele, através de relações impregnadas de idéias de raça e racismo, desde a sua infância por ser reconhecido e se reconhecer como negro.

Analiso que o contexto das políticas de ação afirmativa tem se constituído nesse grande campo de encontro e desencontros identitários em busca de sentidos. Esta é a experiência de se fazer gente. Dúbia, ambígua, dolorosa e instigante ao mesmo tempo, como são as nossas diversas identidades perpassadas por tantas representações sociais que às vezes nos constroem e em outras nos destroem enquanto pertencentes da diversidade humana.

A representação social do merecimento pelo esforço pessoal está relacionada com um ideal da modernidade que se propagou pelo senso comum como algo que tenha se concretizado com a decretação constitucional em uma república democrática moderna. Mas uma igualdade formal entre os homens é uma meta política que não foi atingida. Para os entrevistados que articulam esta representação social, pode até ser legítimo reconhecer e se preocupar com a questão das desigualdades existentes entre negros e brancos. Porém, não consideram que as políticas de ação afirmativa sejam a forma mais adequada e justa para enfrentar a ausência de negros nos vários espaços da sociedade brasileira inclusive na universidade. O acesso por este processo ficaria condicionado a uma prova posterior que o negro precisaria produzir para si e para a sociedade, a fim de demonstrar ser a sua capacidade igual à do branco.

A representação da dívida social com a raça negra, que se relaciona com os mais de três séculos do escravismo do negro no Brasil, é constituída a partir das ações políticas do movimento negro. A representação liga-se à condição de ineficácia da proclamada igualdade entre todos os homens, proclamada pela modernidade, que não passa de formalidade. Também a condição marginal em que foram abandonadas as populações negras desde o fim da escravidão, com a sua não inserção social na condição de cidadão da sociedade brasileira com direito a terra e trabalho, diferentemente do que, por iniciativa do Estado brasileiro, ocorreu com os imigrantes europeus que acorreram ao Brasil.

Todos os entrevistados, independente da sua condição de contrário ou favorável, são unânimes em afirmar que as políticas de ação afirmativa, como já são uma realidade, devem efetivamente existir para diminuir as desigualdades de oportunidades de acesso de negros no ensino superior. Também, admitem que não estariam estudando por falta de recursos financeiros e que a bolsa é imprescindível para a sua permanência no curso de graduação. Nenhum informante declarou participação em organizações dos movimentos negros.

Concluo esta análise, dentro do objetivo de ouvir como os estudantes que se classificam na diversidade humana através da autodeclaração de negros percebem como é ser negro no contexto das políticas de ação afirmativa neste país, com

instigante narrativa de Ogum sobre a sua recepção de acesso ao uma Instituição de Ensino Superior do Brasil: O Centro Universitário Metodista, em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

O interessante é que eu vim fazer a... entregar a papelada do PRO do PROUNI e o cidadão que eu fui recepcionado aqui na Instituição, ele ele olhou e viu a minha opção pela cota e ele perguntou para mim se era justo e daí eu disse que sim, que eu achava justo. E aí ele... ele disse que... ele não disse claramente que não era justo, mas que pela posição dele que ele fez eu comparar com o exemplo que ele disse que 15 vagas para um determinado curso tinha 16 pessoas aprovadas e um que optasse pela opção da cor, de negro, que ele teria que tirar a vaga de uma pessoa que foi aprovada para dar a vaga para mim, no caso. Que ele ficaria numa situação embaraçosa. Daí eu disse: Bom, mas tem outras formas do senhor colocar essa outra pessoa. Daí ele disse: não, eu sou obrigado a te dar essa vaga e o outro eu tenho que excluir. Daí eu, eu resolvi não discutir com ele né, porque..porque..... por falta de tempo e também eu não vou discutir. A recém eu estou chegando aqui e também não vou discutir. Foi isso. Eu achei interessante é... isso aí. Ele ter me colocado isso aí, né.

CONCLUSÃO

Como era do interesse deste estudo, os estudantes autodeclarados negros do PROUNI foram ouvidos sobre as suas percepções do “ser negro”. Agora é apresentada a conclusão à qual cheguei através da pesquisa, de acordo com o seu instrumental teórico-metodológico.

Sobre como acontece a construção de uma identidade étnico-racial do negro brasileiro, a análise das narrativas dos entrevistados indicou que, no processo de apropriação da identidade, principalmente na primeira socialização, a dimensão da “atribuição de uma identidade objetiva para o auto-reconhecimento” foi construída perpassada pela representação da inferioridade da raça. E ainda, que neste mesmo processo, a dimensão de uma “identidade subjetivamente apropriada por uma identificação a partir dos outros” é também permeada pela mesma representação da inferioridade da raça. Em ambas as dimensões, ela se efetiva nas manifestações do fenômeno da discriminação racial presente na estrutura social brasileira.

É relevante considerar que a produção do racismo e da inferioridade da raça foi articulada historicamente entre o Estado e sociedade, contra a população chamada negra. Por isso, se faz urgente e necessário o enfrentamento das desigualdades raciais no país através de políticas públicas.

Já o indivíduo, em um novo processo de socialização, poderá ou não aderir a outra representação que modificará a sua percepção sobre o “ser negro”. Também importa considerar que a maneira como os indivíduos reagem sobre a estrutura social determinará a dinâmica nos processos históricos que interferem nos processo identitários.

A motivação para a adesão dos entrevistados desta pesquisa ao Programa Universidade Para Todos – PROUNI é declaradamente individual e não tem vinculação nem compromisso com grupos ou movimentos ligados a causas étnico-raciais. O interesse é pela viabilização da formação no ensino superior direcionada para o mundo do trabalho, que poderá possibilitar uma inserção mais significativa na estrutura social brasileira. Assim o PROUNI é naturalizado como estratégia para a efetivação de projetos pessoais.

Todos os entrevistados, independente da sua condição contrária ou favorável, são unânimes em afirmar que as políticas de ação afirmativa, sendo já uma realidade, devem efetivamente existir para diminuir as desigualdades de oportunidades de acesso de negros ao ensino superior. Também, admitem que não estariam estudando por falta de recursos financeiros e que a bolsa é imprescindível para a sua permanência no curso de graduação.

Concluo dizendo que o contexto das políticas de ação afirmativa tem se constituído nesse grande campo de encontro e desencontros identitários em busca de sentidos. Esta é a experiência de “se fazer” gente. Dúbia, ambígua, dolorosa e instigante ao mesmo tempo, como são as nossas diversas identidades perpassadas por tantas representações sociais que às vezes nos destroem e em outras nos constroem, enquanto pertencentes à diversidade humana.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Daniel G. **Breve história da ação afirmativa nos Estados Unidos.** ADVIR, n. 19, p.81, set. 2005.

ANDRADE, Rosa. FONSECA, Eduardo F. **Aprovados! Cursinho pré-vestibular e população negra.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2002.

AZEVEDO, de Célia Maria Marinho. **Cota racial e Estado: abolição do racismo ou direitos de raça?** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan/abr. 2004.

BARROS, R. P, MENDOÇA, R.S.P. **Diferenças entre discriminação racial e por gênero e o desenho de políticas anti-discriminatória.** Dossiê ações afirmativas. Estudos Feministas, v. 4, n. 1, p.183-193, 1996.

BELISÁRIO, Aluízio. **Reserva de vagas ou garantia de vagas?** Panorama analítico das questões raciais e das políticas de ação afirmativa. ADVIR, n.19, p.65-68, set. 2005.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERNARDINO, Joaze e GALDINO, Daniela (orgs.). **Levando a Raça a Sério – ação afirmativa e universidade.** Rio de Janeiro: DP&A – Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, LPP/UERJ, 2004.

BOGDAN, Roert C. e BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Coleção Ciências da Educação. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOWEN, William G., BOK, Derek. **O curso do rio: um estudo sobre a ação afirmativa no acesso à universidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diversidade na Educação. Reflexões e Experiências**. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. LEI Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 – DOU de 14/01/2005. **Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação das entidades beneficentes de assistência social no Ensino Superior e altera a Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 e dá outras providências**. Disponível em:

<http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/documentacao/Lei_11096_13012005.htm>. Acesso em: 23 set. 2005.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2005.

Cânones 2007. Igreja Metodista. Disponível em:< www.metodista.org.br>. Acesso em: 20 ago. 2007.

CARDOSO, Ruth (organizadora). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 96, 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2007.

CARVALHO, José Jorge de. **Ações afirmativas para negros e índios**. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2004/dpc/tetxt4.htm>>. Acesso: em 23 set. 2005.

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Attar, 2005.

_____. **Inclusão Étnica e Racial no Ensino Superior: Um Desafio para as Universidades Brasileiras**. Palestra proferida na II Semana da Consciência Negra da FEEVALE. FEEVALE: Novo Hamburgo, 17 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie382empdf.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2006.

_____. **Ações afirmativas para negros e índios no ensino superior.** Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2004/dpc/tetxt4.htm>>. Acesso em: 17 de set. 2007.

_____. **Bases para uma aliança negro-branco-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil.** Série Antropologia, n. 355. Brasília, 2004. Disponível em: <www.unb.br/ics/dan/série374empdf.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2007.

CÉSAR, Raquel Coelho Lenz. FERREIRA, Renato. **Jurisprudência: decisões relevantes sobre o sistema de reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras.** Programa Políticas da Cor, n.4, LPP/UERJ. Rio de Janeiro: Série Ensaios & Pesquisas, 2004.

CÉSAR, Raquel Coelho Lenz. **Políticas de inclusão no ensino superior brasileiro: um acerto de contas e de legitimidade.** Panorama analítico das questões raciais e das políticas de ação afirmativa. ADVIR, n. 19. p.55-64, set. 2005.

_____. **Questões Jurídicas do sistema de reserva de vagas na universidade brasileira.** Programa Políticas da Cor, n. 2, LPP/UERJ. Rio de Janeiro: Série Ensaios & Pesquisas, 2004.

CONTINS, M, SANT'ANA, L.C. **Movimento negro e a questão da ação afirmativa. Dossiê ações afirmativas.** Estudos Feministas, v. 4, n.1, p.209-220, 1996.

CORTES, Soraya M. Vargas. **Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados.** Revista Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 11-47, 1998.

_____. **Pesquisa social empírica: métodos e técnicas.** In Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v.9, p.18, 1996.

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade.** 2 ed. São Paulo: Moderna, 1997.

DAFLON, Verônica Toste. **Ação Afirmativa no Ensino Superior: Sumário da Situação Atual – abril 2007.** IUPERJ. Disponível em: <<http://aasn.iuperj.br/portugues/aaes-sumario.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2007.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 1988. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx>. Acesso em: 05 nov. 2007.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. Trad. Maria Isaura P. de Queiroz. São Paulo: Nacional, 1987.

EMERSON, Renato & LOBATO, Fátima (orgs.). **Ações Afirmativas. Políticas Públicas contra as Desigualdades Raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Estatuto do Centro Universitário metodista IPA. Disponível em: <http://www.metodistadosul.edu.br/centro_universitario/capa/estatuto.php?menu=1>. Acesso em: 30 out. 2007.

FERRARO, Alceu Ravello e MACHADO, Nádie Christina Ferreira. **Da universalização do acesso à escola no Brasil**. Educ. Soc. [online]. ago. 2002, vol.23, n. 79, p.213-214. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10855.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2005.

GOMES, Nilma Lino, SADER, Emir Sader. **Um compromisso ético dos brasileiros: a superação do racismo**. ADVIR, n. 19, p.10-11, set. 2005.

GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alvez. **Afirmando Direitos - acesso e permanência de jovens negros na universidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GONDIM, Linda Maria de Pontes(org.). **Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da dissertação de mestrado**. Fortaleza: EUFC, Série Percursos, 1999.

GRIN, Mônica. **Esse obscuro objeto de desejo. Políticas de ação afirmativa e ajustes normativos: O seminário de Brasília**. Novos Estudos, n. 59, p.174, mar. 2001.

GUARESCHI, Pedrinho A. JOVCHELOVIT, Sandra. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Como Trabalhar com raça em sociologia**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 29, n.1, jan/jun 2003.

HERINGER, Rosana. **Um balanço das políticas de ação afirmativa no Brasil: 1995-2005**. Panorama analítico das questões raciais e das políticas de ação afirmativa. ADVIR, nº 19. p.51-54, set. 2005.

_____. **Ação Afirmativa e Combate às Desigualdades Raciais no Brasil: o desafio da prática**. Minas Gerais: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002.

HOWARD, S. Becker. **Métodos de pesquisa em ciências sociais – Tradução de Marcos Estevão e Renato Aguiar**. São Paulo: Hucitec. 1993.

IGREJA, Rebecca Lemos. **O Estado brasileiro e as ações afirmativas**. Panorama analítico das questões raciais e das políticas de ação afirmativa. ADVIR, n. 19, p.34-50, set. 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 18 set. 2007.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news03_03.htm>. Acesso em: 16 jan. 2007.

JODELET, Denise. **Les Représentations Sociales**. Paris: PUF, 1991.

MACHADO, Elielma A. **Ação afirmativa nas universidades estaduais fluminenses: o começo**. Panorama analítico das questões raciais e das políticas de ação afirmativa. ADVIR, n. 19, p.26-33, set. 2005.

_____. **Desigualdades “raciais” e ensino superior: um estudo sobre a introdução das “leis de reserva de vagas para egresso de escolas públicas e cotas para negros, pardos e carentes” na universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000-2004)**. Elielma Ayres Machado. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IJFS, 2004.

MAGGIE, Yvonne. **Os novos bacharéis: a experiência do pré-vestibular para negros e carentes**. Novos Estudos – CEBRAP, n. 59, p.193-202, mar. 2001.

MAIO, Marcos Chor. & SANTOS, Ricardo.Ventura. **Políticas de cotas raciais, “os olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da**

universidade de Brasília (UNB). Horizontes Antropológicos: Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 181-214, jan/jun 2005.

MARTINS, da Silva Sergio. **Ação afirmativa e desigualdade racial no Brasil.** Dossiê ações afirmativas. Estudos Feministas, v. 4, n. 1, p.202-208, 1996.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Na Lei e na Raça.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995).** 2 ed., São Paulo: Ed. Sumaré, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde.** 4 ed. São Paulo – Rio de Janeiro. Hucitec – Abrasco, 1996.

MOEHLECKE, Sabrina. **Proposta de ações afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP/FACED, 2000.

_____. **Fronteiras da igualdade no ensino superior: entre a excelência e justiça racial.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 2004.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial.** Revista Educação e Sociedade: Campinas, v. 25, n. 88, p. 757-776, Especial - Out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 17 set. 2007.

MORALES, Lúcia Arraes. **Brasil, meu Brasil brasileiro.** Revista de Ciências Sociais, v. 31, n.2, UFC, 2000.

Movimento negro socialista - MNS.

Disponível em: <<http://www.mns.org.br/index2.php?programa=quemsomos.php>>. Acesso em: 17 out. 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil – Um Ponto de Vista em Defesa de Cotas.** Revista Espaço Acadêmico. Ano II, n.22, mar. 2003.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra Proferida no III Seminário Nacional de

Relações Raciais e Educação - Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira -PENESB, 1-17, 5 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2007.

_____. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil.** Revista Estudos Avançados. v.18, n. 50, São Paulo, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2006.

NEVES, Clarissa E. Baeta e Corrêa, Máira Baumgarten (organizadoras). **Pesquisa social empírica: métodos e técnicas.** Cadernos de Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v.9, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1988.

OLIVEIRA, Iolanda de (org.). **Relações Raciais e Educação.** Rio de Janeiro: DP&A – Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, LPP/ URRJ, 2003.

OLIVEIRA, Iolanda; GONÇALVES, Petronilha (orgs.). **Identidade Negra. Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil.** Rio de Janeiro: ANPED, 2003.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. **Representações sociais e sociedades: a contruição de Serge Moscovici.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.19, n. 55, São Paulo, jun. 1994.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAIVA, Ângela Randolpho. **Ação Afirmativa na Universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil – Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2003.

PAOLA, Cappellini. **A valorização do trabalho feminino: contextualizando as ações positivas.** Dossiê ações afirmativas. Estudos Feministas, Universidade e Democracia: experiências e alternativas para ampliação do acesso à Universidade pública brasileira. v. 4, n. 1, p. 158-169,1996.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (org.). **Demanda pelo Ensino Superior no Brasil: o caso da UFMG.** Educação & Linguagem, São Bernardo do Campo, v. 7, n. 10, p. 124-149, 2004.

PETRUCCELLI, José Luis. **Classificação de cor e ações afirmativas**. Panorama analítico das questões raciais e das políticas de ação afirmativa. ADVIR, n.19. p.19-22, set. 2005.

_____. **Mapa da Cor**. Rio de Janeiro: Série Ensaio & Pesquisas n.1 Programa Políticas da Cor, LPP/UERJ, 2004.

PINTO, P. G. H. R. CLEMENTE JÚNIOR, P. E. **Pensando a Ação Afirmativa: Políticas Públicas, Relações Raciais e Práticas Acadêmicas**. Disponível em <<http://www.isp.rj.gov.br/Documentos/Pesquisas/PensandoAcaoAfirmativatexto.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2007.

POUTIGNAT, Philippe e STEIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UESP, 1988.

PRAXEDES, Walter. **O movimento docente e a proposta de cotas para negros no ensino superior**. Espaço Acadêmico, n.25, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/025/25wlap.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2006.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **O Negro na Universidade. Salvador: Programa A Cor da Bahia**. EDUFBA, Série Novos Toques, n. 5, 2002.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Portugal: Gradiva – Publicações, L., 2 ed., 1998.

REGULAMENTO DE BOLSA DE ESTUDO CARÊNCIA. Disponível em: <http://www.ipametodista.edu.br/institucional/redeipa/rede_regimento.php?menu=com_p>. Acesso em: 30 out. 2007.

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. Durban, 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/Durban_4.htm>. Acesso em: 23 jul. 2007.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASIL 2005 – Racismo, pobreza e violência, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

RELATÓRIO SOBRE O RACISMO NO BRASIL, PROGRAMA DA ONU DEFENDE AÇÕES AFIRMATIVAS. Combate ao racismo exige ação conjunta de governo e

sociedade, afirma o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNDU. Disponível em:
<<http://www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=1607&lay=rac>>. Acesso em: 8 set. 2006.

RESKIN, Barbosa. Affirmative Action in Employment. Washington: American Sociological Association, 1997. IN XIII Encontro da Associação brasileira de estudos populacionais apud HERINGER, Rosana, **Ação afirmativa e combate às desigualdades raciais no Brasil: o desafio da prática**. Minas Gerais, 2002.

REZENDE, de Elisa Maria Jardim da Costa. **Cotistas, um convite à reflexão**. Panorama analítico das questões raciais e das políticas de ação afirmativa. ADVIR, n. 19. p. 69-71, set. 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROSA, Luiz Vergílio Batista da. **Práticas educacionais escravistas e libertadoras: uma proposta de leitura afro-brasileira ao metodismo contemporâneo**. Caminhando: Revista da Faculdade Metodista da Igreja Metodista, v, 8, n.12, 2º semestre de 2003. São Bernardo do Campo SP: Editeo/Umesp, 1982.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A questão do acesso na universidade do século XXI**. Panorama analítico das questões raciais e das políticas de ação afirmativa. ADVIR, n.19. p.7-9, set. 2005.

SANTOS, dos Renato Emerson. **Reserva de vagas para negros em universidades públicas: um olhar sobre a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Advir, v. 19, p. 12-18, 2005.

SANTOS, Renato Emerson dos & LOBATO, Fátima (Orgs.). **Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Resenha BALBINO, de Antônio Bernardino. Resenha educativas/education review, Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: <<http://edrev.asu.edu/reviws/revp22.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2007.

SANSONE, Lívio. Encontro da RAM. Simpósio Ação afirmativa. Porto Alegre, Julho, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **O ensino superior no Brasil – 1998** / Simon Schwartzman. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

SDVERLIK, Ingrid; FERRARI, Paola; JAIMOVICH, Analía. **Desigualdade e educação no ensino superior. Um estudo comparado em cinco países de América Latina.** Rio de Janeiro: Série Ensaios & Pesquisas, n. 3, Programa Políticas da Cor, LPP/UERJ, 2004.

SEGATO, Rita Laura. **Em memória de tempos melhores: os antropólogos e a luta pelo direito.** Série Antropologia, n. 374. Brasília, 2005. Disponível em: <www.unb.br/ics/dan/série374empdf.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2007.

SILVA, Benedicto. coordenação geral; **Dicionário de Ciências Sociais.** Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, Cidinha (org.). **Ações Afirmativas em educação: experiências brasileiras.** São Paulo: Summus, 2003.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas: entre a justiça simbólica e a injustiça econômica.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Ministério da Educação, 2003.

SILVA, M. A. **Ações afirmativas para o povo negro no Brasil.** In: **RACISMO no Brasil.** São Paulo: Peirópolis; Abong, p. 105-121, 2002. Disponível em: <http://pedagogia.incubadora.fapesp.br/portal/SOCEDII%20-%20Elie%20Ghanem/SILVAMariaAparecidaDaA_c3_a7_c3_b5esAfirmativasParaOPovoNegroNoBrasilInRACISMONoBrasilS_c3_a3oPauloPeir_c3_b3polisAbong2002P10521>. Acesso em: 20 dez. 2006.

SILVA, Ana Márcia. **Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional.** Cadernos Cedes, ano XIX, n. 48, p.20, ago. 1999.

SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.). **Experimentos com história de vida.** Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo: Vértice, 1988.

SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas.** Rio de Janeiro: Quartet/PENESB, 2003.

STROZENBERG, Ilana. **A relevância de uma pergunta inaugural.** Dossiê ações afirmativas. Estudos Feministas, v. 4, n. 1, p.221-224, 1996.

STUBRIN, Florência. **Um retrato das desigualdades no ensino superior: alguns dados.** Panorama analítico das questões raciais e das políticas de ação afirmativa. ADVIR, n. 19. p.72-74, set. 2005.

TATAU, Godinho. **Ação afirmativa no partido dos trabalhadores.** Dossiê ações afirmativas. Estudos Feministas, v. 4, n.1, p.148-157, 1996.

TELLES, Edward. **Início no Brasil e fim no EUA?** Dossiê ações afirmativas. Estudos Feministas, v. 4, n. 1, p.194-201, 1996.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WERNECK, Jurema. A luta continua: o combate ao racismo pós-Durban. p.56- 65. Observatório da Cidadania 2005. Disponível em www.dialogoscontraoracismo.org.br/forms/imprensa.aspx?strUrlRetorno=imprensa.aspx&idDownload=91. Acesso em: 01 set. 2007.

WEST, Cornel. **Além da ação afirmativa: igualdade e identidade.** Panorama analítico das questões raciais e das políticas de ação afirmativa. ADVIR, n. 19, p.23-25, set. de 2005.

ANEXOS

ANEXO 1



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI No 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005.

[Mensagem de veto](#)
[Regulamento](#)
[Conversão da MPv nº 213, de 2004](#)

Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei [nº 9.870, de 23 de novembro de 1999](#).

§ 4º Para os efeitos desta Lei, as bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser concedidas, considerando-se todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades.

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal super pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da rer que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou seqüencial de formação específica, dependerá do cumprimento

de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.

Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo Prouni será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

Parágrafo único. O beneficiário do Prouni responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

Art. 4º Todos os alunos da instituição, inclusive os beneficiários do Prouni, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição.

Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

§ 1º O termo de adesão terá prazo de vigência de 10 (dez) anos, contado da data de sua assinatura, renovável por iguais períodos e observado o disposto nesta Lei.

§ 2º O termo de adesão poderá prever a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

§ 3º A denúncia do termo de adesão, por iniciativa da instituição privada, não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo Prouni, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares, e observado o disposto no art. 4º desta Lei.

§ 4º A instituição privada de ensino superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente poderá, alternativamente, em substituição ao requisito previsto no caput deste artigo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da [Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999](#), em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 5º Para o ano de 2005, a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá:

I - aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados;

II - alternativamente, em substituição ao requisito previsto no inciso I deste parágrafo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 19 (dezenove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50%

(cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 10% (dez por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da [Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999](#), em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 6º Aplica-se o disposto no § 5º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, e o disposto no caput e no § 4º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do exercício de 2006, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição.

Art. 6º Assim que atingida a proporção estabelecida no § 6º do art. 5º desta Lei, para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo na proporção necessária para estabelecer aquela proporção.

Art. 7º As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao Prouni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I - proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º desta Lei;

II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

§ 1º O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do § 1º deste artigo, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que se enquadrem em um dos critérios dos arts. 1º e 2º desta Lei.

§ 3º As instituições de ensino superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento.

~~§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do Prouni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo os critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por 3 (três) avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei.~~

§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do Prouni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por duas avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 11.509, de 2007\)](#)

§ 5º Será facultada, tendo prioridade os bolsistas do Prouni, a estudantes dos cursos referidos no § 4º deste artigo a transferência para curso idêntico ou equivalente, oferecido por outra instituição participante do Programa.

Art. 8º A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: [\(Vide Lei nº 11.128, de 2005\)](#)

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela [Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988](#);

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela [Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991](#); e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela [Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970](#).

§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo recairá sobre o lucro nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, e sobre a receita auferida, nas hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, decorrentes da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 9º O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão sujeita a instituição às seguintes penalidades:

I - restabelecimento do número de bolsas a serem oferecidas gratuitamente, que será determinado, a cada processo seletivo, sempre que a instituição descumprir o percentual estabelecido no art. 5º desta Lei e que deverá ser suficiente para manter o percentual nele estabelecido, com acréscimo de 1/5 (um quinto);

II - desvinculação do Prouni, determinada em caso de reincidência, na hipótese de falta grave, conforme dispuser o regulamento, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

§ 1º As penas previstas no caput deste artigo serão aplicadas pelo Ministério da Educação, nos termos do disposto em regulamento, após a instauração de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e direito de defesa.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, a suspensão da isenção dos impostos e contribuições de que trata o art. 8º desta Lei terá como termo inicial a data de ocorrência da falta que deu causa à desvinculação do Prouni, aplicando-se o disposto nos [arts. 32 e 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), no que couber.

§ 3º As penas previstas no caput deste artigo não poderão ser aplicadas quando o descumprimento das obrigações assumidas se der em face de razões a que a instituição não deu causa.

Art. 10. A instituição de ensino superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta de educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social se oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou sequencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de cursos de graduação ou sequencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais.

§ 1º A instituição de que trata o caput deste artigo deverá aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da

receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde.

§ 2º Para o cumprimento do que dispõe o § 1º deste artigo, serão contabilizadas, além das bolsas integrais de que trata o caput deste artigo, as bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudante enquadrado no § 2º do art. 1º desta Lei e a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa.

§ 3º Aplica-se o disposto no caput deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instalados a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei.

§ 4º Assim que atingida a proporção estabelecida no caput deste artigo para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo integrais na proporção necessária para restabelecer aquela proporção.

§ 5º É permitida a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão no Ministério da Educação, adotar as regras do Prouni, contidas nesta Lei, para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), em especial as regras previstas no art. 3º e no inciso II do caput e §§ 1º e 2º do art. 7º desta Lei, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a 10 (dez) anos, renovável por iguais períodos, e respeitado o disposto no art. 10 desta Lei, ao atendimento das seguintes condições:

I - oferecer 20% (vinte por cento), em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, ficando dispensadas do cumprimento da exigência do § 1º do art. 10 desta Lei, desde que sejam respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

II - para cumprimento do disposto no inciso I do caput deste artigo, a instituição:

a) deverá oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral a estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de curso de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, observado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 10 desta Lei;

b) poderá contabilizar os valores gastos em bolsas integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), destinadas a estudantes enquadrados no § 2º do art. 1º desta Lei, e o montante direcionado para a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa;

III - gozar do benefício previsto no § 3º do art. 7º desta Lei.

§ 1º Compete ao Ministério da Educação verificar e informar aos demais órgãos interessada situação da entidade em relação ao cumprimento das exigências do Prouni, sem prejuízo competências da Secretaria da Receita Federal e do Ministério da Previdência Social.

§ 2º As entidades beneficentes de assistência social que tiveram seus pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos, nos 2 (dois) últimos triênios, unicamente por não atenderem ao percentual mínimo de gratuidade exigido, que adotarem as regras do Prouni, nos termos desta Lei, poderão, até 60 (sessenta) dias após a data de publicação desta Lei, requerer ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS a concessão de novo Certificado de

Entidade Beneficente de Assistência Social e, posteriormente, requerer ao Ministério da Previdência Social a isenção das contribuições de que trata o [art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

§ 3º O Ministério da Previdência Social decidirá sobre o pedido de isenção da entidade que obtiver o Certificado na forma do caput deste artigo com efeitos a partir da edição da [Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004](#), cabendo à entidade comprovar ao Ministério da Previdência Social o efetivo cumprimento das obrigações assumidas, até o último dia do mês de abril subsequente a cada um dos 3 (três) próximos exercícios fiscais.

§ 4º Na hipótese de o CNAS não decidir sobre o pedido até o dia 31 de março de 2005, a entidade poderá formular ao Ministério da Previdência Social o pedido de isenção, independentemente do pronunciamento do CNAS, mediante apresentação de cópia do requerimento encaminhando a este e do respectivo protocolo de recebimento.

§ 5º Aplica-se, no que couber, ao pedido de isenção de que trata este artigo o disposto no [art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

Art. 12. Atendidas as condições socioeconômicas estabelecidas nos §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei, as instituições que aderirem ao Proni ou adotarem suas regras de seleção poderão considerar como bolsistas do programa os trabalhadores da própria instituição e dependentes destes que forem bolsistas em decorrência de convenção coletiva ou acordo trabalhista, até o limite de 10% (dez por cento) das bolsas Proni concedidas.

Art. 13. As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, sem fins lucrativos, que adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei e que estejam no gozo da isenção da contribuição para a seguridade social de que trata o [§ 7º do art. 195 da Constituição Federal](#), que optarem, a partir da data de publicação desta Lei, por transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins econômicos, na forma facultada pelo [art. 7º-A da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995](#), passarão a pagar a quota patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de 5 (cinco) anos, na razão de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas.

Parágrafo único. A pessoa jurídica de direito privado transformada em sociedade de fins econômicos passará a pagar a contribuição previdenciária de que trata o caput deste artigo a partir do 1º dia do mês de realização da assembléia geral que autorizar a transformação da sua natureza jurídica, respeitada a gradação correspondente ao respectivo ano.

Art. 14. Terão prioridade na distribuição dos recursos disponíveis no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES as instituições de direito privado que aderirem ao Proni na forma do art. 5º desta Lei ou adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei.

Art. 15. Para os fins desta Lei, o disposto no [art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002](#), será exigido a partir do ano de 2006 de todas as instituições de ensino superior aderentes ao Proni, inclusive na vigência da [Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004](#).

Art. 16. O processo de deferimento do termo de adesão pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 5º desta Lei, será instruído com a estimativa da renúncia fiscal, no exercício de deferimento e nos 2 (dois) subsequentes, a ser usufruída pela respectiva instituição, na forma do art. 9º desta Lei, bem como o demonstrativo da compensação da referida renúncia, do crescimento da arrecadação de impostos e contribuições federais no mesmo segmento econômico ou da prévia redução de despesas de caráter continuado.

Parágrafo único. A evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das instituições privadas de ensino superior será acompanhada por grupo interministerial, composto por 1 (um) representante do Ministério da Educação, 1 (um) do Ministério da Fazenda e 1 (um) do Ministério da Previdência Social, que fornecerá os subsídios necessários à execução do disposto no caput deste artigo.

Art. 17. (VETADO).

Art. 18. O Poder Executivo dará, anualmente, ampla publicidade dos resultados do Programa.

Art. 19. Os termos de adesão firmados durante a vigência da [Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004](#), ficam validados pelo prazo neles especificado, observado o disposto no § 4º e no caput do art. 5º desta Lei.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 21. Os incisos I, II e VII do caput do art. 3º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Nacional, Atleta Internacional Olímpico e Paraolímpico, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil;

II - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva, exceto os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil;

.....

VII - estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil." (NR)

Art. 22. O [Anexo I da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004](#), passa a vigorar com a alteração constante do Anexo I desta Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Antonio Palocci Filho
Tarso Genro

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 14.1.2005

ANEXO I

Bolsa-Atleta – Categoria Atleta Estudantil

Atletas Eventualmente Beneficiados	Valor Mensal
Atletas a partir de 12 (doze) anos, participantes dos jogos estudantis organizados pelo Ministério do Esporte, tendo obtido até a 3ª (terceira) colocação nas modalidades individuais ou que tenham sido selecionados entre os 24 (vinte e quatro) melhores atletas das modalidades coletivas dos referidos eventos e que continuem a treinar para futuras competições nacionais. (NR).....	R\$ 300,00 (trezentos reais)

ANEXO 2

**CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA
COORDENADORIA DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA
SETOR DE BOLSA
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI
PROCESSO SELETIVO 2007-1**

ALUNOS BENEFICIÁRIOS

CURSO	TURNO	POR COTA	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA	NOITE	1	6
ADMINISTRAÇÃO DE NEG. INT	NOITE	1	7
ARQUITETURA E URBANISMO	NOITE	0	2
BIOMEDICINA	MANHÃ	0	3
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	NOITE	1	7
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	NOITE	1	4
ED.FÍSICA (BACHARELADO)	NOITE	1	10
ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	NOITE	0	3
ENGENHARIA CIVIL	NOITE	0	1
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	MANHÃ	0	1
FARMÁCIA	MANHÃ	0	2
HISTÓRIA	NOITE	1	4
JORNALISMO	MANHÃ	1	5
JORNALISMO	NOITE	1	6
LETRAS PORTUGUÊS	NOITE	0	3
MÚSICA	VESPERTINO	1	5
NUTRIÇÃO	MANHÃ	0	1
NUTRIÇÃO	NOITE	1	4
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	MATUTINO	1	6
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	NOITE	1	6
PEDAGOGIA	NOITE	0	3
	TOTAL	12	89

ANEXO 3

**ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA – EST
INSTITUTO ECUMÊNICO DE PÓS-GRADUAÇÃO – IEPG
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM TEOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: RELIGIÃO E EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Francisco José Sousa Lima e estou desenvolvendo a pesquisa “REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: Um estudo de caso dos estudantes autodeclarados negros, beneficiários do PROUNI, no Centro Universitário Metodista IPA”.

Caso você venha a ter alguma dúvida em relação ao estudo ou não quiser mais fazer parte do mesmo, pode entrar em contato pelo telefone (51) 3022-4813. Se você estiver de acordo em participar garanto que as informações fornecidas serão utilizadas no contexto deste trabalho.

Assinaturas:

Pesquisador principal: _____

Pesquisador responsável: _____

Eu, _____,
fui esclarecido sobre a pesquisa “REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: Um estudo de caso dos estudantes autodeclarados negros, beneficiários do PROUNI, no Centro Universitário Metodista IPA”, estou ciente dos objetivos e dos métodos de coleta e consinto, por livre vontade, em participar com os dados referentes a minha pessoa, reservando-me a liberdade de recusar ou retirar este mesmo consentimento, em qualquer fase do procedimento, sem nenhuma forma de penalidade.

Porto Alegre, ___/ ___/ ___

Assinatura do participante

ANEXO 4

**ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA – EST
INSTITUTO ECUMÊNICO DE PÓS-GRADUAÇÃO – IEPG
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM TEOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: RELIGIÃO E EDUCAÇÃO**

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) Como é ser negro?

2) Qual é o significado de ter uma formação acadêmica de nível superior?

3) Como você percebe as políticas de ação afirmativa para negros?

ANEXO 5

Porto Alegre, 13 de junho de 2007.

Entrevista com Iansã

Entrevista realizada para a pesquisa “identidade étnico-racial no contexto das políticas de ação afirmativa: um estudo de caso dos os estudantes negros, cotistas do PROUNI, no Centro Universitário Metodista”.

Pesquisador (P)

Como é ser negro? O que é ser negro pra você? Qual a sua experiência de vida, na sua idade com a questão da negritude?

Entrevistada Iansã

Ah! Prá mim é normal. Antes, quando eu era pequena mesmo é que tinha essa coisa meio de querer ter os cabelos lisos, compridos. Ainda tenho um pouco... Mas, daí ah, se eu sou assim, o que é que eu vou fazer? E... acho que quando pequena eu me dei conta assim... Mas quando eu me dei conta mais foi que eu tive uma amiga que ela é, negra. Ela tinha os cabelos bonitos. Ah, se ela é bonita... É porque quem eu via sempre, assim, bonita na tevê era branca ou loira. E eu nunca vi uma negra bonita. Aí eu comecei a reparar mais, assim tipo Taís Araújo... Elas são bonitas, mas não aparecem tanto... Mas daí depois eu fui me ligando: não, é legal! Eu sou assim... Tem uma prima que queria ser branca. E eu, não, não, capaz! É legal ser diferente. Sei lá, acho que...

(P)

O seu pai é branco?

Iansã

Não, meus pais são negros.

(P)

Você tem quantos irmãos?

Iansã

Uma irmã. Ela também... É, é meio... É um pouquinho mais clara e o cabelo assim, diferente... Mas deve ser de antes, da família. Mas o meu pai e a minha mãe são negros.

(P)

Você já passou por alguma situação que sentiu que foi discriminada?

lansã

Ah tipo... Isso é... Tipo, eu no supermercado, a gente já sabe né: vai tá sempre um segurança perto de ti. Aí eu fico pensando às vezes, pode não ser por eu ser negra. Ah, mas é adolescente, tá dentro do colégio... Ou então te olham com uma cara que, nem acha que tu tá indo pra faculdade... Daí tu tá indo pro... Eu com 18 anos aí perguntam, tu tá estudando? E eu disse, to. Ah o que tu faz? Tá no terceiro ano? E eu, não, na faculdade. Sabe... (risos) É uma coisa assim... Não, mas até um amigo meu já disse... disse né, que nos supermercados os seguranças são instruídos a ir atrás de quem é negro né... Sei lá, eu vou lá e as vezes eu até aproveito. Eu vou lá quando tô com dinheiro e compro bastante coisas... (risos) Eu vou lá no caixa e pago tudinho... (risos) Pra mostrar né... Que não são todos. Existem... Eu mesma tenho medo! Se eu vejo um que é que nem eu, mas, tu diz que é né... Na verdade hoje em dia eu só fui assaltada por branco. Foi pro branco. Mas, se passa aqueles negros que são mal encarados eu fico com medo. Aliás, um branco também, mas não tanto. É o que acontece e a gente não pode... Todo mundo... Acontece com todo mundo.

(P)

Você mora aonde?

lansã

Eu moro em Viamão.

(P)

Na região em que você mora, tem mais pessoas negras ou é misturado?

lansã

É que eu moro... É, eu moro num lugar que não tem tanto, é novo assim... São uns terrenos novos assim... Aí... Mas ali, lá pra vila que é mais ali em baixo tem mais.

(P)

Você lembra na escola, se você tinha mais amigos brancos ou negros?

lansã

Mais brancos. Eu sempre tive amigas brancas! É que os negros eram poucos né... E às vezes... Não sei porque eles... Têm uns, que eu não sei por quê, assim... Parece que eles não querem se dar bem contigo. E eu sempre comentava: não, se a gente é da mesma cor a gente tem que se dar bem, a gente tem que se ajudar. Aí eu

falava né... Mas tinham uns que eram meio encarados. Agora, aqui no IPA, eu tenho um colega que ele é sarará, e eu falo pra ele que ele não é nem uma coisa nem outra. Mas ele vem com umas brincadeirinhas que eu já não gosto. Eu nunca sofri este tipo de coisa (preconceito), mas se for pra eu sofrer, e como eu sei que dar para denunciar, eu vou lá e denuncio. Eu não tenho medo! Uma vez ele tava conversando ele mais umas colegas e eu de brincadeira disse: ai o que vocês estão falando aí? Ai ele disse: o papo aqui é só entre branco. É só entre pele clara não entra preto aqui. Ai eu virei, deixei quieto e fui fazer o meu trabalho. Mas ele sempre vem né... Ele não é nada. (risos) É um sarará. Mas é um sarará claro com cabelo pichaim, sabe. Mas, pô ele ... Aliás, eu falei: tu não é nada. Pelo menos eu sou alguma coisa. Eu sei que eu sou! Ai a minha colega, que ela também é, mas ela é mais clara né, aí ela: ah, não dá bola né... Mas eu já fico meio assim... Ele sempre vem com essa brincadeira...

(P)

Como mulher, você acha que existe uma diferença no tratamento da mulher negra e do homem negro diante da sociedade ou você não percebe?

lansã

Eu acho que não! (sobre a existência de diferença de tratamento da sociedade para com a mulher negra e para com o homem negro) Não que eu tenha percebido. É que eu nunca tive muito contato com esse tipo de coisa, preconceito... eu sempre fui mais de baixar a cabeça e fazer minhas coisas. E não ligar muito nessas coisas. Não sei se pode ter acontecido e eu não dei bola... De entre homem e mulher... Eu acho que não.

(P)

Qual o significado de ter uma formação acadêmica de nível superior?

lansã

Eu acho muito importante. Muito, muito, muito, importante. Principalmente... ah, com essa questão de ser negro... O que eu penso é assim... Que bom que eu sou mais uma, porque são poucos né, mais uma que vai poder ter uma formação superior né... Mas, depois de mim eu quero que venham muitos. Mas, não só pelas cotas, acho que tem que merecer... Tipo na UFRGS. Na UFRGS a gente quase não vê né... É quase impossível. Aqui a gente vê mais.

(P)

E por que você acha que na UFRGS não?

lansã

Porque na UFRGS, eu acho... Na UFRGS entra mais quem tem dinheiro, é o contrário. Vai pra particular quem não tem, que consegui uma ajuda dessas e pra federal, que é mais puxado né, vai quem tá estudando desde sempre, que tá focado só naquilo dali. Que não teve as vezes que trabalhar, só um pouco né... É o que eu acho né. Eu diria que só um pouco, porque trabalhar e não estudar é com certeza é não conseguir entrar na UFRGS. E depende do curso também.

(P)

Mas, e para você, é importante por quê?

lansã

É importante porque... É uma carreira profissional... Que é o que eu gosto... Até é o que eu sempre quis. Porque o meu pai...

(P)

Que curso você está fazendo?

lansã

Tô fazendo biologia, mas eu quero mudar.

(P)

Mudar apra qual?

lansã

O curso de biomedicina. Que eu até tentei na UFRGS duas vezes.

(P)

Completa o que você estava falando...

lansã

O meu pai, ele está conseguindo agora também com a ajuda do trabalho dele, eles estão disponibilizando, estão pagando né a faculdade pra ele. Aí agora, também está conseguindo fazer faculdade.

(P)

Vocês dois estão na faculdade, né?

lansã

É... (risos)

(P)

Já tem algum irmão formado?

lansã

Não, não. Os dois entraram agora em 2007.

(P)

Ah, sua irmã entrou também?

lansã

A minha irmã, não.

(P)

E a sua mãe é formada?

lansã

A minha mãe ela tem um técnico em nutrição, só. Mas... Nem trabalhando ela tá.

(P)

Então, é importante pra você né, a questão da formação?

lansã

Sim. Até porque, eu vejo pelo meu pai. O meu pai, no caso, ele é concursado no... É que eu sempre me espelhei muito no meu pai. Que o meu pai, ele sempre dizia pra mim que quando ele queria as coisas, ele ia conseguir, e conseguia né. Tanto é que quando eu não passava nas coisas ele me xingava. É, eu entendo né, mas é que às vezes não tava dando. Aí ele tem um técnico, ele diz quando ele quer as coisas, ele vai lá, estuda e conseguiu. E agora ele está tendo esta oportunidade.

(P)

E ele fez, no caso, algum comentário para você que era importante também por ser negro?

lansã

Sempre, sempre. Tem. Ele disse que... É que eu gosto de samba né, pagode. Ele já, nem muito. Aí ele sempre dizia :ah! O ruim do negro e que só quer saber samba e de pagode né. Quando consegui o dinheirinho que vai... Ah, vamo sair, ah vamo nisso... O pior é que eu reparo isso, é verdade. Minha prima tá trabalhando e ela só gasta com coisa nada a ver. Agora que ela começou a fazer um curso, ela só gastava com roupa e com festa. Aí é, pô poderia tá pagando um curso. Poderia tá pagando... Ela se mixa pra pagar uma inscrição, no técnico da UFRGS, mas se ela tá trabalhando, que mal tem? Antes quando ela tivesse tempo tem isenção. É uma falta de vontade... Tem que ser diferente, tem que se esforçar mais ainda do que os outros. Tem que provar que tu é boa, não pode ser na média, tem que ser mais ainda.

(P)

A exigência para o negro é maior?

lansã

É maior!

(P)

Como você percebe as políticas de ação afirmativa para negros? Até você já falou um pouco, quando você disse que seria interessante que os negros na universidade, mas não obrigatoriamente só pelas cotas.

lansã

É...

(P)

Então como percebe esse movimento que você está vivendo, principalmente você que é bem jovem e isso nunca aconteceu no Brasil, só está acontecendo agora a questão das ações afirmativas.

lansã

Ah, alguns eu acho importante, mas não todos. Algumas tipo, essas pra trabalhar... É no caso daí eu fico meio assim... Meu pai é concursado, mas ele não foi por cotas. Eu conheço outros também que não foi. Eu acho que tem uma coisa muito de mão beijada, aí o pessoal se acomoda. Agora tipo na faculdade, um pouquinho que nem aqui, alguns têm uma oportunidade, agora não em tudo. No trabalho, na faculdade, no curso... Tudo tem uma cotinha lá, e tu vai ter que entrar pela cotinha. Aí não, é uma coisa que tu tem que fazer por ti mesmo... Tem que se ligar.

(P)

Na questão da faculdade você acha que existe uma disparidade ainda muito grande entre os negros e os brancos pra entrar na faculdade... O que você observa?

lansã

Eu observo que tipo, se não fosse o PROUNI eu não estaria fazendo faculdade. E se eu estivesse fazendo, eu estaria me ralando pra pagar. E escolheria um curso, que é na verdade não é o que eu gosto... Só pra pagar menos né... Agora com isso aí, a gente tem oportunidade de fazer uma coisa que a gente goste ne... Eu me esquece a outra pergunta.

(P)

Era só isso mesmo... A questão das ações afirmativas. Você acha que é importante. Você está dizendo que...

lansã

É importante, mas não todos.

(P)

Você acha que as ações afirmativas sempre terão que existir?

lansã

Não. Por um tempo para se estabilizar né... Porque a desigualdade é, digamos assim: tem que deixar nivelar e depois conforme né. Conforme vai indo, vai indo.

Agora não assim... pra sempre...

(P)

lansã, você tem mais alguma coisa pra falar? Lembra de algum fato que seja marcante para você que envolva a questão do negro?

lansã

Ah, só que minha professora falou uma vez que eu tinha ido mal, tava indo mal na matéria dela que era biologia no segundo ano. E ela lansã, tu é negra, estudou sempre em colégio público e tu é mulher. Tu tem que fazer muita coisa pra conseguir. Tem que ralar, não é fácil. Foi o que ela disse assim pra mim que eu sempre me lembro nessas horas.

(P)

E ela era negra também?

lansã

Sim, a professora de biologia...

(P)

Se você ainda quiser falar mais alguma coisa...

lansã

Não, eu acho que era isso...

(P)

Caso não tenha, eu quero agradecer por essa entrevista e dizer que é muito importante a sua participação na pesquisa, tá? É boa sorte para vocêi. Muito obrigado!

lansã

Tá! Obrigada.

ANEXO 5

Porto Alegre, 5 de junho de 2007.

Entrevista com Ogum

Entrevista realizada para a pesquisa “identidade étnico-racial no contexto das políticas de ação afirmativa: um estudo de caso dos estudantes negros, cotistas do PROUNI, no Centro Universitário Metodista”.

Pesquisador (P)

Como é que um aluno que se autodeclara negro constrói a sua Identidade?

Como é ser negro? O que é ser negro?

Entrevistado Ogum

Construir a minha identidade de negro foi meio complicado. Até eu posso relatar... Eu tenho uma experiência que ajudou a construir a minha identidade. Meu pai ele e... Meu pai ministrava a religião africana e isso ajudou um pouco a construir a minha identidade cultural de negro e de conviver com os costumes, a religião, a idéia. Mas como é que eu vou, como é que eu posso lhe dizer. Eu me sentia um pouco inferior assim no início, quando eu era pequeno, em relação às pessoas de de cor branca, e à colegas, e... Piadas, e... Brincadeiras maliciosas, historinhas e... No início era uma vontade de não ser, uma coisa estranha. Mas depois com o passar do tempo, na entrada da adolescência, tu conhecendo um pouco da tua história da da identidade, da tua identidade cultural e que aqueles escravos que vieram para cá muitos deles eram reis, príncipes, rainhas, sacerdotes e que existia toda uma cultura por trás daquilo ali. Que... Não é, não é tão ruim ser negro quanto as pessoas demonstravam, demonstravam ser... Faziam com que tu acreditasse que fosse Um fato interessante, no centenário da abolição da escravatura, em 1988, eu estudava no Colégio Parobé e a professora de Geografia pediu um, um trabalho sobre a situação do negro, nos, durante esses 100 anos. E... Eram feitos com recortes de jornal. Pegava as manchetes e fazia uma conclusão no final. Eu tive a so... a sorte de o meu trabalho ser o agraciado como o melhor né. Ele foi impresso pela gráfica do colégio. Deve tá lá até hoje! E, aquilo ali me deu muito orgulho. E

pesquisando prá, prá esse trabalho e fora isso o que eu já sabia me ajudou um pouco a construir a minha identidade, de se assumir, de gostar de saber, de valorizar aquilo que meus antepassados vieram de lá e trouxeram. Eu acho que é isso, professor.

(P)

Em termos de base familiar, como foi ser criança negra dentro da stua família? Seus pais também são negros?

Ogum

O meu pai, o meu pai posso dizer que era claro, bem claro até, meu pai tinha olho azul. Meu pai era tão claro quanto o senhor. Desculpa a comparação. Só que a mãe, a mãe do meu pai era negra. *[o entrevistado me relatou, em uma outra entrevista que não foi gravada com sucesso, que seu pai teria sido abandonado quando criança pela mãe dele, que era branca, e que teria sido adotado por uma mãe-de-santo negra, com quem aprendeu a gostar da' religião africana]* E o pai do meu pai, ele tinha uma vaga idéia de que fosse italiano, pelo que diziam pra ele. E ele não... E o meu pai era engraçado, que o meu pai não gostava de ser chamado de branco. Apesar de parecer e passar por branco, meu pai não gostava. Meu pai, meu pai tinha, meu pai tinha uma identidade forte assim com a cor negra, apesar de não ter a cor negra na pele, né. A minha mãe, minha mãe é negra, mas também a família é misturada, assim como pode se dizer, né. A minha avó é bem clara também... A minha falecida avó era bem clara e minha avó não se considerava clara. Era... Em termos de família nunca teve preconceito, nunca teve... A família ajudou ajudou um pouco a se assumir também, a criar essa identidade, a se valorizar. Acho que o problema todo é é o mundo externo, assim, fora do núcleo familiar, né. Que no momento que tu.... Lá pela década de 70 e 80 assim quando eu comecei a estudar e... Tu convive com crianças de outra cor e... Daí acho que começou um choque, né. Já não tinha... Não se tinha idéia de movimento, de de ações afirmativas, de.... Não via negros na televisão naquela época. Era difícil. Não via, não via índio em revistas. Então era aquelas piadas que o negro era sempre ladrão, que o negro era sempre o pior. Se tu via um mendigo na rua era negro. Então, era isso.

(P)

Saindo no caso da família.... E na sua relação de amizades, com seus amigos?

Ogum

Sempre tive amigos brancos, amigos negros e... E o engraçado que desses amigos brancos sempre se ouvia aquelas piadinhas xarope, assim... Aquelas piada...s sem graça. E... Eu tenho um amigo de infância e a nossa amizade já tem 35 anos. A mãe dele é bem racista. Tenta aparentar não ser, mas é... A gente sempre convivia com com aquela coisa, aquele cinismo dela, assim de....

(P)

E ela é branca?

Ogum

Branca.

(P)

E ele também?

Ogum

Ele é branco. E é, é é sempre sempre estranho assim, né. Apesar de estar sempre ali e tal, mas é, é... A gente via coisa acontecia. Assim tipo de briga de vizinhança e essas coisas assim e a primeira palavra que vem na boca é "negro". Quando acontece sempre alguma coisa a palavra à primeira palavra que vem é... Parece até que é um defeito que tu tu carrega, né. Isso magoa, machuca.

(P)

E na relação de trabalho? Para arranjar trabalho? Para conviver com o grupo de trabalho? Você sentiu em algum momento também... pelo fato... por ter esta identidade negra algum tipo de preconceito?

Ogum

Não, não...

(P)

Você não se lembra de alguma coisa?

Ogum

Eu não, eu não digo que uma vez que eu fui disputar uma vaga de trabalho. E... Eu não quero colocar também que tenha sido racismo o fato de eu não ter conseguido essa vaga. Porque eles pediam uma pessoa com o 2º grau completo e acabou sendo contratado um rapaz branco com 6ª série. E... E tinha várias outras pessoas também com... Pode ter sido ou não, né? Uma disputa de emprego ou...

Eu trabalhei em comércio e nunca tive problemas assim com clientes. Pelo menos assim na minha frente nunca aconteceu nada.

Eu trabalhei numa rede de lojas que também não existe mais hoje em dia. O supervisor era um cara bem maluco assim né, que... Que gostava de gritar e tal e nunca me tratou de forma de... Depreciativa em relação a cor, mas eu já vi ele tratar outras pessoas. Eu não sei se por trás de mim ele falava, mas eu já vi ele tratar outras pessoas pelas costas assim de forma depreciativa... Pela cor. Comigo deve ter sido também a mesma coisa, mas eu num... Pelo menos na minha frente ele não me disse nada.

E... Hoje em dia eu trabalho na Carris e sou cobrador de ônibus. Eu só tive um fato uma vez que me xingaram pela cor e....E foi só isso...

(P)

Isso foi no ônibus?

Ogum No ônibus. Foi, e... Mas na Companhia num... Eu posso lhe assegurar que não tenha racismo, até porque tem negros em cargo de chefia, né. Até os processos de seleção lá dentro são bem democráticos então...

(P)

Mas a Carris é da prefeitura, não é?

Ogum

É, é uma empresa de economia mista, né. Prefeitura, União e tem uma porcentagem pequena de acionistas.

(P)

Certo.

Ogum

Acho que é isso, professor.

(P)

Está bom, se você se lembrar de mais alguma coisa que queira voltar a essa questão a gente volta, tá? Antes de irmos adiante, eu não sei se você quer registrar aquela história que me contou, que seria interessante... de como é que você fez a opção, porque aí a gente já vai passar para essa história de qual é o significado de ter uma formação acadêmica de nível superior e como é que se deu esse processo. Aí se você quiser, pode chegar até o momento em que fez a opção pelo PROUNI e a sua própria entrega dos documentos aqui. E aí a gente entra exatamente nisso: qual... O que significa para você ter um curso de nível superior?

Ogum

Para mim é a realização de um sonho. E... Eu vou lhe dizer que até meio eu caí de pára-quadras no curso de Contábeis, porque a minha opção era Direito e eu.... E... Eu não consegui a média suficiente para conseguir a vaga na PUC que era para Direito e eu consegui pela minha 2ª opção aqui e para mim é a realização de um sonho, porque eu tentei várias vezes o vestibular na Universidade Federal e não consegui. E eu estava até meio desacreditado. Eu vou fazer 35 anos, né. Então vamos lá tentar. Vamos tentar o PROUNI e consegui. Eu achei até que não ia conseguir e estou aqui.

É... Eu tenho um primo. Ele... Ele é Engenheiro Civil. Ele é um... Trabalha na... Ele é um dos diretores da TrensUrb. E... Depois a gente tem uns problemas de família, que é normal. A gente não se... Eu não falo muito bem... Hoje em dia a gente não se fala bem, mas é... Eu sempre me espelhei nele pelo... Pelo o que ele conseguiu, e pela... Por todo o progresso que ele fez de..... Minha tia era lavadeira... Ela num...

(P)

Ele é negro também?

Ogum

Oi????

(P)

Ele é negro?

Ogum

Negro, negro. Ele não teve condição.. A minha tia não tinha condições de manter ele, o meu primo na escola e uma das clientes dela é que resolveu bancar a educação dele até a Universidade.

E... O fato dele ter conseguido, ter se formado e... Ter conseguido o cargo que ele hoje em dia ocupa, para a família isso é motivo de orgulho e... Depois o meu outro primo também... É formado, é... Eu não sei, eu não tenho certeza se ele é Advogado ou Contador. Ele trabalha no Tribunal de Contas do Estado. E eu tou aí. Eu sou praticamente o 3º acho que dessa leva aí a tentar...

(P)

Tem irmãos ou irmãs?

Ogum

Sim, eu tenho... Só... Somos 5 irmãos. O meu pai... Eu sou filho do 3º casamento do meu pai. Eu e a minha irmã mais nova. Meu pai ficou viúvo do 1º casamento,

separado do 2º e com a minha mãe ficaram casados 25 anos até ele falecer em 93. Eles... A diferença de idade entre eles era 20 anos. E... Quando eu nasci meu pai tinha 54 anos de idade. Então... Os meus irmãos eles não não foram não foram muito longe. Minha irmã mais velha, que é 30 anos mais velha que eu né, filha do 1º casamento do meu pai, eu num... Não tenho idéia qual seja a escolaridade dela... Os meus outros irmãos um foi até o Ensino Fundamental e o outro ele tem o Ensino Médio incompleto. É... Ele tem um... Ele é torneiro mecânico formado pelo SENAI e...

(P)

O outro tá bem...

Ogum

Né? O outro tá bem.

E a ... e da minha família aqui eu acho que eu sou o único que pelo menos conseguiu, né?

Quanto a... Ao curso, para mim era uma novidade. Eu tinha uma vaga idéia e eu achei que de repente eu fosse tentar mudar de curso mais tarde. E poder... Tá... Do jeito que eu tou avançando no curso eu tou gostando e daí resolvi ficar. Para mim é bom... É ótimo!

(P)

Legal! Que bom! Certo. E aí vamos então para a terceira pergunta: Como você percebe...

Ogum

As políticas de ação afirmativa para negros.

(P)

Tá. Essa é bem específica mesmo, né?

Ogum

Saber a minha posição em relação às cotas... Hurum, hurum.... Eu acho que a cota tem uma função a cumprir, né. Eu acho os 350 anos??? (15:15) que se formou de escravidão no Brasil é uma dívida social, né, que o país tem com as pessoas de raça negra e com os indígenas também né, que...

Nós éramos mais ou menos??? De 2ª classe, 3ª, 4ª, 5ª dependendo da situação e... Ela tem uma função a cumprir. Eu acho que no momento que... Eu acho que dizer que um dia que o preconceito não exista mais é meio difícil dizer isso aí.

(P)

Por que?

Ogum

Sempre tem uma forma ou outra de preconceito. Mas eu acho que no dia que não... Que tiver, tiver menos preconceito de repente a função dela acabe e a... E a... Se normalize né, se encaminhe. Hoje em dia nós... Negros na universidade acho que não somos nem 2 % acho que da da população, né. Ele... Eu tava lendo na Super Interessante à matéria que eu lhe falei da disparidade que tem entre brancos formados e negros formados é enorme. E até eles fazem um quadro comparativo bem interessante ali sobre negros formados a... A... Quantas empregadas domésticas são negras. São 70%. Quantos mendigos são negros. São 90%. E... População carcerária. E... E negros ocupando cargos em empresas, como executivos. Até apresentadores de tele jornal que sonham??? 10 do jornal mais visto né, que é o Jornal Nacional. Então a cota tem uma função a cumprir, né? E por outro lado a ...depois que ela tiver, que essa função tiver sido cumprida.... Essa missão tiver sido cumprida eu acho que não, não vai ser mais necessário, até porque ela pode se tornar um jogo de... De interesses políticos também, né. A pessoa, o governante ou a pessoa que vai aspirar um cargo seja do executivo ou do legislativo pode usar isso para funções só eleitorais, né. E cuidado para não sermos mártis de manobra desse tipo de pessoas, né.

(P)

É...Você é militante de algum movimento negro? Tem simpatia por algum movimento? Já foi convidado? Já participou? O que você acha?

Ogum

Me convidaram uma vez????? Que estudava na PUC que ele tinha uma reunião, tem uma reunião todo sábado, não sei lhe dizer o nome.

E... Mas eu nunca fui por falta de tempo.

A... A minha namorada não sei se ela milita, mas ela participa de alguns, de algumas ações aí. Ela vai a alguns encontros, grupos, etc. E eu tenho curiosidade de de conhecer alguns desses grupos aí, desses desses movimentos.

(P)

Você acha que vale a pena?

Ogum

Vale, vale, vale a pena conhecer, vale a pena ver o que eles têm a dizer, ouvir qual a posição deles, né.

(P)

E foi por isso que você fez a opção pelo PROUNI, porque entende que isso é uma dívida e você tinha esse direito? Essa é a sua compreensão?

Ogum

Sim, eu achei que tinha esse direito.

(P)

Eu queria até que você relatasse a história, sem precisar nem dizer os nomes, mas relatar a história como é que foi, isto é, fique a vontade, se quiser dizer também os nomes, você é quem sabe...

Ogum

Não, não. O interessante é que eu vim fazer a... Entregar a papelada do PRO do PROUNI e o cidadão que eu fui recepcionado aqui na Instituição, ele ele olhou e viu a minha opção pela cota e ele perguntou para mim se era justo e daí eu disse que sim, que eu achava justo. E aí ele... Ele disse que... Ele não disse claramente que não era justo, mas que pela posição dele que ele fez eu comparar com o exemplo que ele disse que 15 vagas para um determinado curso tinha 16 pessoas aprovadas e um que optasse pela opção da cor, de negro, que ele teria que tirar a vaga de uma pessoa que foi aprovada para dar a vaga para mim, no caso. Que ele ficaria numa situação embaraçosa. Daí eu disse: Bom, mas tem outras formas do senhor colocar essa outra pessoa. Daí ele disse: não, eu sou obrigado a te dar essa vaga e o outro eu tenho que excluir. Daí eu, eu resolvi não discutir com ele né, porque..Porque... Por falta de tempo e também eu não vou discutir. A recém eu estou chegando aqui e também não vou discutir. Foi isso. Eu achei interessante é... Isso aí. Ele ter me colocado isso aí, né.

(P)

Teria mais alguma coisa para falar, Ogum?

Ogum

Não professor, não. Para mim tá tudo tranquilo. Não...

(P)

Tranquilo?

Ogum

Se o senhor tem... tiver mais alguma coisa para perguntar, para mim tá legal.

(P)

Não, não, não. Eu prefiro que você fique à vontade. Se quiser lembrar de mais alguma coisa e puder falar mais tudo bem, caso contrário a gente dá por encerrada a entrevista.

Ogum

Então por mim está ótimo!

(P)

Então muito obrigado!

ANEXO 5

Porto Alegre, 18 de junho de 2007.

Entrevista com Oxum

Entrevista realizada para a pesquisa “identidade étnico-racial no contexto das políticas de ação afirmativa: um estudo de caso dos os estudantes negros, cotistas do PROUNI, no Centro Universitário Metodista”.

Entrevistada Oxum

[Comentário feito pela entrevistada sobre o seu ex-companheiro e pai da sua filha, antes de começar a entrevista] Quando o negro tem um certo destaque, [ela se reportava mais especificamente à questão financeira] eles tendem a fazer, a ignorar sua cor, assim... Ah, são negros? (risos) Ele passa bastante por isso, assim.

Pesquisador (P)

E ele é negro?

Oxum

É !

(P)

Vamos começar então?

Oxum

Vamos!

(P)

18 de junho de 2007 estamos no Centro Universitário IPA e irei conversar novamente com Oxum, aluna do curso de jornalismo, a respeito da pesquisa do PROUNI, e a primeira pergunta para Oxum é: como é ser negro? Se você quiser, por exemplo, começar abordando a questão familiar...

Oxum

Hum! Tá!

(P)

Voltando a infância, pai e mãe....

Oxum

(risos discretos)

(P)

Relação com irmãos...

Oxum

Tá bom, tá. Na realidade assim: como responder essa pergunta de forma sintética eu ainda não consigo. Assim. Não sei dizer. Sei que é o assunto que veio a pouco, veio a tona a pouco antes era uma questão meio subliminar na minha vida... Não era... Não existia abertamente, não era uma coisa que me... Embora houvesse, tava lá, mas não, não mexia com o contexto, com a situação. Na minha família não se tocava nesse assunto, ou, se se tocava, era de uma maneira, meio, assim, como se a gente não fizesse parte daquele assunto. Era a família dos outros eram os outros e na realidade nunca houve um posicionamento. nosso, da família em relação a ser negro. Então, coisa como minha avó dizia: ha! Sarará é preguiçoso! Mas eu achava estranho. Uéh! Por que ela fala assim se ela é?!... A sensação que dava é que não se existia a questão cor na família (risos). Meu pai também nunca... Meus pais assim... Na realidade a minha mãe ela sempre... Nunca teve preocupação com esse tipo de coisa assim. Mas o meu pai sempre teve muita preocupação com o aspecto social assim. Tipo, ele tentou, tirar essa questão da raça, substituindo pela questão da, de obter coisas materiais, de ter uma certa... Não sei como é que se diria assim, uma classificação social, entendeu assim. Então, ele estimulou isso assim de: Ah! Tem que ter um bom carro tem que morar bem, se vestir bem. Ah! Não pede nada emprestado que isso vai demonstrar tua fraqueza, que tu não tem. Então assim, sempre se criou esse aspecto assim. Então... Na realidade nunca se falou sobre isso, mas se tentou toca a vida em frente como se fosse um problema que não existisse. Até bem pouco tempo eu não entendia essa necessidade de ter que ser socialmente, bem. Então foi uma questão bem forte em relação a isso com o meu pai. Mas assim, como é ser negro [Risos e pausa, demonstrando insegurança na resposta] eu não sei dizer!

(P)

Na outra entrevista *[refiro-me à entrevista que tinha realizado anteriormente com Oxum e que por problemas na gravação não foi possível ser aproveitada]* quando você falou da família ... Já que a gente está falando da família você falou... Por exemplo: seu pai, ele é negro?

Oxum

É negro!

(P)

E a sua mãe?

Oxum

Também!

É negro. Também. Embora tenha mistura, mesclas na família dela, o pai dela era branco, avó era negra também, mas... Enfim, a família ficou muito... É difícil... Ficou difícil... Não digo que seja difícil fica a identidade, assim. Mas como teve uma mistura muito grande [pausa] ficou confuso...

(Percepção dos irmãos sobre a cor) Se ele se percebem negros?

(P)

E os seus irmãos?

Oxum

Se eles se percebem negros?

(P)

Sim, e qual a relação que você teve com eles exatamente por isso? Com eu falei, na entrevista anterior você lembrou que existia...

Oxum

É. Na realidade é assim: como há essa mistura na família, biologicamente é até explicável. Alguns tendem a ter tons de pele diferente em função disso. Então, assim: entre os meus irmãos eu sou a mais, a de pele mais clara. Assim, até um... Assim, na infância, principalmente isso era bem, ficava bem específico. Dentro da minha própria família havia um certo tipo de, de preconceito. Assim. Em relação a isso, de eu ser mais clara, de achar que isso pudesse ser uma vantagem... Tanto que os meus irmãos... Assim... Eu até comentei da outra vez, eles não se relacionam com pessoas negras [não namoram]. Eu tenho uma filha e o pai da minha filha é da mesma cor que eu: ele é negro. E eles não. Mas eu não sei se isso tem a ver com a ideia que o meu pai passou, ou se... Aí eu não sei entra a questão de gosto... [risos] Não sei dizer! Não sei. Não sei de isso tem a ver com a questão... Mas eu acho que é muito forte a questão assim... Que o meu pai colocou. Assim... Isso pra eles, eles entenderam dessa forma.

(P)

E, ainda falando da família, você falou que viveu um momento muito forte na sua vida que lhe levou, já como você disse no início, que isso [a questão de ser negro] estava presente, mas era como se estivesse meio como uma sombra e agora não,

está bem vivo. Você disse que no momento em que isso veio à tona, ou pelo menos um dos momentos em que isso veio à tona mais fortemente, ou mais recentemente, foi quando você teve a perda da sua irmã de trinta e cinco anos, não é?

Oxum

É! Mais desencadeou, não só isso, mas desencadeou muita coisa, em todos os aspectos. Inclusive, essa própria questão de identidade, em relação às coisas que meu pai havia passado... Eu falo mais do meu pai, porque a minha mãe como é uma pessoa muito... Aceitou muito, as coisas que ele, que ele determinou, então... E, acaba sendo sempre mais fácil gravar o negativo do que o positivo. Então eu acho que essas coisas... Quando a minha irmã faleceu, sim. Daí foi uma questão... Daí entrou todos os questionamentos... Assim. Aí eu comecei a tentar entender o que era aquilo tudo, assim... Que não era, que não era só um, um desacordo de família. Era uma coisa bem mais séria. Veio desde a infância, assim. Desde a minha infância. Até porque a briga, assim, que se teve com o meu pai, foi motivada pelos meus próprios irmãos, assim. Daí foi quando eu comecei a descobrir que tinha outras coisas por trás, inclusive isso, assim, essa questão de achar que eu tinha privilégio, que eles não tinham, enfim...

(P)

Da infância, o que tu te lembras, quando é que tu te lembras, assim, que tu te percebestes como sendo, sendo negra?

Oxum

Na infância, não!

(P)

Não? Não se percebeste na infância? Só quando já era adulta?

Oxum

É!

(P)

Ou, na adolescência... Você me falou da outra vez sobre a questão dos relacionamentos...

Oxum

Só na adolescência sim. Na adolescência sim, que daí tem toda a questão de dúvidas, de adolescente, de imagem pessoal, essas coisas assim... Daí na adolescência que, que eu fui perceber, assim... Até, como eu havia comentado... Na

cidade onde eu morava, era bem dividida a questão, assim. Família negra com família negra. Família branca com família branca.

(P)

E qual é a cidade?

Oxum

Charqueadas. Na realidade eu nasci em Butiá e depois, na adolescência foi eu passei em Charqueadas. E, lá, casualmente, assim, ou as pessoas eram bem negras, assim, tom de, bem escura, ou então, eram brancas. No caso, assim, mestiça, eu não sei se eu poderia ser chamada assim, não tinha. Então eu ficava no meio do caminho. Eu não era considerada... No meio do caminho prá eles assim. Eu não era considerada branca e não era considerada preta. Então eu era aquilo que eu falei: eu era a negra metida à branca [risos], e ninguém dizia: tá mais tu é o que? Quem tu é nesta história? Daí tinha as brincadeiras que diziam: “sarará sem bandeira” [apelido desqualificador dado as pessoas com ancestrais de brancos e negros], “caiu na q-boá”[referência a um produto químico alvejante], essas coisas assim.

(P)

Já que a gente está falando ainda da questão da sua vinda, da sua vinda não, do lugar onde você morava, não é? Vamos aproveitar e falar... Da outra entrevista você falou que isso que foi um das coisas que motivou a ir pra cidade, não é? Pra Porto Alegre...

Oxum

É foi, foi um rompimento de um relacionamento, justamente porque daí eu percebi que a família [do namorado do relacionamento em questão] não me aceitava porque eu não era... Eu nem sei dizer assim. Eles achavam que eu era tipo, ah, metida, negra metida à branca.

(P)

E a família, nesse caso do relacionamento, eles também eram negros?

Oxum

É, negros, negros... Mas tiveram bastante preconceito [risos]. Então daí eu... por incrível que pareça, embora digam que não, mas ficou bem claro isso.

(P)

E aí veio pra cidade. E aqui vivendo em Porto Alegre, sentiu alguma diferença?

Oxum

Ah, num primeiro momento, eu parecia aquela abelhinha do clip assim, que tem: oh que monte de gente igual a mim... [risos] entendeu, assim. É diferente assim. É uma sensação tipo que .assim...não é tanto tempo assim, mas, por exemplo: lá, como não tinham essas pessoas dessa referência, dificilmente eu vinha... Na realidade em vinha aqui, mas eu não saia, não conhecia as pessoas, não me relacionava. Então quando eu cheguei aqui, eu vi que tinham as pessoas que vivem a mesma situação que eu, assim, né. Então, na realidade talvez não sentissem tanto porque elas viviam em grupo [risos]. E é bem comum isso, isso assim. As tribos como a gente fala.

(P)

Inclusive pela cor?

Oxum

É. É, isso é uma coisa que até nem percebi assim. Depois é que a gente vai, vai meio que percebendo, assim. Porque tu é aceita num grupo, não é aceita no outro. Então assim, daí, vai mais ou menos. É, como é que é... É tipo uma, seleção natural [risos]. Negativa, mas é.

(P)

Vamos lá então pra questão da formação acadêmica, que está ligada também com a segunda questão. Qual é o significado de ter uma formação acadêmica de nível superior?

Oxum

Bom! Até eu comentei contigo da outra vez que, um dos aspectos é a minha própria filha assim. Porque eu sei que a geração dela vai vir com uma exigência muito maior do que... Até a questão que eu comentei contigo: o meu pai nunca achou importante porque ele tinha um bom cargo, tinha um bom salário e não tinha nível superior. No meu caso, já tá sendo mais difícil. Não por ser agora. Há uns vinte anos atrás era um diferencial, agora o nível superior não é mais um diferencial, não me faz... É uma obrigação, e pra minha filha vai ser fundamental. Então assim, eu, eu fiquei imaginando, como é que eu vou amanhã ou depois eu vou dizer a ela que ela tem que se formar se eu própria não fiz.eu não quero repetir o que o meu pai repetiu, entendeu. Não é importante estudar porque eu cheguei, aonde cheguei, sem estudo. Então, é importante nesse aspecto, e outra porque assim, por incrível que pareça, o negro ele não busca formação.Quando ele

consegue uma posição financeira ele compra roupa, ele compra tênis de marca, ele compra bens supérfluos. Dificilmente, com raras exceções eles investem em educação. É muito raro. Isso eu, isso aí a minha vida inteira eu visualizei... Até aconteceu um aspecto assim interessante né. Entre esse período, entre a nossa primeira e agora [a entrevistada, como também um outro entrevistado me concederam duas entrevistas], eu tava fazendo um trabalho e, uma pessoa do auto escalão da prefeitura, o secretário, ele é negro. [tom de espanto] E ele é uma raridade. Ele é o único. Até me causou surpresa quando eu... oh ele é negro! [tom de espanto] Porque eu tinha visto o currículo dele no sistema, antes de falar... E ele tinha formação nos Estados Unidos, tinha formação não sei aonde e formação não sei aonde... E pra minha, por incrível que pareça, pra minha surpresa ele era negro! [risos] Então eu fiquei chocada com isso porque eu pensei assim: puxa vida... Isso é errado. Como eu estou surpresa por ele ser negro e por ele ter uma formação de nível... pós graduação, doutorado na Inglaterra? Então assim, isso me deu tipo um toque na cuca. Por quê eu ainda me surpreendo? Não era para ser uma surpresa, né... Mas né... E é perceptível, daí eu até tentei entrar um pouco mais pra vê assim como é que era... Como uma pessoa... Eu fiquei até curiosa. Assim... Eu queria ter a oportunidade de conversar com essa pessoa. Assim... De outra forma. Pra tentar entender como é que ele se posiciona. Porque pra mim que sou negra me causou surpresa, agora tu imagina para as pessoas que trabalham com ele, que convivem com ele... Sendo chefiadas por um negro, com todo esse estudo sabe. Me deu muita curiosidade [risos]. Então assim, é incrível como uma coisa dessas causa espanto. Pra mim que sou negra, [risos] agora tu imagina pra pessoas que, né... Então assim, por isso que pra mim é importante assim essa formação... Pela minha filha, por mim mesmo. Porque eu também já observei, até uma vez eu comentei, na outra vez eu comentei que eu fui trabalhar numa empresa e a minha chefe achava estranhíssimo eu querer fazer uma faculdade. Então. Pra mim é fundamental. Eu acho que é uma questão para mostrar para mim mesmo que eu tenho capacidade, pra mostrar pra minha família que isso tem importância sim. E aquilo que eu te falei, eu acho que a sociedade deve isso, entendeu? Assim, eu acho que são anos e anos e anos de defasagem. E como eu te disse, talvez se meu pai tivesse tido um estudo, tivesse tido uma oportunidade de se esclarecer, talvez não tivesse nos criado com essa idéia distorcida do quê que é bom, do quê que não é.

(P)

Já que você entrou um pouco aí pro mundo do trabalho, eu gostaria de perguntar como é que você faz então essa relação ou se acha que isso também é importante de relacionar a questão da formação com a questão do trabalho né. Além do conhecimento, além da ilustração, né? Você ter o direito a ter o conhecimento. Qual é a relação direta? Ah, acabou entrando né, como eu falei. Quando você diz que não era, mas você ainda se surpreende que o negro possa assumir um cargo de chefia, que possa ser uma pessoa que tenha sobre a sua responsabilidade uma série de decisões, né? Ter uma relação e poder, onde ele está no topo dessa relação. E qual é a relação que você pode fazer também com essa questão da formação acadêmica? Você acha que isso aí está diretamente ligado? Está ligado a questão até de ter uma melhor visibilidade na sociedade a partir do momento em que mesmo que seja, esteja se tornando uma coisa, vamos dizer, “normal” ter um curso de graduação, mas ainda faz essa diferença mais para o negro? Sobre o trabalho...

Oxum

Pois é. Pior que faz. Tanto que se a gente for somar numa sala de aula quantos negros tem... O quê que são? 5 %? Nem isso. Eu acho que na minha aula tem eu e mais outra. Então assim, eu acho que pra uma... Eu não gosto de falar assim, mas digamos assim: para uma pessoa branca, não seria qual seria o termo correto. Se tu disser assim, é, ele é formado em Harvard, ele é pós doutorado não sei onde, “nã nã nã nã...” Ah tá. Mas se nós chegarmos falando de um negro, vai... É diferente porque quando tu chega, quantos fazem faculdade? Doutorado então... Nem fazem. Então assim, eu acho que nessa questão existe uma situação assim,... Talvez as pessoas... Até tu comentou o quê? Entrevistou pessoas mais novas? Mais velhas? Assim... Eu passei por um período que eu acho assim diferente, eu não sei bem dizer. Assim, porque tinha a questão do preconceito da mulher no mercado de trabalho, tinha a questão do negro no mercado de trabalho... Embora assim, que a gente até comentou em outra oportunidade, não é tanto tempo atrás, é pouco tempo atrás né... 80, 90. Mas eu vivenciei isso bem claramente, é tanto que, situações que eu passei... Eu tinha sido a primeira mulher a trabalhar, que nenhum homem tinha ainda trabalho feito naquela empresa, por exemplo. Não no... Tipo, ah... Que nem eu comentei a outra vez. Eu trabalhava com venda de carro, então assim... Mulher era complicado. As poucas que tinham se posicionavam de

outra forma. Negro então, nem pensar. Mas eu até comentei que, eu acho que eu ganhei algumas vagas até porque a empresa tinha aquela exigência de politicamente correta, em função dessas questões de cotas, de ter negros na empresa. Mas então coloca alguém que não seja muito preto. Entendeu... Não vai botar lá na frente uma... Eu não to nem falando do aspecto de beleza, essas coisas assim. Mas a gente sabe que o governo te obrigou de certas situações. Então assim, as empresas não têm opção. Elas têm que ter. Então de certa forma, ainda há um certo preconceito. Então coloca as mais clarinhas né, pra não chocar os clientes. Então assim... Eu já, por exemplo, eu tive um conhecido, é até meu tio, que ele trabalhava em banco e ele não... Ele custou. Ele brigou praticamente na justiça porque ele emberrou, inventou que ele queria ser caixa, porque ele sentiu que havia preconceito na empresa, então ele provou por a mais b que a empresa não colocava ele de caixa por ele ser negro. Então assim. Existe ainda, embora as pessoas costumam ainda dizer que não, que isso existe. Só que as pessoas tão tendo que aceitar isso goela a baixo, porque eu acho que tem que ter uma contrapartida. Ao mesmo tempo que o governo, sei lá. Eu não sou a favor nem contra. Só que eu acho que tem que ser assim... O amigo do meu pai diz assim: ah o governo está incentivando cotas? Ah tá obrigando as empresas a contratarem negros? E tá dando bolsa de estudos para negros? Então eu acho que no mínimo que tu tem que fazer é pegar essas bolsas e ir pro mercado e pegar essas vagas. Entendeu? E depois, com a formação, com o estudo, elas vão ter condições de mostrar que, elas são mais do que uma cor de pele. Um fenótipo. Por isso que eu acho assim, tem que pegar, não interessa. Ah, o que vão dizer, o que não vão dizer. O governo tá dando. Tá aí. Então pega. Depois tu prova... que não é por aí. Mas num deixa de aceitar por orgulho, ou por achar que aquilo ali não... que vai te desmerecer, ou porque tu vai ser favorecido. Eu acho assim, entendeu? Ele tá me dando. Por exemplo: ah a empresa tem que contratar negro? Ah, essa vaga é pra negro? Então me dá que eu quero. Depois eu te provo que eu sou muito mais do que isso. Depois tu vai esquecer que tu me deu essa vaga, porque o governo te obrigou. Eu vou mostrar que eu tenho capacidade, que eu sou competente. Entendeu? Eu acho assim. Eu nem sei se isso é correto, mas só que eu acho que as pessoas ficam com frescura - com perdão da palavra - em aceitar as coisas porque acham que, só pra negros, ah mas isso aí é porque o governo num sei o que... Pega. Tá te dando. Pega. Depois tu decide, depois tu mostra. Mas tu não

pode reclamar de uma coisa que tu não usou, tu não usufruiu. Entendeu? Então assim, as cotas, a questão das cotas eu acho que é meu direito. Eu peguei e pronto. Amanhã ou depois eu mostro pra sociedade se eu merecia ou não. Mas agora que estão me dando, estou pegando. Em relação ao mercado de trabalho é a mesma coisa. Eu não sei se eu te respondi... Eu acho que eu ainda não respondi bem né?

(P)

Não, fique a vontade. Se quiser falar mais... Eu estou satisfeito.

Oxum

Tá.

(P)

Mas se você quiser... Deixa eu te fazer uma pergunta, que a gente estava... Quando primeiro eu abordei para gente fazer essa pesquisa em sala de aula, e aí eu disse: Oxum eu tô fazendo uma pesquisa sobre o PROUNI e com aqueles que deram a opção auto declaração de negro. Aí você me disse assim: *“ah professor, eu fiz, mas eu nem sei se eu deveria ter feito isso. Esse negócio está dando tanta polêmica...”*. Por que naquela hora falou isso? Você te lembra? Naquele momento o que sentia?

Oxum

Não, na realidade as pessoas diziam assim: ah, mas pra quê tu pegou cota se tu tinha média? É que isso pra mim, já era, é uma forma de preconceito e as pessoas não percebem. Não é por ser burra, é ignorância, porque tipo assim, quer dizer que todo negro que usa cotas é burro? Já me disseram assim: ah, não precisava tu ter pegado as cotas. Tu tinha média para entrar. Mas eu disse assim: não é porque eu tenho média que eu não possa me beneficiar das cotas. Eu vou me beneficiar das cotas porque eu sou negra, eu me declarei assim. Entendeu? Então. E principalmente em sala de aula as pessoas não conseguem entender isso. Então assim, eu não falo na sala de aula que eu sou... Se me perguntam eu falo, mas se não perguntam eu também não toco no assunto. Entendeu? Mas sempre que se aborda e esse caso, as pessoas são terminantemente contras. Sabe... Então assim... Cada um, cada um pensa como quer. Eu não sou contra e pensando assim, aquilo que eu falei, eu não quero que essa condição dure pra sempre. Eu quero que daqui a 5 anos, 2 anos. Não precise mais. Entendeu? Por mim eu quero que acabe com as cotas, mas não... Eu quero que acabe porque se chegou onde se queria

chegar. Mas agora assim, já estamos em pé de igualdade. Então agora não precisa mais ajudar a ninguém.

(P)

Quer dizer que a tal [NÃO COMPREENDIDO] igualdade, você acha que de fato ela não existe né? Por isso que são necessárias as cotas...

Oxum

Não, não existe professor. A prova disso é... Contar toda vez que eu fiz faculdade assim... Que eu optei pelos meus recursos, só, da faculdade. Não tinha negro na sala de aula, e se tinha começava só os dois primeiros meses e não terminavam o semestre.

(P)

Você achas que é por que?

Oxum

Condição financeira. Falta condição. Alguns se sentem... am... porque tem aquela questão assim... até aqui mesmo por exemplo, ah todo mundo tem um computador em casa. Os professores pedem muitos xerox. Pedem muito material. É trabalho disso, trabalho daquilo. Então nem todo mundo tem essa disponibilidade. Tem gente que não tem. Tem gente que tem que sustentar a família. Tem gente que tem filhos, tem que trabalhar. Então, por exemplo assim: as pessoas me criticam até hoje porque, até foi uma questão assim, que tavam me pegando bastante em relação a faculdade. Porque eu tive que deixar a minha filha. Praticamente eu entreguei ela pro pai. Então eu não to criando ela. Só vejo no final de semana. E as pessoas me criticam porque eu estudei de manhã, porque eu optei por estudar de manhã. Tu vê, as pessoas estão sempre procurando alguma coisa pra dizer que eu não deveria estar na faculdade. No fundo, é isso que elas querem dizer. Entendeu? Elas querem dizer: tá fazendo o que aí? Ah, quis estudar de manhã, vou estudar de manhã. Acaba que assim... O que acontece? Se tu tem uma condição favorecida, tu acaba... Ah, da pra ti trabalhar meio turno. Assim, coisa e tal. Mas quem não tem, não tem essa condição.

(P)

De fato, os alunos que eu estou entrevistando, dos seis alunos do PROUNI, só você é do turno da manhã. Todos os outros são do turno da noite.

Oxum

E tu não tem a noção do que me encham o saco por isso. Porque as pessoas me criticam. Primeiro, desde o início. Porque eu fui pegar bolsa pra negros, ainda fui estudar de manhã e jornalismo. Quer dizer, eu estou fazendo o máximo da provocação. Entendeu? Incluindo [risos] que as pessoas me criticam abessamente sobre isso. Pô, tu vai trabalhar como? Mas daí eu digo: estão pagando pra mim estudar. Eu tenho que achar a forma que eu vá estudar da melhor maneira possível. Nesse momento eu tenho que estudar. Entendeu? Então assim, são uma série de barreiras. Pode ser uma bobagem, mas tipo assim, eu tive que recorrer a terapia pra eu poder resolver essas questões. Tipo, a questão da minha família, que me excluiu, eu fiquei decididamente excluída do meu grupo familiar. Eu tive que resolver essa questão de ter que me separar da minha filha. Eu tive que resolver essa questão de como é que eu vou me encaixar, porque agora assim. Agora eu to vivenda a seguinte situação: eu sou mulher, eu sou negra e eu to chegando aos 40. [risos] Então, agora [NÃO COMPREENDIDO] A sociedade é cruel. Só que agora, a 1 mês atrás eu ia abrir o berreiro de novo. Só que agora, eu to encarando isso como eu tenho que ter mecanismos pra me proteger, entendeu? Eu tenho que criar artifícios pra mim poder sair dessa situação. Então assim. É maluco. Mas felizmente eu to percebendo isso antes de entrar nessa situação. Mas eu sei que isso vai acontecer. É incrível, mas assim, se tu fosse estender tua pesquisa, tu viria que tem mulheres negras, com mais de 40 anos, que tão em condições de miséria. Então assim, eu tenho que me proteger de certa forma porque isso vai ser uma coisa inevitável. Vai acontecer, entendeu? A sociedade finge que não liga pra isso, mas ela liga. A sociedade é bem cruel. Então assim, eu já tava, eu até comentei isso com a terapeuta, eu já to começando a me preparar para os problemas futuros. Aí ela disse assim, mas por quê? E eu disse: porque eu sei que eles vão acontecer. Não vai mudar em três, quatro anos. Eu posso até tentar mudar a cabeça da minha filha, pra que ela não veja as coisas assim. Mas essas que já estão aqui, vão continuar. Porque a prova disso, é que eu mandei vários currículos e ninguém me chama. Então o que eu resolvi – que eu até comentei contigo -, eu to sendo empreendedora. Eu montei um projeto, eu pensei pra pessoa, a pessoa aceitou e foi até isso que eu comentei na quinta-feira a gente tava fazendo isso. Então assim: ah a sociedade quer me pressionar dessa forma? Então eu vou sair por outro lado. Vou sair pela tangente. Só que, se eu fechar os olhos pra isso, eles vão continuar fazendo assim.

Isso vai continuar existindo, entendeu? Tá, até uma das coisas assim, que tu comentou comigo deu ter escolhido o curso de jornalismo e eu realmente assim, tu me deu um outro enfoque. Eu digo: pô, de repente eu posso mudar isso. De repente... Talvez esse curso sirva pra isso. Pra mim tentar mudar essas questão assim que existe... Então assim, tu vai vê, quantas pessoas iguais a mim, talvez se tu procurar até. Não digo no Rio Grande do Sul. Eu conheço uma pessoa, o mesmo caso que eu. PROUNI, negra, 40 anos. Então assim. Quantas devem ter? Umas três? [risos]

(P)

Ok, Oxum. Se você quiser falar mais alguma coisa, vamos aproveitar esse momento. Se não, eu vou dá a entrevista por encerrada.

Oxum

Tá tranqüilo. Daí tu vai perguntar a última sobre as ações afirmativas? Eu já tinha respondido né?

(P)

É, já respondeu. Se você quiser falar mais alguma coisa sobre elas.

Oxum

Não, é só isso.

(P)

Muito obrigado, Oxum!

ANEXO 5

Porto Alegre, 26 de junho de 2007

Entrevista com Xangô

Entrevista realizada para a pesquisa “identidade étnico-racial no contexto das políticas de ação afirmativa: um estudo de caso dos os estudantes negros, cotistas do PROUNI, no Centro Universitário Metodista”.

Pesquisador (P)

Xangô, como havíamos falado antes, estamos fazendo novamente a entrevista, por problemas técnicos. Agradeço a sua colaboração e vamos começar então a... E gostaria de pedir que você levasse em consideração àqueles pontos que já falei antes da gente começar a entrevista e fique a vontade. A gente não tem que repetir a outra entrevista. É exatamente a primeira pergunta que fala como é ser negro. É exatamente isso: é a vida da gente, é a dinâmica. Um dia é uma coisa e no outro dia é outra. Então eu já começo contigo perguntando novamente: Como é ser negro no Rio Grande do Sul, no Centro Universitário Metodista, na sua vida. Como é ser negro?

Entrevistado Xangô

Ser negro é ter orgulho, como eu tinha falado antes. É ter orgulho das raízes, é saber de onde tu vens. É ser resistente dentro de um universo meio preconceituoso ainda com a questão do negro. No Centro Universitário me sinto bem, porque tu vês uma grande parcela de negros estudando aqui. Não há precon... Pelo menos o preconceito não aparece para nós. Acredito que nem exista. Na rua a gente enfrenta preconceito diariamente. É como eu já tinha dito: é quando tu vais ao supermercado. É quando tu entras num banco sempre tem alguém te olhando desconfiado, pensando que tu és a pessoa a ser vigiada naquele momento dentre várias que têm ali. Mas é isso. Mas é muito mais. Eu preferiria falar muito mais que é bom, a parte boa de ser negro.

(P)

E qual seria a parte ruim? Você lembra quando é que se deu conta do que é ser negro?

Xangô

É como eu falei: eu nasci sabendo já, porque não tinha como eu fugir disso.

(P)

Por que? Seus pais são negros?

Xangô

Mãe, pai, toda a geração negros. É como eu disse: se eu dissesse que eu sou branco lá iria ser um problema (risos), não tinha como fugir disso.

(P)

Mas aí você precisava ter uma referência com aquilo que não era igual, não era? Quando é que se dá essa passagem?

Xangô

Eu fui ter mais contato mesmo com brancos é, é depois na parte do colégio, creche, de jardim entrando para o primário. Ali eu comecei a ter contato com um universo maior e ali começou. Graças a Deus eu não tive problema nenhum de racismo ali. Em momento algum da minha infância. Foi tranqüilo.

(P)

E na sua família, esse assunto era hábito? Vocês conversavam sobre isso ou não? As questões de ser negro, que as pessoas tinham algum tipo de comportamento diferente porque vocês eram negros... Dentro de casa mesmo, você ouvia algum comentário?

Xangô

Sim, sim. É coisa boa coisa que eu não tinha lembrado para a entrevista. Às vezes saia aquele comentário: Oh, cuidado com quem tu andas. Sempre, vai sobrar sempre é para ti porque tu és negro. Não interessa: Se tiver tu e mais quatro brancos juntos vai sobrar é para ti. Então nunca faz nada de errado porque eles vão sair na boa e tu é que vai "pagar o pato".

(P)

Então existia essa orientação em casa...

Xangô

Sim, sim, sempre teve. A gente sempre teve.

(P)

Você falava ainda, na outra entrevista, no caso da sua família, que, eu creio que já para a gente pensar um pouco na segunda questão, qual o significado de ter uma formação acadêmica de nível superior? Eu me lembro que você falou da outra vez

que uma das influências que também valorizou e valoriza a opinião sobre isso é a sua mãe, não é? Então eu entro nessa história.: Qual é o significado de ter uma formação acadêmica de nível superior para o Xangô, para o Xangô de uma família negra e para os negros de uma forma geral?

Xangô

Para o negro, é a chance de sobreviver, né? Ser algo a mais do que a sociedade impõe para ele. A sociedade impõe aquilo ali: que ele vai ser negro. Ele vai ter até um limite de pegar, dentro de uma forma hierárquica na sociedade e dali ele não vai passar. A chance de tu ter uma formação acadêmica é tu ultrapassar essa barreira que eles te impõem.

É muito. É o conhecimento. Como eu já tinha dito, é o jeito que se tem de ir além, de ser, de ultrapassar a sociedade. De estar assim, de conhecer a tua sociedade e...

(P)

Isso genericamente e especificamente para você, eu sei que é isso também...

Xangô

Especificamente para mim é toda a questão. Eu tenho a minha mãe que é formada, o meu irmão que é formado e me influenciaram muito, porque hoje eu vejo eles, vejo o nível que eles estão da vida deles. A minha mãe sempre me proporcionou um bom estudo. Consegui dar para mim escola particular para mim, mas depois não teve mais jeito e eu fui para a escola pública. Mas enquanto ela pôde dar um bom estudo para mim ela deu. Tanto para mim como para o meu irmão e hoje eu vejo o meu irmão com isso bem formado, com filhos.

(P)

Ele trabalha com o que?

Xangô

Ele é analista de sistemas. Hoje tem um ótimo emprego. Dois filhos bem criados. A vida dele está totalmente estabilizada e ele atingiu isso muito cedo, né?

(P)

Você entende que foi exatamente porque ele tem uma formação?

Xangô

Isso. É porque ele foi em busca de formação. O emprego que ele tem hoje foi em função da formação dele. A minha mãe a mesma coisa. Ela só tem esse emprego dela pela formação acadêmica dela.

(P)

Ela trabalha com o que?

Xangô

A minha mãe é... Contabilidade. Ela trabalha num escritório de Contabilidade.

E eu penso a mesma coisa. Já trabalhei em vários serviços, mas nunca foi o que eu sempre sonhei para mim, o que eu sempre quis, né? Então a formação acadêmica é a tua liberdade para ir fazer o que tu realmente quer, o que tu gosta.

(P)

Você acha então que, segundo o que falou agora, sem a formação acadêmica já tem um lugar reservado na sociedade para o negro?

Xangô

É.

(P)

A única possibilidade que ele tem para dar esse salto é...

Xangô

Não necessariamente a única, né? Mas é... Sem a formação acadêmica a chance é quase zero. Só através de muito trabalho, muito suor, mas aí é um lado mais difícil que muitos poucos conseguem.

(P)

Seu pai também é...

Xangô

Não, não. Meu pai foi só Fundamental. Só o Fundamental.

(P)

Você tem quantos irmãos?

Xangô

Só eu e mais um só.

(P)

Você mora aonde?

Xangô

Eu agora estou em Viamão. A minha mãe é da Restinga. O meu irmão tá na Hípica agora. Cada um foi para um lado.

(P)

Você é casado?

Xangô

É... (risos) Enrolado...(risos). Enrolado e enrolando...(risos).

(P)

Também com uma mulher negra?

Xangô

Negra.

(P)

Xangô e como você percebe as políticas de Ação Afirmativa para negros? A gente sabe que as políticas de Ação não é? Têm para mulheres, para pessoas com necessidades especiais... Mas especificamente para negros, como é que você percebe essas políticas e talvez possa até especificar mais a política de cotas.

Xangô

Sim. Vejo com bons olhos. É nova mesmo e acho que tem que seguir por muito mais tempo. Acho que não porque me beneficia algo, mas acho que é uma forma de tu poder resgatar um ponto que o governo falhou. O governo é quem produz essas políticas então é uma forma dele.... Eu vi a reportagem que dizia que isso é uma forma de maquiagem. Talvez também seja maquiagem, mas pelo menos ele está ajudando alguém. Não está deixando o ser humano lá embaixo, sem chance nenhuma. Ele está tentando buscá-lo de alguma forma. Sabe, a questão das cotas não tem fala. Para mim é a melhor forma que existe para, com os negros principalmente, para resgatá-los disso.

(P)

Resgatar exatamente de que Xangô?

Xangô

Resgatar de cair naquele patamar estabelecido pela sociedade. De não passar daquilo ali. Dá para ele a chance de ser mais.

(P)

Mas você acha que essas políticas chegam tarde? Elas estão em tempo? Devem ser eternas? Qual a sua opinião?

Xangô

Não, não... Nunca é tarde... Nunca é tarde. (risos). Eternas também não tem o porque. Eu gostaria que a gente pudesse hoje na sociedade ter uma igualdade maior. Hoje não acho a igualdade em termos vibrantes, muito visível. A partir do momento em que tu conseguir fazer, dar um pouquinho mais de igualdade, desde que não pode

esquecer nunca que não adianta só tu querer as políticas de cotas e não trabalhar lá embaixo, e continuar deixando o pessoal lá embaixo na ralé, mal, e só quando ele chega ali você tenta dá uma chance para um, para outro, para dois ou três. Não adianta mesmo. A política tem que continuar enquanto existir essa desigualdade muito grande aí, né? Mas tem que haver uma força lá no ensino lá, lá embaixo.

(P)

Então você acha que ela se justifica, que há necessidade dela existir.

Xangô

Sim, sim. Há necessidade.

(P)

E a necessidade é exatamente essa, essa desigualdade. Na sua percepção você entende que o Brasil é desigual no ponto de vista étnico e racial.

Xangô

Muito desigual, muito. A questão é antiga, mas não mudou praticamente em nada.

(P)

Mas você acha que ela é antiga desde quanto tempo?

Xangô

Ah, desde o início do Brasil, né? (risos). O Brasil nasce desigual.

(P)

Está bem então, Xangô. Você gostaria de falar mais alguma coisa?

Xangô

Não. Dizer que em relação às Políticas Afirmativas para mim elas têm que continuar. Gostaria muito de ver isso na Faculdade Federal que para mim hoje é (risos) um absurdo. Por mais que você pense que “ah, todos têm direito à faculdade desde que você preste vestibular”. É, mas aí volta no tempo lá e vê se o negro, o negro pobre conseguiu estudar para estar competindo com os ricos. Aí você vê uma Faculdade que é pública, sendo usada, sendo utilizada por quem poderia pagar uma faculdade.

(P)

Ok, então agora você me deixou curioso sobre a sua colocação feita “entre os negros e os ricos”. Por que que você disse os negros e os ricos?

Xangô

Os negros e os ricos? Brancos também (risos), que a tendência é essa né? É branco...

(P)

Então na sua percepção normalmente os que têm mais condições na sociedade brasileira são brancos.

Xangô

São de classe média para cima. Os que têm mais condições financeiras na sociedade brasileira são os brancos. 99% eu diria. Não tenho os dados (risos) comprovados, né? É o que a gente enxerga. É o que a gente enxerga aí...

(P)

Realmente o mais importante para mim é a sua percepção

Xangô

Sim, sim.

(P)

Então, você percebe isso, não é? Está bom. Se quiser dizer mais alguma coisa...

Xangô

Outra coisa que eu gostaria assim, fora a política de cotas para a UFRGS, outra coisa que eu gostaria é que o governo investisse também, talvez nessa mesma política da cota para pobres para negros, uma escola particular para dar chance para eles começar lá debaixo também né! Ou investir de uma vez na escola pública já que normalmente o caminho é mais difícil de investir na escola pública, pelo menos a mesma política que se implanta já na Faculdade já, por ser já mais desenvolvido começa a implantar lá embaixo também, já começa desde cedo a entender isso.

(P)

Na outra entrevista, se não estou enganado, eu me lembro que você afirmou e aí eu peço para você me corrigir se eu estiver errado ou para realmente confirmar, que num momento da sua vida, num momento atual, você não teria outra possibilidade, no caso de entrar para a universidade, se não fosse de fato pelo programa.

Xangô

Se não fosse pelo programa não, eu não teria como mesmo. Eu até tenho uma filha e hoje, agora, ela está morando com a mãe dela. Às vezes ela passa algumas temporadas comigo, alguns dias. Não, não haveria chance alguma de pagar uma universidade de jeito nenhum.

(P)

Está bom Xangô, eu agradeço a entrevista e desejo sucesso na universidade.

Xangô

Obrigado!

(P)

Ah, lembrei de uma coisa: O que você acha dos movimentos que lutam pela questão da negritude? Você é militante? Participaria desses movimentos?

Xangô

Eu acho que os movimentos são sempre válidos. Sempre que for para resgatar a história do negro, que for favorável ao negro desde que não seja um absurdo, como eu sempre digo. Participaria, seria um militante do movimento tranquilamente. Só acho que algumas vezes exageram no que se pede, mas em si quase toda a política do movimento é válida sim.

(P)

Certo, uma outra coisa que eu acabei me lembrando também: sobre a questão religiosa. Eu acho que a gente falou na outra entrevista, não foi?

Xangô

Falamos.

(P)

Eu queria que você falasse também sobre essa questão religiosa. Frequentou ou frequenta alguma religião afro? Qual é a sua posição? Você é cristão? Ou não tem religião...

Xangô

Eu sou batizado na igreja católica, acredito em Jesus Cristo, mas sou antiigreja. Não simpatizo com a Igreja Católica, mas acredito em Jesus Cristo. Já frequentei a religião afro algumas vezes já. Acho muito válido. Acredito muito nela, mas não, não é exatamente o que eu, o que eu quero, né?. Não, eu ainda cheguei, preferi seguir o meu caminho de acreditar em Jesus Cristo. É Ele acima dos outros. É acreditar nisso.

(P)

Bom, eu acho eu que consegui me lembrar de algumas coisas que a gente tinha falado...

Xangô

Ah, bastante!

(P)

Mais uma vez muito obrigado, Xangô!

Xangô

De nada. Eu é que agradeço!

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)